

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDRESSA PAULA

**A REVISTA A *CRUZADA* E A “BOA IMPRENSA” CATÓLICA NO
PARANÁ (1926 – 1931)**

MARINGÁ

2018

ANDRESSA PAULA

**A REVISTA A *CRUZADA* E A “BOA IMPRENSA” CATÓLICA NO
PARANÁ (1926 – 1931)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito obrigatório para a conclusão do curso de Mestrado em História. Área de Concentração: História, Cultura e Política. Linha de pesquisa: História, Cultura e Narrativas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Solange Ramos de Andrade.

MARINGÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

P324r Paula, Andressa
A revista A Cruzada e a "boa imprensa" católica no Paraná (1926-1931) / Andressa Paula. -- Maringá, 2017.
127 f. : il. color., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Solange Ramos de Andrade.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. A Cruzada - Revista católica - Análise do discurso. 2. Igreja Católica - Paraná. 3. Imprensa - Paraná. 4. Leitura. 5. Mocidade Católica - Paraná. 6. Leigos. 7. História das religiões e religiosidades. I. Andrade, Solange Ramos de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 21.ed. 907.2

ECSL-1202/9

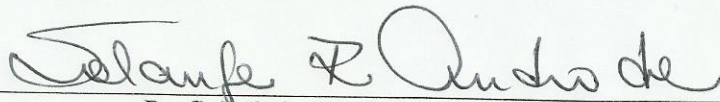
ANDRESSA PAULA

**A REVISTA A CRUZADA E A “BOA IMPRENSA” CATÓLICA NO
PARANÁ (1926 – 1931)**

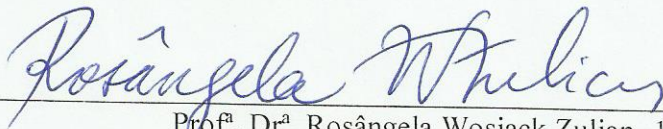
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito obrigatório para a conclusão do curso de Mestrado em História. Área de Concentração: História, Cultura e Política. Linha de pesquisa: História, Cultura e Narrativas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Solange Ramos de Andrade

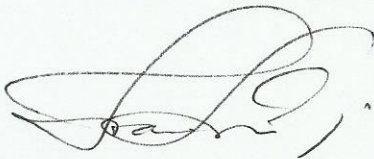
Aprovada em 24/07/2018



Prof^a. Dr^a. Solange Ramos de Andrade - Presidente



Prof^a. Dr^a. Rosângela Wosiack Zulian - 1^a. Examinadora



Prof^a. Dr^a. Ivana Guilherme Simili - 2^a. Examinadora

Maringá
Julho de 2018

Aos meus pais Neuza e Luiz

Pelo amor e o incentivo incondicional

AGRADECIMENTOS

A realização do mestrado perpassa por diversas fases, não apenas propriamente de estudo e pesquisa, mas também de estado de espírito, da euforia da aprovação até os momentos de incertezas enfim, diversos sentimentos se fizeram presentes nesses dois anos. Contudo, são as pessoas que estiveram conosco nessas etapas, que tornam esse processo de aprendizado, único e especial. Deixo aqui os meus sinceros agradecimentos àqueles que contribuíram e estiveram ao meu lado nesse período.

A minha orientadora, professora Dra. Solange Ramos de Andrade, que me deu um voto de confiança, ao aceitar uma nova orientanda. A cada reunião de orientação, ou nas conversas nos banquinhos da frente do Bloco 4, compartilhou seu conhecimento e profissionalismo, como também o acolhimento e incentivo para a finalização desta dissertação. E se tornou um exemplo e uma inspiração para minha carreira.

As professoras Dra. Vanda Fortuna Serafim, Dra. Edilece Souza Couto e Dra. Rosângela Wosiack Zulian, que participaram do meu Exame de Qualificação e que tanto contribuíram para a determinação dos caminhos dessa pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, pelos momentos e conhecimentos compartilhados nas disciplinas cursadas.

A todos os membros do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades, um local que só pode ser abençoado; e que conta com a presença de pessoas com conhecimentos e características diferentes, mas que se encontram e unem por interesses em comum. Obrigada por acolheram uma “estrangeira” e compartilharem reuniões, leituras, conversas, viagens e eventos.

A CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa que permitiu minha dedicação aos estudos durante o Mestrado.

A Kátia Biesek e a Lúcia Fernandes, do Círculo de Estudos Bandeirantes, que auxiliaram na disponibilização do acervo da revista *A Cruzada*.

A minha prima Chris Grazielle, que por dois dias conheceu um pouco sobre o trabalho do historiador e me ajudou na coleta da fonte.

Ao Austin, meu melhor amigo e meu companheiro, que conhece as dificuldades do processo de pesquisa e soube compreender meus momentos de crise, sempre ao meu lado.

A minha família a quem devo tudo que tenho e tudo que sou. Por permitir que eu sonhasse meus próprios sonhos e que me ancoraram para que eu começasse a realizá-los. Por

cuidarem de mim, quando eu mais precisava e por me deixar voar, quando eu já me sentia mais segura. Aos meus irmãos Aguinaldo, Alex e Ailton, minha cunhada Lucimara e minha sobrinha Larissa.

Aos meus pais, Neuza e Luiz, que nunca mediram esforços para que eu conseguisse terminar o ciclo hoje encerrado, seja financiando os primeiros meses que estive sem bolsa, seja com uma palavra de carinho e incentivo, seja com uma xícara de chá quando eu estava ansiosa com a escrita. Muito obrigada!

RESUMO

A análise dos discursos acerca dos usos da imprensa e da leitura presentes na revista católica *A Cruzada* constitui o foco dessa investigação. O recorte espaço-temporal refere-se ao estado do Paraná, e os anos de 1926 a 1931 que correspondem aos cinco anos de circulação mensal do periódico. Lançada em 19 de março de 1926, essa revista curitibana esteve sob a direção dos leigos da Mocidade Católica Paranaense e do Padre Antonio Mazzarotto. A metodologia adotada está ancorada na análise das 55 edições lançadas no período, a partir das quais traçamos o panorama do grupo responsável pelo impresso, sua comercialização, as estratégias gráficas e editoriais, e a identificação dos principais temas veiculados em suas páginas. (CRUZ; PEIXOTO, 2007; LUCA, 2008; MARTINS, 2008) Os aportes teóricos que permitem a análise da utilização da imprensa pela Igreja Católica no cenário paranaense da década de 1920 têm como escopo os conceitos de campo religioso (BOURDIEU, 2007), linguagem autorizada (BOURDIEU, 1998), formalidade das práticas (CERTEAU, 1982) e as noções de manuais de civilidade (CHARTIER, 1994). As questões dos usos da imprensa e da leitura situadas dentre as principais temáticas tratadas na revista estavam baseadas na visão dualista da existência de uma versão má, ligada a ideias anticlericais e de outras religiões, e uma versão boa, atenta aos códigos de pensamentos e condutas da Igreja Católica. Após a análise dos artigos constatamos que a principal estratégia da revista foi apontar o problema da circulação da “má imprensa” e as consequências da sua leitura e a solução apresentada era desenvolver a “boa imprensa”, caracterizada como uma leitura sadia, edificante e que aproximava o leitor de Deus, da qual o periódico se lançou em uma campanha por sua propagação. As reflexões desenvolvidas a partir da análise dos discursos presentes em *A Cruzada* visam contribuir para a História das Religiões e Religiosidades, particularmente no que tange a trajetória da Igreja Católica no Paraná no início do século XX.

Palavras-chave: Igreja Católica. Imprensa. Leitura. Mocidade Católica. Leigos.

ABSTRACT

The analysis of the discourses on the uses of the press and reading present in the Catholic magazine *A Cruzada* is the focus of this investigation. The historical cut refers to the state of Paraná, and the years 1926 to 1931 correspond to the five years of the monthly circulation of the periodical. Launched on March 19, 1926, this magazine from the city of Curitiba was under the direction of both the laity of the Catholic Youth Group of Curitiba and Father Antonio Mazzarotto. The chosen methodology is embedded in the analysis of the 55 editions that were published in the mentioned period, which provided an overview of the group responsible for the print as well as the marketing, graphic and editorial strategies, not to mention the identification of the main themes conveyed in the pages of the editions (CRUZ; PEIXOTO, 2007; LUCA, 2008; MARTINS, 2008). The theoretical contributions that allow the analysis of the use of the press by the Catholic Church in the 20's in Paraná have as scope the concepts of religious field (BOURDIEU, 2007), authorized language (BOURDIEU, 1998), practices formality (CERTEAU, 1982) and notions of civility manuals (CHARTIER, 1994). The questions of the uses of the press and of reading situated among the main themes dealt with in the magazine were based on the dualistic view of the existence of a bad version, linked to anticlerical ideas and other religions, and a good version, attentive to the codes of thoughts and conducts of the Catholic Church. After analyzing the articles, we discovered that the main strategy of the magazine was to point out the problem of circulation of the "bad press" and the consequences of its reading and the solution presented was to develop the "good press", characterized as a healthy, uplifting reading which would make the reader closer to God, these being the ideas from which the periodical launched itself in a campaign for its propagation. The reflections developed from the analysis of the discourses present in *A Cruzada* aim to contribute to the History of Religions and Religiosities, particularly concerning the trajectory of the Catholic Church in Paraná in the beginning of the 20th century.

Keywords: Catholic Church. Press. Reading. Catholic Youth Group of Curitiba. Lay people.

Que é que lês com preferencia? leitura frivola, que só quer saciar curiosidades e instintos e fazer rir? que desrespeita ou ao menos ignora a autoridade, moralidade e religião? ou uma imprensa que, além de divertir e recrear, também se interessa um pouco por tuas aspirações mais nobres, o desenvolvimento harmonico de todo o teu ser também da intelligencia e do coração? Diz-me: qual das duas categorias de leitura preferes, louvas, pagas e propagas? e eu te direi quaes as propensões de teu carater. Diz-me o que lês - e dir-te-ei quem és.

(A CRUZADA, ago./set. 1930, p. 132)

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Imagem 1 - Rosário Farani Mansur no 1º Congresso da Mocidade Católica (1928)	56
Imagem 2 - Frederico Carlos Allende no 1º Congresso da Mocidade Católica (1928)	57
Imagem 3 - Padre Antonio Mazzarotto apresentação como diretor da revista (1927)	58
Imagem 4 - Capa da primeira edição d'A <i>Cruzada</i> (19 de março de 1926)	61
Imagem 5 - Capa da revista <i>A Cruzada</i> (março de 1927)	70
Imagem 6 - Capa da revista <i>A Cruzada</i> (outubro de 1927)	70
Imagem 7 - Capa da revista <i>A Cruzada</i> - Revista Ilustrada Paranaense (julho de 1930)	72
Imagem 8 - Capa da revista <i>A Cruzada</i> - Revista Ilustrada Paranaense (out./nov. de 1930).....	72
Imagem 9 – Publicidade (outubro/novembro de 1930)	73
Tabela 1 - Estados e cidades com agentes da revista <i>A Cruzada</i> (1926-1931)	66
Tabela 2 - Subtítulos da revista <i>A Cruzada</i> (1926-1931)	71
Tabela 3 – Os principais autores d'A <i>Cruzada</i> (1926-1931).....	77
Tabela 4 – Referências a imprensa e a leitura na revista <i>A Cruzada</i> (1926-1931)	98
Tabela 5 – Autores com publicações sobre a imprensa e/ou leitura na <i>A Cruzada</i> (1926-1931)	99

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CONSTRUÇÃO DO CAMINHO PARA A IMPRENSA CATÓLICA NO PARANÁ	23
2.1. A Igreja Católica no Paraná	24
2.2. Em serviço da fé: a imprensa católica no Brasil e no Paraná	39
3. A CRUZADA: REVISTA DA MOCIDADE CATHOLICA PARANAENSE	52
3.1. A Mocidade Católica Paranaense	52
3.1.1. A primeira edição	60
3.1.2. Público alvo, comercialização e preços	64
3.2. Folheando a revista <i>A Cruzada</i>	68
3.3. Os autores	76
3.4. Principais temáticas	80
4. CONTRA A “MÁ IMPRENSA” A “BOA IMPRENSA”: OS DISCURSOS CATÓLICOS SOBRE A IMPRENSA E A LEITURA NA REVISTA A CRUZADA	89
4.1. Imprensa: veículo do bem e do mal a partir do discurso católico	89
4.2. A imprensa e a leitura nas páginas da <i>A Cruzada</i>	97
4.2.1. <i>A Cruzada</i> contra a “má imprensa” e a leitura não orientada	101
4.2.2. <i>A Cruzada</i> em campanha pela “boa imprensa”	107
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117

1. INTRODUÇÃO

Em 19 de março de 1926, na cidade de Curitiba, capital do Paraná, era publicada a primeira edição da revista católica *A Cruzada*. O periódico estava sob comando do grupo de leigos denominado Mocidade Católica Paranaense, e sob tutela da instituição religiosa, com destaque para a atuação do Padre Antonio Mazzarotto. A proposta inicial foi a de lançar edições mensais com artigos de "leitura sadia", que contemplassem assuntos relacionados à doutrina católica e ao combate aos inimigos da Igreja, tais como laicização do Estado, comunismo, outras religiões, imprensa anticlerical, moda, dentre outros. A criação de periódicos para atender a missão católica, não foi um caso particular de Curitiba; no início do século XX outros títulos foram lançados no Paraná e em outros estados¹. O desenvolvimento da imprensa no país, ao longo do século XIX passou por um processo de segmentação dos títulos, com jornais e revistas voltadas para questões específicas, tais como políticas, econômicas, culturais, femininas, religiosas entre outras.

Influenciadas pelo aperfeiçoamento das técnicas de impressão e incentivadas pela instituição religiosa, por meio de encíclicas papais² e cartas pastorais³, essas revistas destacavam os problemas da liberdade de imprensa e a necessidade da inserção efetiva de clérigos e leigos nesse meio de comunicação, para utilizá-lo enquanto um instrumento de recristianização da sociedade.

¹ O início da presença de periódicos católicos no Brasil data da década de 1830, mas foi na segunda metade do século XIX que o número de jornais e revistas do gênero se expandiu. Nas décadas iniciais do século XX o cenário nacional era repleto dessas publicações: *A Tribuna* (1906) no Recife/PE, *A Cruz* (1910) em Cuiabá/MT, *A Palavra* (1912) em Pelotas/RS, *o Lar Católico* (1912) em Juiz de Fora/MG, *A Ordem* (1921) no Rio de Janeiro, *O Nordeste* (1922) em Fortaleza/CE, *O Lutador* (1928) em Manhumirim/MG e *A Família Cristã* (1934) em São Paulo. Na capital do Paraná foram lançados o *Cruzeiro* (1931), *O Alvor* (1935) e *O Luzeiro* (1937). (SOARES, 1988; CAMPOS, 2010c).

² Enquanto as encíclicas *Mirari Vos* (1832) de Gregório XVI e *Syllabus* (1864) de Pio IX apresentavam a liberdade de imprensa como um dos erros modernos, os documentos pontifícios de Leão XIII passaram a incentivar uma contraofensiva, com a utilização do meio de comunicação impresso como arma de reação ao discurso da imprensa ímpia. Dentre esses documentos destacamos as encíclicas *Nobilissima Gallorum Gens* (1884) e *Libertas* (1888) e a constituição apostólica *Officiorum Ac Numerum* (1897). (KLAUCK, 2009).

³ Dentre as cartas pastorais que se dedicaram a discutir o papel da imprensa no Brasil, estão: *Em favor da imprensa católica* (1898), de Dom José de Camargo Barros, bispo da Diocese de Curitiba; *Os Abusos e os males da imprensa* (1902), de Dom Eduardo Duarte Silva, da Diocese de Sant'Anna de Goiás; *Sobre a imprensa* (1913), de Dom Francisco de Campos Barreto, da Diocese de Pelotas; *Do nosso dever para com a imprensa* (1918), de Dom Aduino Aurélio de Miranda Henrique, da Diocese da Paraíba; *A imprensa católica e sua orientação* (1918), de Dom Otávio Chagas de Miranda, da Diocese de Pouso Alegre; *A imprensa católica* (1921), de Dom Santino Maria da Silva Coutinho, da Diocese de Belém; *Da boa imprensa* (1923) e *Sobre a imprensa* (1924), de Dom Manoel Nunes Coelho, da Diocese de Luz do Aterrado; *Pio XI e a divisa do jornalista* (1939), de Dom Francisco de Aquino Correia, da Diocese de Cuiabá e; *Sobre a imprensa diocesana* (1944), de Dom Felipe Conduru Pacheco, da Diocese de Ilhéus. (SOARES, 1988).

As revistas católicas apareceram no cenário editorial brasileiro, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX e tiveram desenvolvimento exponencial nas primeiras décadas do século XX. Apoiadas nos apontamentos anteriores, e na perspectiva da História das Religiões e Religiosidades (ANDRADE, 2013), selecionamos *A Cruzada* como fonte da nossa investigação para analisá-la enquanto uma publicação periódica que se apresentou como representante dos interesses da Igreja Católica no Paraná, especialmente no que diz respeito às produções nas primeiras décadas do século XX, que atuaram na divulgação de suas concepções e no combate aos seus inimigos.

Como aportes teóricos para a pesquisa, utilizamos os conceitos de campo religioso e de linguagem autorizada de Bourdieu (2007; 1998), para problematizarmos tal inserção e o consequente discurso produzido pelo grupo responsável por sua editoração. Analisamos também, a constituição dos discursos da revista a partir do conceito de formalidade das práticas de Certeau (1982), pois ao analisarmos suas publicações referentes aos temas imprensa e leitura, percebemos as redefinições do ato de ler, na intenção de torná-lo uma prática auxiliadora no processo de afirmação das bases do catolicismo no país.

Ademais, buscamos relacionar as características do periódico com o que Chartier (1994) designa de manuais de civilidade, por compreendermos que dentre os objetivos do periódico estava o de informar sobre os acontecimentos religiosos paranaenses, nacionais e mundiais, como também contribuir para a formação católica de seus fiéis.

O interesse pela produção de discursos escritos por clérigos ou leigos, veiculados em periódicos com a intenção de ordenar comportamentos, normatizar práticas e combater transgressões, surgiu ainda durante a graduação em História na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. Com a participação em projetos de pesquisa ligados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, nos quais foram abordados a presença da religião no espaço político⁴ e nas universidades⁵, como também, a construção de discursos católicos em um jornal da cidade de Maringá/PR.

⁴ PAULA, Andressa. **Representações político-religiosas na campanha eleitoral**: análise da compreensão de jovens veiculados a instituições religiosas. Campo Mourão, 2012/2013. Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UNESPAR). Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), sob a orientação da Professora Doutora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e coordenação do Professor Doutor Frank Antônio Mezzomo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2013.

⁵ PAULA, Andressa. **Jovens universitários de cursos de licenciatura**: ações e representações sobre religião e política. Campo Mourão, 2014/2015. Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UNESPAR). Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), sob a orientação da Professora Doutora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e coordenação do Professor Doutor Frank Antônio Mezzomo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2015.

A pesquisa acerca do jornal maringense *Folha do Norte do Paraná*⁶, criado em 1962 pelo bispo da Diocese de Maringá Dom Jaime Luiz Coelho investigou, nas edições lançadas no ano de 1974, a construção de representações sobre a mulher a partir da influência católica. A partir da categoria de gênero nos atentamos para a análise dos papéis sociais e comportamentos atribuídos as mulheres no discurso católico maringense, da década de 1970.

O contato com as produções impressas ligadas a Igreja Católica e os aportes metodológicos para a utilização do periódico como fonte histórica, nos levaram às leituras relacionadas aos processos de criação e propagação dos discursos católicos por meio da imprensa, com o objetivo de disseminar normas e padrões para a sociedade brasileira.

Nas leituras realizadas sobre impressos desse gênero, que circularam no início do século XX⁷ notamos que, nessas publicações, seus autores se apresentavam como representantes de uma “boa imprensa”, num panorama que denunciava a existência de duas faces da imprensa. Nesse contexto, todo veículo de comunicação da Igreja se configurava como benéfico, mas quando era meio de divulgação de ideias anticlericais ou que tivessem um posicionamento neutro, eram caracterizados como maléficos.

Para reforçar tal conduta, em 1910, foi criado o Centro da Boa Imprensa na cidade de Petrópolis/RJ, com o objetivo de ser um centro de cooptação e orientação para publicações católicas no país. (ALMEIDA, 2002). A partir dessas constatações, surgiu o seguinte questionamento: no Paraná também existiu a circulação de periódicos inseridos nessa missão católica e que estivessem ligados ao Centro da Boa Imprensa?

Na investigação realizada em arquivos e pesquisas⁸ efetuadas sobre o tema, encontramos o trabalho desenvolvido por Campos (2010), no qual apresentava diversos periódicos curitibanos que circularam entre as décadas de 1920 e 1930 e possuíam ligação com a Igreja Católica. Dentre os títulos utilizados nessa pesquisa sobre o processo formativo do grupo de intelectuais católicos no estado, destacava-se a revista *A Cruzada*, apresentada como

⁶ PAULA, Andressa. **Relações de gênero e ensino de história**: representações da mulher no jornal *Folha do Norte do Paraná* (1971-1974). Campo Mourão, 2013/2014. Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UNESPAR). Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), sob a orientação da Professora Doutora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e coorientação do Professor Doutor Frank Antônio Mezzomo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2014.

⁷ Dentre as pesquisas consultadas destacamos: **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária** (ALMEIDA, 2002); **Missionários da “boa imprensa”**: a revista *Ave Maria* e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX (GONÇALVES, 2008); **O apostolado da imprensa**: a revista *St. Paulus-Bratt* como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912–1934) (KLAUCK, 2009) e **A “boa imprensa” e a “sagrada família”**: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis (1929 – 1959) (RIBAS, 2009).

⁸ Consultamos o arquivo de periódicos da Biblioteca Pública do Paraná e do Círculo de Estudos Bandeirantes, ambos de Curitiba e a biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade Federal do Paraná.

representante oficial do Centro da Boa Imprensa e que, se comparada os demais periódicos do gênero, foi a que possuiu maior longevidade⁹, com circulação entre os anos de 1926 a 1934.

Apesar de ser uma revista editada e impressa em Curitiba, sua circulação estendeu-se para outras cidades do Paraná e das regiões sul e sudeste. Selecionamos o Paraná, como recorte espacial, por ser o estado com maior número de cidades onde a revista era comercializada.

Nossa escolha pelo período de março de 1926 a fevereiro de 1931, foi condicionada ao período de circulação mensal, a primeira fase da revista. Após esse período, até 1934, o periódico tornou-se semanário¹⁰.

O contexto no qual *A Cruzada* esteve inserida, nos auxilia a compreender as motivações das escolhas de determinados assuntos em suas publicações. A conjuntura histórica da década de 1920 não se explica por si, os posicionamentos da Igreja Católica são decorrentes de processos anteriores, que influenciaram a sua atuação no país.

Com a promulgação da primeira Constituição Republicana no Brasil, em 1891, foram oficializados o fim do regime do padroado e o rompimento das relações entre Igreja e Estado. Ao declarar o Brasil um país laico, o texto constitucional também decretou a liberdade de culto. Frente a esse cenário, a Igreja Católica assumiu o controle da sua organização institucional e buscou lutar contra a perda do monopólio religioso brasileiro.

Em vista da autonomia conquistada e da necessidade de se fazer presente em todos os territórios do país, a Igreja investiu na criação de dioceses para a implementação efetiva do pensamento ultramontano. (AQUINO 2012; MANOEL, 2004). Como desdobramento dessas ações, foi criada a primeira diocese do Paraná, na capital Curitiba em 1892 e que em sequência a essa expansão institucional foi elevada a arquidiocese no ano de 1926. Esse processo, que obteve o auxílio do governador Caetano Munhoz da Rocha, acirrou os embates entre católicos e grupos anticlericais, tendo a imprensa como palco. (ZULIAN, 2009; MARCHI, 2013). Foi como produto dessa conjuntura que a revista *A Cruzada* adquiriu visibilidade.

⁹ Um dos principais problemas da imprensa católica no século XIX e que persistiu nas décadas iniciais do século XX era a vida efêmera das publicações. Alguns títulos chegavam a lançar apenas uma edição ou conseguiam se manter poucos meses em atividade. A manutenção da periodicidade era outro desafio, frequentemente os periódicos que se diziam semanais tinham edições lançadas quinzenalmente e os mensais lançados bimestralmente, justificados por “Carência de recursos, entraves no fluxo de dinheiro, crises frequentes de matéria-prima, dificuldades na manutenção de clientela e competição com a imprensa laica [...]” (GONÇALVES, 2008, p. 66) Desta forma, *A Cruzada* que se manteve oito anos em circulação, com alguns meses de interrupção em 1931 quando houve a mudança da periodicidade mensal para a semanal, teve maior longevidade que os demais títulos curitibanos, tais como o *Cruzeiro* (1931–1932), *O Alvor* (1935–1936) e *O Luzeiro* (1937–1939).

¹⁰ Em virtude das poucas edições encontradas referentes a essa segunda fase, optamos por não utilizá-las nesta dissertação.

Ao nos depararmos com o cenário de pesquisas da área de história realizadas sobre o Paraná e as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, notamos a expressividade de investigações que utilizaram periódicos enquanto fonte para a análise de diversos temas¹¹. Tais estudos estavam alicerçados no reconhecimento do uso dessa tipologia de fonte para a análise da história, a partir da década de 1970 no Brasil. (LUCA, 2008).

Essa identificação contribui para afirmarmos a importância do meio de comunicação impresso no período, mesmo que ainda em um cenário de altas taxas de analfabetismo, os grupos ligados às instituições religiosas, movimentos políticos e intelectuais utilizavam a imprensa para divulgar suas concepções.

Esse processo possibilita a transformação de um impresso em fonte para a pesquisa histórica, conservado por uma instituição, “significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma *outra coisa* que funciona diferentemente.” (CERTEAU, 1982, p. 83). Na transformação da revista em fonte, o primeiro passo necessário é localizá-la “[...] numa das instituições de pesquisa e averiguar as condições oferecidas para consulta. [...] nem sempre os exemplares estão organizados ou microfilmados à espera do pesquisador.” (LUCA, 2008, p. 141).

Da escolha da fonte até a análise do seu conteúdo, há um processo de desenvolvimento de etapas que permitem a realização da pesquisa, tais como a localização, a coleta, a leitura e tabulação. Como destaca Certeau (1982):

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz a física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto *a priori*. Ele forma a “coleção”. (CERTEAU, 1982, p. 81)

¹¹ Dentre as pesquisas sobre o Paraná desenvolvidas com periódicos destacamos: **Ideias em confronto** (BALHANA, 1980); **Clotildes e Marias: mulheres de Curitiba na primeira república** (TRINDADE, 1996); **Corvos nos galhos das acácias: anticlericalismo e clericalização em Curitiba (1896–1912)** (MARCHETTE, 1996); **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná (1902–1928)** (CARNEIRO, 2001); **As reclamações do povo na belle époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909–1916)** (BENVENUTTI, 2004); **Modernidade, religião e cultura: o Círculo de Estudos Bandeirantes e a restauração do catolicismo em Curitiba (1929–1959)** (HANICZ, 2006); **O pacificador beligerante: Alberto José Gonçalves – um padre na política paranaense da 1ª república (1892–1898)** (BALDIN, 2006) e **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná (1926–1938)** (CAMPOS, 2010).

Localizamos as edições d'A *Cruzada* no Círculo de Estudos Bandeirantes - CEB¹², instituição criada em 1929 e que, atualmente, é ligada a Pontífice Universidade Católica do Paraná, em Curitiba¹³. Como não existia a disponibilidade do acervo digitalizado, obtivemos a permissão de coletar o material, por meio da fotografia. Coletamos todas as edições¹⁴ lançadas entre o período de 1926 a 1931, que contabilizaram 55 edições¹⁵.

A seleção de fontes para uma pesquisa, está geralmente condicionada à sua resistência ao tempo, ou seja, a sua existência em arquivos públicos, privados e, atualmente, em formato digital. Le Goff (2003) destaca o caráter de sobrevivência dos documentos, que preservados ao longo do tempo possibilitam a análise de acontecimentos e processos ocorridos.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 535–536)

Além dos procedimentos necessários ao trabalharmos com qualquer tipo de documento como, identificar quem são os responsáveis por sua produção, seus interesses e objetivos envolvidos, devemos nos atentar, também, para aspectos próprios da produção periódica; o público alvo, os colaboradores, os anunciantes, os aspectos gráficos e editoriais, dentre outros¹⁶. (LUCA, 2008; CRUZ, PEIXOTO, 2007; CAPELATO, 1988; MARTINS, 2003, 2008).

Para além da análise dos aspectos contextuais, a metodologia empregada no processamento da fonte é outra questão que deve ser definida na pesquisa. Alicerçadas nas

¹² O Círculo de Estudos Bandeirantes, criado em 1929, na capital do Paraná tinha por objetivo ser um centro de discussão e formação da intelectualidade católica do estado. Dentre os fundadores estão o Padre Luiz Gonzaga Miele, José Lourenço Ascensão Fernandes, José Farani Mansur Guérios, Waldemiro Teixeira de Freitas, Bento Munhoz da Rocha Netto. (HANICZ, 2006). Alguns fundadores e colaboradores d'A *Cruzada* também estiveram ligados a CEB, tais como Rosário Farani Mansur Guérios, José de Sá Nunes e Angelo Antonio Dallegrove.

¹³ As edições da revista entre os anos de 1926 a 1934 também estão disponíveis no acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

¹⁴ As publicações d'A *Cruzada* que foram coletadas no Círculo de Estudos Bandeirantes correspondem a edição especial que começou a ser comercializada em 1928 com o valor de 12\$000 (12 mil réis). Essas publicações possuíam capa dura com o logo da revista e traziam sequencialmente todas as edições publicadas em um ano de circulação. A sua venda era feita a partir de encomendas na redação da revista, com a intenção que os leitores colecionassem o periódico.

¹⁵ Apesar de possuir periodicidade mensal a revista foi publicada em edição bimestral em cinco ocasiões. Em 1926 na edição junho/julho, em 1928 na edição abril/maio e em 1930 nas edições de abril/maio, agosto/setembro e outubro/novembro.

¹⁶ A partir da leitura da revista realizamos tabulações que objetivavam sistematizar esses aspectos. Nas tabelas destacamos os seguintes elementos presentes em cada edição: 1. Data da publicação; 2. Edição/número da revista; 3. Subtítulo; 4. Endereço da redação; 5. Tipografia; 6. Redator-chefe; 7. Gerente; 8. Diretor; 9. Capa; 10. Aspectos gráficos (fonte, cor, dimensões e etc.); 11. Número de páginas; 12. Colunas/seqções; 13. Autores/colaboradores; 14. Número de artigos e textos; 15. Número e tipo de imagens; 16. Tipos de comercialização/preço da revista; 19. Publicidades; 20. Preço das publicidades; 21. Temáticas recorrentes e 22. Análise por página.

abordagens metodológicas citadas, traçamos os seguintes objetivos para a presente investigação: a) analisar a revista *A Cruzada* enquanto representante da imprensa católica no estado do Paraná; b) identificar as principais temáticas publicadas entre os anos de 1926 a 1931, c) examinar os discursos acerca da dualidade das versões “boa” e “má” da imprensa e da leitura presentes na revista.

A Nova História trouxe ao centro das investigações novas propostas do uso de fontes, de objetos, abordagens e problemáticas. A partir da concepção de história total, na qual toda a atividade humana possui um passado, o que possibilita o historiador reconstruí-lo, abriu-se espaço para a História Cultural, na qual nossa investigação se insere: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1990, p. 16 - 17).

Entre os domínios temáticos que tal abordagem contempla, destacamos a História das Religiões e das Religiosidades, área que tem expandido suas frentes de pesquisa e conquistado espaço na academia. Tema sempre atual e que se apresenta de diversas formas na sociedade, como a intolerância religiosa, os conflitos no nível mundial, as novas formas de pertencimento religioso na modernidade, a inserção na política por meio das bancadas religiosas e a presença nos meios de comunicação, que vão desde os periódicos até as emissoras de rádio e televisão.

Em relação às novas abordagens da história, “o que interessa [...] não é a condição de verdade das afirmações religiosas que estuda, mas a relação que mantém essas afirmações, esses enunciados com o tipo de sociedade ou de cultura que os explicam.” (JULIA, 1995, p. 108).

Nessa perspectiva, não questionamos a veracidade das crenças religiosas de um indivíduo ou de um grupo, mas propomos analisar como tais discursos e práticas são construídos, como interferem e regem a vida de seus fiéis, influenciando padrões sociais ao definir modos de vida para além dos espaços para aos quais foram construídos.

No Brasil, o interesse da história pelos estudos sobre religiões e religiosidades se expandiu, especialmente a partir da década de 1980, antes disso, as pesquisas estavam concentradas nas áreas da sociologia, da teologia, da filosofia e da antropologia, que acabaram por se tornar os primeiros referenciais para as posteriores investigações da história. (ANDRADE, 2013).

Por muito tempo, as pesquisas que analisavam a Igreja Católica no Brasil, eram realizadas por seus próprios agentes religiosos, com produções voltadas, principalmente, para a história institucional. As mudanças na concepção sobre o que é história nos últimos anos

expandiram as possibilidades de pesquisa e levantaram novas questões para a análise das religiões e as religiosidades no contexto brasileiro. (BRANDÃO, 1988).

Nesse cenário contemporâneo da produção da história citado anteriormente, são pertinentes as contribuições de Certeau (1982) sobre o processo de escrita da história. O autor destaca que toda pesquisa historiográfica se articula em um lugar de produção e está submetida às imposições do seu meio de elaboração. Ao anunciar esse processo como uma operação historiográfica prossegue ao indicar que:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. (CERTEAU, 1982, p. 66; *grifos do autor*)

Na operação que envolve as diversas etapas de elaboração de uma pesquisa historiográfica e que finalizam com a produção de uma escrita, os aportes teóricos credenciam as reflexões suscitadas e dão suporte para as análises realizadas, configurando-se como um dos aspectos da prática científica que constituem a produção da história. Os conceitos de campo religioso, linguagem autorizada (BOURDIEU, 2007, 1998), formalidade das práticas (CERTEAU, 1982) e as noções sobre manuais de civilidade (CHARTIER, 1994) assumem esse papel em nossa investigação.

De acordo com Bourdieu (2007), o campo religioso é constituído por relações de forças e disputas pelo monopólio dos bens de salvação. Composto por um corpo de agentes especializados, por leigos e pelo “profeta”, que em vista do surgimento de novos grupos religiosos, e em momentos de crise, entram em luta pelo espaço religioso.

Ainda que a religião se apresente de imediato como se fosse um sistema de símbolos “fechado” e “autônomo” cuja inteligibilidade parece estar contida na hierarquia alegórica que propõe – como por exemplo, nos casos em que se descreve uma teodiceia em termos estritamente existenciais – a compreensão de suas práticas e discursos encontra-se referida às lutas dos grupos de agentes cujos interesses materiais e simbólicos tornam o campo religioso o terreno de operação para as lutas entre diferentes empresas de bens de salvação. (MICELI, 2007, p. 13)

À medida que o campo religioso brasileiro, no início do período republicano, abria-se para novas religiões, com a liberdade de culto, a Igreja Católica depois séculos de hegemonia, viu a necessidade de elaborar estratégias de atuação nessa luta pelo espaço religioso.

Ainda alicerçada pelas forças e o poder simbólico constituído após anos de sua presença e relações oficiais com o Estado, que lhe atribuiu o título de religião oficial do país até 1890, a Igreja Católica em vista do crescimento da imprensa no país, utilizou de forma mais efetiva esse meio de comunicação, ao incentivar a criação de jornais, revistas e informativos com a proposta de disseminar a doutrina católica e combater a presença de outras crenças na sociedade brasileira.

Outro conceito articulado por Bourdieu (1998) que se configurou como suporte para a pesquisa foi o de linguagem autorizada; o poder das palavras não é algo inerente a elas e o que atribui legitimidade ao que é dito, são as forças e relações de poder constituídos dentro de uma instituição, da qual um enunciador escolhido, fala em seu nome, e por esse motivo tem sua linguagem reconhecida. Desta forma, “[...] a linguagem, na melhor das hipóteses, *representa* tal autoridade, manifestando-a e a simbolizando-a.” (BOURDIEU, 1998, p. 87).

A partir do conceito de linguagem autorizada, podemos compreender a Mocidade Católica Paranaense, que lançou a revista *A Cruzada*, como um grupo de jovens leigos investidos do reconhecimento de falar/escrever em nome da Igreja Católica. (BOURDIEU, 1998). Ao se intitular como católica, a revista assegurava que seus discursos estivessem em consonância com as determinações doutrinárias e concepções defendidas pela instituição religiosa.

A autoridade investida pela Igreja a esse grupo foi reafirmada ao longo das edições da revista, pela publicação de textos e mensagens de religiosos, padres, bispos e do arcebispo de Curitiba Dom João Francisco Braga, que parabenizavam o periódico, incentivavam seu crescimento e a propagação da imprensa católica na sociedade. Por outro lado, a presença do Padre Antonio Mazzarotto, diretor da publicação entre 1927 a 1929, acentuava esse caráter de legitimador e supervisor das produções da revista.

Ao se dedicar a análise da civilidade presente nos chamados manuais, direcionados a determinados grupos, como jovens, crianças, mulheres entre outros, as noções articuladas por Chartier tornam-se pertinentes para a nossa proposta, pois as noções de civilidade presentes em dicionários, periódicos, tratados e manuais, passaram por mudanças históricas e abarcaram novos significados ao longo dos séculos. (CHARTIER, 1994). Apesar de sua abordagem estar vinculada aos aspectos que envolvem a produção escrita e a recepção da leitura na França dos séculos XVI a XVIII, o autor salienta que as questões levantadas e as hipóteses formuladas são pertinentes para reflexões de outros contextos (CHARTIER, 1994).

Além de outras interpretações, o termo estaria relacionado aos comportamentos em sociedade, maneiras de ser, noções éticas e designações sociais.

Sempre enunciada na forma do dever ser, a civilidade trata de transformar em esquemas incorporados, reguladores automáticos e comportamentos não indicados, as disciplinas e censuras que ela enumera e unifica em uma mesma categoria. (CHARTIER, 1994, p. 249)¹⁷

Entre os objetivos d'A *Cruzada* identificamos que, além de informar seus leitores sobre os acontecimentos religiosos do Brasil e do mundo, também buscou formar um modelo de católico, ao construir discursos que indicavam desde as práticas religiosas apropriadas e as que deviam ser evitadas, como também os comportamentos aceitáveis e os que deviam ser combatidos, que envolviam relações familiares, formas de se vestir e os tipos de leituras.

Na análise das publicações sobre a imprensa e leitura alicerçamos nossas reflexões no conceito de formalidade das práticas de Certeau (1982), pois a revista intencionava criar determinados padrões para a prática da leitura, redefinindo sua utilização para uma ação recristianizadora dos seus leitores.

As práticas permitem apreender os modos de uma nova combinação: elas definem, com efeito, o campo onde se efetua o deslocamento que irá refluir sobre as ideologias. Sua formalidade diferente manifesta seu reemprego com um outro funcionamento. (CERTEAU, 1982, p. 160)

Mediante ao crescimento do número de leitores e da expansão de títulos ligados a diversas correntes de pensamento, o periódico objetivou, ao longo de suas edições, construir um discurso sobre a correta utilização da imprensa e da leitura pelos católicos.

Com base no exposto e para a realização da discussão a qual nos propomos, dividimos nossa dissertação em três tópicos. No Tópico 2. *Construção do caminho para a imprensa católica no Paraná*, destacamos os principais aspectos referentes a história da Igreja católica no estado, tais como a criação da Diocese de Curitiba, a atuação dos bispos ultramontanos, a elevação a Arquidiocese e o embate com grupos anticlericais. Além disso, apresentamos um panorama do desenvolvimento da imprensa católica no país e as publicações desse gênero no Paraná. Tais elementos contextuais nos auxiliam a compreender o cenário da criação e circulação da revista *A Cruzada*.

No Tópico 3. *A Cruzada: revista da Mocidade Catholica Paranaense*, realizamos a análise da criação e constituição do grupo responsável pela revista a partir dos conceitos de

¹⁷ “Enunciada siempre en la forma del deber ser, la civilidade trata de transformar en esquemas incorporados, reguladores automáticos y no dichos de las conductas, las disciplinas y censuras que ella enumera y unifica en una misma categoría.” (CHARTIER, 1994, p. 249).

campo religioso e linguagem autorizada (BOURDIEU, 2007; 1998). Atentamo-nos para a estrutura do periódico, as propostas e os objetivos apresentados na primeira edição, o público alvo, as formas de comercialização, os colaboradores, a disposição das seções, publicidades e artigos nas páginas d'A *Cruzada*. Analisamos as principais temáticas apresentadas nas edições, tais como a doutrina católica, o combate a outras religiões, o comportamento da mulher e a estrutura das famílias, a partir das questões centrais tratadas sobre cada um desses temas.

Por fim, no Tópico 4. *Contra a “má imprensa” a “boa imprensa”*: os discursos católicos sobre a imprensa e a leitura na revista *A Cruzada*, analisamos os discursos produzidos pela Igreja Católica acerca da imprensa, enquanto veículo do bem e do mal presente em documentos papais e em cartas pastorais dos bispos brasileiros. Buscamos também compreender como as concepções sobre a “má imprensa” e a “boa imprensa” foram construídas na revista *A Cruzada* para identificarmos os padrões e as caracterizações dos perigos e prejuízos do contato com a imprensa anticlerical e com livros não indicados pela Igreja. Finalizamos com a campanha em favor da “boa imprensa” e a formalização da prática da leitura para os católicos. (CERTEAU, 1982).

Compreendemos, enfim, que a Igreja Católica, na segunda metade do século XIX e, sobretudo, nas décadas iniciais do século XX, visualizou na imprensa escrita uma importante arma de recristianização e difusão de suas concepções na sociedade.

2. CONSTRUÇÃO DO CAMINHO PARA A IMPRENSA CATÓLICA NO PARANÁ

A imprensa como fonte da pesquisa histórica¹⁸ se constitui em importante testemunho sobre as ideias e concepções de um período. Cruz e Peixoto destacam que, não apenas a imprensa, mas todos os testemunhos do passado possuem como característica a parcialidade, por isso não podem ser analisados como neutros ou objetivos, “[...] todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). Para completar essa compreensão as autoras acrescentam que:

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258)

Desta forma, os documentos necessitam ser compreendidos dentro do contexto de sua produção. Essa noção, que se tornou básica na produção historiográfica, envolve a criação da fonte e as relações sociais que permitiram a sua existência, fazendo com que tal produção possua determinadas características e objetivos. É esse processo de identificação contextual que buscamos realizar nesse tópico.

A criação da *A Cruzada*, assim como de outros periódicos católicos no cenário editorial brasileiro, nas primeiras décadas do século XX está ligado a diversos fatores. No final do século XIX mudanças nos diversos âmbitos da sociedade estão relacionadas ao surgimento de jornais, revistas e informativos da Igreja Católica, tais como o início de um novo regime político com a Proclamação da República (1889)¹⁹, as novas configurações organizacionais religiosas

¹⁸ Apesar de majoritariamente escrito os periódicos não se enquadravam dentro das fontes consideradas pertinentes para a pesquisa histórica, se comparados com os documentos ditos oficiais até o início do século XX. Mesmo após a renovação da história que teve o movimento dos *Annales* como um dos principais percussores, a fonte periódica ainda não se configurava como um documento recorrente nas pesquisas realizadas. Segundo Luca (2008) o caráter atribuído aos periódicos de registro fragmentário do presente, de publicação movida por interesses e paixões colocava sua utilização sobre suspeita. A influência da terceira geração dos *Annales* e da proposta de novos objetos, problemas e abordagens na década de 1970, resultaram tanto em uma renovação temática, quanto em uma ampliação do arcabouço documental para a prática historiográfica. Os periódicos que antes eram restritos a escrita de uma história da imprensa, conquistaram espaço para a realização da história por meio da imprensa. (LUCA, 2008).

¹⁹ Na década de 1870 havia se intensificado no Brasil a disseminação de ideias republicanas, aliadas ao descontentamento de importantes grupos sociais, como os militares, a elite civil e a Igreja Católica, quanto aos encaminhamentos do regime monárquico. Em 15 de novembro de 1889 foi Proclamada a República, sob o governo

impostas pela Constituição Republicana (1891)²⁰, os encaminhamentos internos emanados de Roma, a evolução dos meios de produção dos impressos e, o *boom* da criação de periódicos ligados a diversas correntes de pensamento.

Para pensarmos o próprio espaço paranaense desse período, não é possível deixar de ressaltar a instalação da primeira diocese em Curitiba (1892) e sua elevação para arquidiocese (1926), a presença de bispos e padres de formação ultramontana e as especificidades culturais, sociais e políticas do período. A apresentação de tais elementos contextuais torna-se necessária para compreendermos o processo de construção da imprensa católica paranaense no início do século XX.

2.1. A Igreja Católica no Paraná

O território que hoje corresponde ao estado do Paraná, até meados do século XIX, era denominado de 5º Comarca da Província de São Paulo²¹. A primeira tentativa de emancipação foi encabeçada pela Capitania de Paranaguá em 1811, mas fracassou pelo governo monárquico não acreditar que o território possuía autossuficiência financeira e social. Esse processo gerou apenas a alteração da sede da Comarca de Paranaguá para Curitiba em 1812. Após uma nova tentativa sem sucesso em 1821, que ficou conhecida como Conjura Separatista, o apoio da Comarca de Curitiba contra a Revolta Farroupilha (1835 – 1845) fez com que a Comarca Geral de São Paulo promettesse realizar um acordo de emancipação. (PRIORI et. al., 2012).

Em função da disputa entre Curitiba e Paranaguá, de qual seria a capital e, com a recusa de políticos paulistas que viam desvantagem na separação, a criação da província do Paraná

provisório do marechal Deodoro da Fonseca. Para uma maior referência as questões que levaram a mudança de regime político no final do século XIX consultar: **Da monarquia à república: momentos decisivos** (COSTA, 1999); **História concisa do Brasil** (FAUSTO, 2009) e **Uma breve história do Brasil** (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010).

²⁰ A primeira Constituição Republicana do Brasil promulgada em fevereiro de 1891 foi inspirada no modelo estadunidense. Por meio dela, ficou definido a República Federativa e as antigas províncias passaram a ser denominadas de estados, que possuiriam certa autonomia em relação a federação. A nova constituição também substituiu o imperador no poder executivo, pelo presidente que seria eleito a cada quatro anos. Para o sistema eleitoral foi determinado o voto direto e universal, com o fim do censo econômico. Foram considerados aptos para o voto os brasileiros maiores de 21 anos e excluídos os analfabetos, mendigos, praças militares e mulheres. Outras medidas que compunham o texto constitucional tinham interesse pelas concepções de liberdade e laicidade propostas pelo movimento republicano. Desta forma, o decreto nº 119-A do Governo Provisório de 1890 que havia abolido o regime do padroado foi oficializado. O país tornou-se laico e a relações oficiais entre Igreja e Estado foram rompidas. (FAUSTO, 2009).

²¹ Trindade e Andreazza (2001) apontam que no final do século XVI quando os europeus chegaram à região que se tornaria o estado do Paraná, se depararam com um espaço ocupado por povos indígenas pré-ceramistas nômades, que se organizavam em pequenos grupos e sobreviviam a partir da exploração dos recursos naturais, e também de povos ceramistas que tendiam a sedentarização e permaneciam largos períodos em determinadas localidades. Habitavam em geral as áreas atuais dos municípios de Contenda, Palmeira, Araucária, Curitiba, Campo Largo e Rio Branco do Sul, e pertenciam em sua maioria às famílias linguísticas Jê e Tupi-Guarani. (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001).

ocorreu apenas em agosto de 1853. A emancipação atendia aos interesses das elites locais, que almejavam dirigir com maior autonomia as suas atividades econômicas e mudar o cenário de insuficiência organizacional da província. (PRIORI et. al., 2012; TRINDADE; ANDREAZZA, 2001).

Enquanto o território paranaense era Comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo. (PRIORI et. al., 2012, p. 16)

Curitiba foi escolhida como capital da província e em dezembro de 1853 recebeu seu primeiro presidente Zacarias de Góes e Vasconsellos, político experiente que já havia governado as províncias do Piauí e de Sergipe. Dentre seus primeiros atos destacamos a realização de estudos para a construção de estradas ligando Curitiba ao litoral²², a implementação da instrução pública primária para a qualificação da mão de obra e o “abrasileiramento” dos imigrantes²³. (PRIORI et. al., 2012).

Nesse período não era apenas no âmbito político que o território paranaense estava ligado a São Paulo; no âmbito religioso católico, também estavam unidos pela Diocese de São Paulo desde 1745²⁴. “A expansão da Igreja no território paranaense acompanhou o crescimento

²² O final do século XIX e início do XX no Paraná “[...] caracterizou-se pelo fortalecimento de relações capitalistas de trabalho no âmbito da indústria ervateira, madeireira e, em menor grau, do setor agropecuário. Outro grande fator determinante de transformação em todo o Estado, nesse momento, foi a política imigratória que propiciou a instalação de colônias estrangeiras próximas aos sítios urbanos. [...] Mas, para todo o Estado, o trem foi efetivamente o grande arauto do progresso. Após a construção da linha férrea Curitiba-Paranaguá, em 1885, os trilhos se estenderam para o norte e para o sul, integrando todas as regiões. As melhorias em transportes e comunicação não pararam por aí: desenvolveram-se as estradas de rodagem que, em 1917, iriam atingir 6.000 quilômetros em tráfego.” (TRINDADE, 1999, p. 60 – 61).

²³ A baixa densidade demográfica do Paraná preocupava a elite provincial. Excluído a população indígena, a imigração europeia era o único caminho considerado no século XIX, principalmente para promover a agricultura de subsistência e povoar o meio rural. A vinda de alemães, poloneses, italianos, franceses entre outras etnias, primeiramente a partir do deslocamento interno no país, e depois com o incentivo do estabelecimento de imigrantes provenientes originalmente da Europa, também passaram a ocupar o meio urbano a partir das décadas finais dos oitocentos. Esse processo logo refletiu em modificações arquitetônicas e urbanísticas das principais cidades do estado. Nelas disseminaram-se construções de fachadas e interiores de casas particulares e comerciais no estilo europeu. Na arquitetura religiosa destaca-se que “A construção da atual Catedral de Curitiba, no último quartel do século XIX, é uma síntese dessa pluri-etnicidade social. Contou com o trabalho de arquiteto francês, engenheiros italianos e alemães, mestre-de-obras, artífices e operários de diversas nacionalidades.” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 58).

²⁴ O território que hoje corresponde ao Paraná pertencia eclesiasticamente a Diocese da Bahia até 1575, quando passou a fazer parte da Prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro até 1676. Entre os anos de 1676 a 1745 esteve ligada a Diocese do Rio de Janeiro. Com a criação da Diocese de São Paulo em 1745 o território passou então ao jugo paulista até o ano de 1892, quando houve a criação da Diocese de Curitiba. (HOORNAERT, 1982; MICELI, 2009).

da ocupação territorial e o aumento das atividades econômicas no território que depois passou a ser o estado do “Paraná.” (POLETTTO, 2010, p. 8-9).

A situação da Igreja Católica no Paraná acompanhava as dificuldades encontradas no nível nacional, com poucas paróquias, número de padres insuficientes para o acompanhamento dos sacramentos (batismo, casamento, confissão) e a realização de missas ou considerados pouco interessados em cumprir seus deveres religiosos. Ao realizar uma análise da situação do catolicismo no estado, antes da criação da Diocese de Curitiba, Poletto (2010) ressalta o alto número de processos movidos contra clérigos da Vigararia Eclesiástica de Paranaguá e Curitiba sendo que, no século XVIII apenas na vila de Curitiba, foi possível identificar 21 processos que envolviam clérigos em um universo de 74 processos gerais.

Em pesquisa no Arquivo da Cúria de São Paulo, encontraram-se os Processos Gerais Antigos que são processos julgados na Vigararia Eclesiástica de Paranaguá e Curitiba entre os séculos XVIII e XIX. Neles é percebido que o relacionamento entre os párocos e a população nem sempre foi de forma tranquila e amigável. Tais documentos apontam para uma série de testemunhos contra os clérigos prestados pelos fregueses, também pelo clero secular, que aparentam as mais diversificadas comunicações criminais, entre elas a usura, concubinato, contração de dívidas, cobrança de sacramentos, a quebra de celibato, pequenos furtos de dinheiros pertencentes à Igreja, entre outras. (POLETTTO, 2010, p. 93-94)

Além de possuir um clero que, frequentemente, era acusado de diversos delitos ou atitudes que contrariavam o juramento sacerdotal, também havia um número pequeno de paróquias no território. As de maior destaque foram construídas no século XVII: Nossa Senhora do Rosário, em Paranaguá (1648) e Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba (1668). (POLETTTO, 2010).

Diante de tal cenário desenvolveu-se um catolicismo com a forte atuação de leigos, distante daquele esperado por Roma, marcado por uma religiosidade denominada como popular²⁵, “devocionária, composta pelos rituais das festas, com manifestações que se aproximavam das pagãs, com exageros de bebidas e comidas, procissões, cantorias, enfeites, bailes e verdadeiros momentos de “carnavalização”.” (ZULIAN; PEREIRA, 2006, p. 76).

²⁵ Conceituar as manifestações religiosas que fogem das determinações institucionais da Igreja Católica tem sido um desafio, uma vez que há diversas visões conflitantes sobre a designação mais corrente de “popular” aplicada à religião. Para Mainwaring (2004) “Por catolicismo popular entende-se um conjunto de crenças religiosas tradicionais e de práticas desenvolvidas fora da Igreja institucional.” (MAINWARING, 2004, p. 30). Por outro lado, Brandão (1988) salienta que “[...] a própria classificação de “popular”, aposta a um modo “oficial”, isto é, legítimo e legitimamente institucionalizado de catolicismo, é uma construção erudita realizada pela própria Igreja.” (BRANDÃO, 1988, p. 55). Além disso, o autor destaca que o catolicismo popular nos olhos da ortodoxia é uma forma desqualificada de prática e imaginário da religião. Andrade (2008) aponta que são limitados os conceitos que se constituem a partir de dicotomias como oficial/popular ou dominante/dominado e destaca que o conceito de “catolicismo popular” deve ser compreendido dentro da sua historicidade.

As fraternidades, confrarias ou irmandades, como corporações leigas, eram associações civis religiosas copiadas das de Portugal nos primeiros tempos. Eram associações voluntárias de fiéis que se reuniam para fins piedosos ou caridosos. Uma tinham finalidades puramente religiosas, como a celebração do santo padroeiro, outras um caráter semelhante às das corporações de ofício, como São José dos Carpinteiros, Santo Elói dos Ourives, São Jorge dos Ferreiros, algumas existiam primordialmente para construir igrejas, outras para alguma obra social. Os principais hospitais da época colonial, as Santas Casas de Misericórdia, foram administrados por irmandades. Assim como as irmandades construíam igrejas, também as administravam: o padre era pago pela irmandade para servir na sua igreja. No caso o templo não era do padre nem pertencia legalmente à instituição eclesiástica, elemento que posteriormente provocou atritos e disputas entre irmandades e autoridades eclesiásticas. (ZULIAN, 2009, p. 89)

As irmandades mais antigas do território paranaense teriam sido as instituídas no século XVII em Paranaguá, “[...] Nossa Senhora do Rosário dos Brancos, a de São Miguel das Almas, a de São Benedito, que durante certo período esteve ligada à de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a do Santíssimo Sacramento.” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 29).

Para conter as manifestações, catequizar o povo e diminuir a influência desses grupos, no final do século XIX e início do XX, foram criadas novas associações religiosas para leigos controladas por clérigos como o Apostolado da Oração, a Associação das Filhas de Maria e a Congregação Mariana, dentre outras. (ZULIAN; PEREIRA, 2006).

O discurso conservador do movimento ultramontano ressoava nas atitudes do clero brasileiro. Após o evento da Questão Religiosa²⁶, na década de 1870, na disputa pelo monopólio dos bens de salvação, a disciplina do clero, a atuação religiosa e o respeito à hierarquia eclesiástica com as regras determinadas por Roma, passaram a ser mais presentes.

O movimento ultramontano pode ser entendido como um processo de autocompreensão (MANOEL, 2004)²⁷ da Igreja Católica, que vigorou entre 1800 a 1963²⁸. Possuía como

²⁶ O conflito entre o setor político e parte da Igreja Católica na década de 1870 ficou conhecido como Questão Religiosa. Importantes ministros e políticos que possuíam ligação com a maçonaria foram ameaçados de excomunhão por clérigos que seguiam as propostas do Concílio Vaticano I (1869 – 1870) e do movimento ultramontano. Entre os envolvidos nesse conflito estavam Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, e Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, que acusados de insubordinação foram presos e condenados a quatro anos de trabalhos forçados, tendo suas penas posteriormente abrandadas para prisão simples. (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010).

²⁷ Manoel (2004) utiliza o conceito de autocompreensão a partir de pensadores como Augustin Wernet, Émile Poulat e Antônio Saucerrote, para designar o momento em que uma determinada forma de organização torna-se dominante e direciona a atividade católica. O autor prossegue ao destacar que “Assim, quando nos referimos às autocompreensões da Igreja, referimo-nos de fato, à Igreja na sua vertente institucional em um dado momento histórico, onde o Papa (entende-se, a hierarquia eclesiástica) define um conceito de Igreja, estabelece suas tarefas e estratégias de ação e reordena sua política interna em função de seu projeto político e pastoral externo, e essa nova forma de autoentendimento permanecerá em vigência até ser substituída por outra, gerada nas suas próprias contradições internas e externas.” (MANOEL, 2004, p. 10).

²⁸ Manoel (2004) aponta que é possível distinguir entre o período de 1800 a 1963, três momentos do ultramontanismo. O primeiro momento englobaria o papado de Pio VII (1800–1823) ao de Pio IX (1846–1878) e correspondeu ao período de ênfase na consolidação do discurso conservador, mais do que propriamente na determinação de ações e práticas. O segundo teria se efetivado com o pontificado de Leão XIII (1878–1903) que

fundamentos principais a condenação do mundo moderno, a centralização eclesiástica em Roma e um retorno às bases da Igreja na Idade Média tomadas como paradigma. Por buscar a centralização das decisões eclesiásticas em Roma, o movimento ultramontano também ficou conhecido como romanização, ou seja, levar os preceitos do catolicismo romano e o discurso do Papa, estrato primeiro da hierarquia católica, para outros países, como ocorreu no Brasil. (MANOEL, 2004).

As linhas gerais do ultramontanismo estavam presentes no Paraná provincial, a partir da presença de párocos formados em seminários conservadores e de ordens religiosas europeias que chegaram com a intenção de sanar a escassez do clero na região e teriam iniciado a disseminação do pensamento romanizador no estado. A vinda desses clérigos suavizou a situação precária do catolicismo no estado, mas não conseguiu atender toda a extensão do território. (ANJOS, 2014).

Entretanto, se podemos ressaltar a circulação do pensamento ultramontano no estado ao longo dos oitocentos, não é possível deixar de elencar que nem sempre a presença do discurso esteve acompanhada de sua prática efetiva. Desta forma, destacamos a importância da implementação da primeira diocese no Paraná e a vinda de bispos reformadores, que se dedicaram à efetivação de um projeto direcionado a realidade do território, com o fortalecimento das bases existentes e a construção de novos alicerces para o ultramontanismo.

Diante da nova configuração político-religiosa, imposta pelo fim do padroado²⁹ e o consequente rompimento das relações entre Igreja e Estado, a Igreja Católica passou por um momento de reorganização de suas bases no país, do qual o processo de diocesanização foi um dos principais pilares de sua expansão organizacional, entre o final do século XIX e início do XX, “[...] as ações dos bispos católicos responderam às injunções da implantação da república

se preocupou mais no estabelecimento de uma política de intervenção católica na realidade concreta, tendo como exemplo, as Concordatas e as menores restrições a democracia. O terceiro momento com o papa Pio X (1903–1914) ao Pio XII (1939–1958) que caracterizou-se pela conversão do discurso em práxis, com o desenvolvimento da Ação Católica, que acarretou nas contradições internas que levaram ao fim do posicionamento ultramontano da Igreja, na realização do Concílio Vaticano II (1962–1965) e na América latina do surgimento da Teologia da Libertação. Esse terceiro momento também é apresentado pelo autor como um período de transição do ultramontanismo clássico para um catolicismo mais progressista, com uma forte atuação do laicato, que o fez questionar se não seria esse período um “pós-ultramontanismo”. (MANOEL, 2004).

²⁹ Del Priore (2004) destaca que “À aliança entre o Estado português e a Igreja católica chamou-se padroado: por concessão do papa, os monarcas portugueses exerciam o governo religioso e moral no reino e nas colônias. Na condição de grão-mestres, além do poder político detinham agora também o poder espiritual sobre seus súditos e deles podiam exigir doações e taxas para a Igreja. Em contrapartida, em muitas questões o rei invadia a área da Igreja. Por exemplo, administrava a cobrança do dízimo – a taxa de contribuição regular dos fiéis para a igreja -, controlando sua distribuição entre as paróquias e dioceses. Também escolhia os bispos, protegia ordens religiosas e perseguia outras, construía conventos e pagava os vencimentos da burocracia eclesiástica, como se capelães, vigários e bispos fossem funcionários da Coroa.” (DEL PRIORE, 2004, p. 8). Com a mudança do regime político da monarquia para a república, o decreto nº 119-A do Governo Provisório em 1890 colocou fim aos laços oficiais entre o setor religioso e o político, abolindo assim o regime do padroado. (MOURA; ALMEIDA, 1990).

segundo os interesses da própria Igreja [...]” (AQUINO, 2012, p. 25). Tal processo, identificado por Aquino, contrapõe-se ao uso do conceito de estadualização da organização eclesiástica, articulado por Miceli (2009), por compreender que há uma inadequação conceitual na redução das práticas eclesiásticas a uma finalidade de pacto oligárquico.

Assim, a *diocesanização* do catolicismo no Brasil, como parte de um movimento internacional de reorganização da Igreja Católica Apostólica Romana em um contexto de profundas transformações sociopolíticas, apresentou-se na condição de estratégia eclesiástica fundamental para ampliar a presença da Igreja na sociedade brasileira, respondendo às demandas da Cúria Romana e às necessidades sociopolíticas e religiosas específicas de cada unidade federativa da república brasileira. A *diocesanização* indicou ainda a ambígua e tensa relação da Igreja com a modernidade, afinal, ela incorporou muitas novidades científicas e tecnológicas da modernidade, mas combateu as suas repercussões morais e religiosas. (AQUINO, 2012, p. 95)

Anterior a esse debate, Hoornaert apontou que, por ser uma incumbência do Estado até 1889, a organização de dioceses e paróquias foi muito lenta no país:

Entre 1551 e 1676 o Brasil só tinha uma diocese, a de Salvador da Bahia. Nos anos de 1676 e 1677 foram criadas mais três dioceses: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, a última diretamente dependente de Lisboa. Na primeira parte do século XVIII foram criadas mais três dioceses: Pará (1719), Mariana (1745) e São Paulo (1745), acompanhando sucessivas aberturas de espaços brasileiros para o sistema colonial. Este número de sete dioceses manteve-se até a independência (1822). (HOORNAERT, 1982, p. 12 – 13)

Miceli evidenciou que, “até 1890, as doze dioceses existentes estavam situadas em dez províncias e nove capitais, afóra aquela sediada na corte. No período entre 1890 – 1930, as outras capitais estaduais foram também convertidas em sedes diocesanas.” (MICELI, 2009, p. 58 - 59). Rosendahl e Corrêa (2006) afirmam que esse processo tinha por objetivo materializar, territorialmente, a ampliação do poder simbólico da Igreja, primeiro com a criação de dioceses nas capitais das províncias/estados e, posteriormente, nos lugares centrais de nível regional. Nos quarenta anos transcorridos da separação entre Igreja e Estado, foram criadas 56 dioceses, dezoito prelazias e três prefeituras apostólicas³⁰.

³⁰ Diocese, prelazia e prefeitura apostólica são circunscrições que estabelecem uma hierarquização do espaço e designam territórios que estão sob influência da Igreja Católica ao possuírem como objetivo o estabelecimento da presença do catolicismo institucional a partir da administração de representantes oficiais do Pontífice Romano. De acordo com Aquino (2012) essas circunscrições possuíam entre o final do século XIX e início do XX algumas características principais. As dioceses eram confiadas aos bispos e fundadas em territórios considerados civilizados e dignos de sediar um bispado, geralmente capitais ou cidades de relevância regional. As prelazias ou prelaturas eram “[...] reconhecidas pelo Código de Direito Canônico de 1917 como dioceses, mas, na prática eram dirigidas por determinada Congregação religiosa masculina, cujo abade ou prior ou superior era o ordinário da prelatura, circunscrição criada em regiões próximas às terras de missão.” (AQUINO, 2012, p. 99) As prefeituras apostólicas ou vicariatos eram erigidas em terras consideradas de missão, e que na visão da Igreja Católica no período eram terras habitadas por selvagens e não civilizados. (AQUINO, 2012)

Esse foi o contexto de criação da Diocese de Curitiba, em 1892, a partir da bula *Ad Universas Orbis ecclesias*³¹ do Papa Leão XIII. O novo território diocesano também ficou responsável pelo estado de Santa Catarina³², esteve sob tutela da Arquidiocese do Rio de Janeiro até 1908 e, posteriormente, da Arquidiocese de São Paulo até 1926.

Foi um árduo trabalho, pois, nesse período, a Diocese de Curitiba abrangia todo o território do Estado do Paraná e também o de Santa Catarina, cerca de 300 mil km. Havia 78 paróquias para uma população de aproximadamente 700 mil habitantes e para todo esse contingente, apenas 47 sacerdotes. Desta maneira, os primeiros bispos de Curitiba, Dom José de Camargo Barros (1894-1904), Dom Duarte Leopoldo e Silva (1904-1907) e Dom João Francisco Braga (1908-1935), vivenciaram as grandes dificuldades de um espaço “sagrado” onde havia quase tudo por fazer. (ZULIAN; PEREIRA, 2006, p. 81)

O primeiro bispo da Diocese de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, nascido na Comarca de Itu, situada na Província de São Paulo em 1858, era oriundo de uma tradicional família católica paulista. Ingressou no Seminário Episcopal de São Paulo com 18 anos, e foi ordenado presbítero em 11 de março de 1883. Foi professor no mesmo seminário em que estudara e pároco da Igreja de Santa Efigênia em São Paulo, entre 1877 a 1893, quando foi convidado para ser o bispo de Curitiba. (POLETTI, 2010). A Diocese de Curitiba recebeu seu primeiro bispo apenas em 1894, para dar início a estruturação institucional da Igreja Católica no Paraná que possuía um cenário pouco propício.

D. José de Camargo Barros tinha a incumbência de romanizar a nova diocese, processo conflituoso e multifacetado, pois ao mesmo tempo em que iniciava a organização burocrática e o patrimônio, negociava com a Europa a vinda de novas ordens e congregações e empreendia o estabelecimento do Seminário e de colégios confessionais, enfrentava novos desafios, representados pela presença dos diversos contingentes migratórios, o movimento anticlerical, os empreendimentos protestantes, a maçonaria, o espiritismo, o positivismo e outros. Em suma, projetos distintos que conviveram e se confrontaram, oscilando entre a modernidade e a tradição no Paraná republicano. (ZULIAN, 2009, p. 61 - 62)

Em sua primeira carta pastoral, em ocasião da sua sagração episcopal, buscou delinear os caminhos da proposta de ação diocesana. O texto ressaltava a centralização de Roma nas decisões eclesiais e o respeito a hierarquia, isto é, o Papa enquanto autoridade primeira dita

³¹ Por meio dessa bula foram criadas também as dioceses de Niterói, Amazonas e Paraíba, além de elevar Rio de Janeiro a condição de arquidiocese. A partir disso, o Brasil ficou dividido em duas Províncias Eclesiásticas, a setentrional com sede em Salvador e a meridional com sede no Rio de Janeiro. LEÃO XIII. Bulla de Creação da Diocese de Corytiba. A Nova Hierarquia no Brasil (Ad Universas Orbis Ecclesias). In: **Collecção das Pastoraes, Circulares, Mandamentos Etc. de S. Exa. Rvma. O Sr. Bispo de Corytiba durante o primeiro quinquennio de sua administração**. Corytiba: Typ. Da Impressora Paranaense, 1900.

³² A Diocese de Curitiba ficou responsável pelo território catarinense até 1908, quando foi criada a primeira diocese do estado em Florianópolis. (MICELI, 2009).

os encaminhamentos para atuação das dioceses que supervisionam a efetivação das atividades pelos padres nas paróquias.

A hierarquização dos membros do clero e a definição do espaço de atuação de cada um eram fatores caros ao bispo, como podemos notar no seguinte trecho da sua carta pastoral: “Assim ao Bispo, como pastor da diocese, superior por direito divino aos fiéis e também aos padres, compete o poder legislativo, o poder judiciário e o poder coercitivo.” (BARROS, 1890 *apud* ZULIAN, 2009, p. 63).

Suas visitas pastorais intencionavam identificar a situação das paróquias, do clero e dos fiéis católicos da comunidade. Dom José preparou, detalhadamente, uma série de ritualísticas que deviam ser seguidas em razão de suas visitas, tais como os preparativos, a recepção e o cerimonial para recebê-lo. “A indisciplina, a negligência no culto e na administração paroquial, a desobediência à hierarquia, a falta de zelo na admissão dos sacramentos [...]” (ZULIAN, 2009, p. 68), eram alguns dos motivos que fizeram o bispo de Curitiba, seguir o panorama nacional da Igreja Católica no período, e se empenhar na criação de um novo modelo de seminário, alinhado com as concepções de hierarquia e disciplina.

A efetivação desse olhar rigoroso quanto ao respeito a hierarquia católica, pode ser notado em vários conflitos com párocos da diocese, cujo caso mais conhecido talvez tenha sido o da insubordinação do vigário Padre Vicente Guadinieri, da paróquia de Palmeira em 1899, acusado de não seguir as regras de reverência e obediência às autoridades eclesiais, além de possuir relações com a maçonaria. (ZULIAN, 2009; BALHANA, 1989).

O incentivo dado à vinda de clérigos estrangeiros, também auxiliou na formação ultramontana de novos religiosos no país. Na década de 1920, era perceptível a melhora quantitativa da formação eclesial, com um número de quinze seminários maiores e cerca de trinta menores³³ em funcionamento no país, além da reabertura de conventos, mosteiros e outras residências das ordens religiosas. (MICELI, 2009).

A formação do clero ultramontano no país teve, como um dos principais centros o Seminário Episcopal de São Paulo, “[...] um celeiro de padres e de bispos ultramontanos ou romanizadores que se espalharam no Brasil, levando consigo os princípios e metodologia dessa reforma conservadora.” (MANOEL, 1999, p. 209). Os dois primeiros bispos da Diocese de Curitiba, Dom José de Camargo Barros e Dom Duarte Leopoldo e Silva foram formados nesse seminário.

³³ O seminário menor equivalia-se ao colégio, onde se dava a educação básica e leiga. Terminada essa primeira etapa o aluno poderia ingressar no seminário maior com os cursos específicos de filosofia e teologia para a formação sacerdotal. (DEL PRIORE, 2004)

A pedido de Dom José, o Seminário São José, fundado em 1896, recebeu a Congregação de Missão e os clérigos lazaristas para compor o corpo docente: “No Paraná é possível observar, a partir de finais do século XIX, a substituição dos sacerdotes seculares, em boa parte das paróquias, por sacerdotes religiosos de origem e/ou pertencentes a congregações estrangeiras.” (ZULIAN, 2009, p. 84).

Entre as ordens religiosas europeias, que chegaram ao Paraná nesse período estão os passionistas, carlistas, franciscanos, verbitas e lazaristas. Esses religiosos foram encaminhados, principalmente, para o novo Seminário, os colégios confessionais femininos e masculinos e as paróquias em localidades com maior número de imigrantes advindos da Europa. (ZULIAN, 2009).

O programa do Seminário integralizava dez anos de formação, sendo que os cinco primeiros anos correspondiam ao seminário menor e, os outros cinco ao seminário maior, com dois anos dedicados ao estudo da filosofia e três para a teologia. A princípio, o Seminário esteve aberto a todos que desejassem estudar, mesmo que não almejassem seguir a carreira eclesiástica, mais tarde começou a criar turmas especiais aos jovens que se destacassem na vocação sacerdotal. (ZULIAN, 2009). Nesse seminário, em 1914, foi ordenado o padre Antonio Mazzarotto, futuro diretor da revista *A Cruzada*, de 1927 a 1929, e primeiro bispo da Diocese de Ponta Grossa, em 1930.

Assim como no cenário nacional, a Diocese de Curitiba, representada por Dom José, além organizar institucionalmente a Igreja Católica, também investiu no bom relacionamento com a elite política do estado. Outros clérigos também atuaram diretamente na política paranaense, como foi o caso do padre Alberto José Gonçalves, entre os anos de 1892 a 1896. (BALDIN, 2006).

Alberto José Gonçalves iniciou sua formação religiosa no Seminário Episcopal de São Paulo em 1874. Sua carreira eclesiástica iniciou em 1888, quando foi nomeado vigário colado da Paróquia Nossa Senhora da Luz, em Curitiba³⁴. Muito atuante na sociedade curitibana, escreveu em vários periódicos da cidade e, continuamente, esteve em meio a bate-bocas com diversos adversários. Lecionou em algumas instituições particulares, como o Colégio São José e o Colégio Parthenon Paranaense, no ano de 1889, passou por importantes cargos relacionados a sua função religiosa, mas também políticos por sua relação de proximidade com os presidentes do estado. Em 1892 foi eleito para o cargo de deputado da Assembleia Legislativa do Paraná, pelo Partido Republicano. (BALDIN, 2006).

³⁴ O Padre Alberto José Gonçalves manteve sua atuação eclesiástica e política no Paraná até 1908 quando foi nomeado bispo da Diocese de Ribeirão Preto/SP. (BALDIN, 2006)

Sua atuação foi relativamente pequena em projetos e emendas, e a maioria de suas propostas esteve ligada aos interesses imediatos da instituição eclesiástica. Ainda que sua inserção na política o fizesse participar das discussões em pauta no período,

[...] a presença de padres na Assembleia Paranaense não exigiria necessariamente que seu papel fosse determinante ao ponto do clero decidir as diretrizes do governo. No entanto, essa presença era um sinal claro de que o clero transitava pelos meandros do poder [...]. (BALDIN, 2006, p. 133)

Inseridos diretamente na política do estado ou mantendo boas relações com os altos escalões do governo, o clero paranaense conseguiu angariar apoio para as suas obras. O processo de diocesanização nas primeiras décadas do século XX foi impulsionado pelo auxílio e os benefícios conseguidos por intermédio das elites oligárquicas locais, tais como os governadores Affonso Alves de Camargo (1916-1920; 1928-1930) e Caetano Munhoz da Rocha (1920-1924; 1924-1928). (AQUINO, 2012; ZULIAN, 2009).

Até o fim do seu bispado Dom José de Camargo Barros manteve-se próximo aos governadores em exercício do poder, e tal relação foi mantida por seus sucessores, primeiro com Dom Duarte Leopoldo e Silva³⁵, que ficou apenas três anos como bispo de Curitiba, e com Dom João Francisco Braga³⁶. O apoio do poder político para a Igreja Católica no Paraná pode ser percebido, com maior ênfase, durante os movimentos que levaram Curitiba a sede da primeira arquidiocese³⁷ paranaense. No ano de 1924, Dom Francisco Braga relatou, em carta enviada ao Núncio Apostólico do Brasil, Dom Henrique Gasparri, a necessidade de criação de novas dioceses, para melhorar o atendimento das paróquias de algumas regiões do estado.

³⁵ Dom Duarte Leopoldo e Silva (1867-1938) era filho de portugueses, mas nasceu em Taubaté/SP. Antes da sua formação sacerdotal iniciou os cursos de Direito e Farmácia, mas não os concluiu. Ingressou no Seminário Episcopal de São Paulo em 1887. Em 1904 foi nomeado para ser o segundo bispo de Curitiba, onde permaneceu por três anos, quando foi indicado para a Diocese de São Paulo e tomou posse do bispado paulista. Em 1908 com a elevação da diocese para arquidiocese tornou-se seu primeiro arcebispo, onde permaneceu até seu falecimento em 1938. Disponível em: <http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/arcebispos/dom-duarte-leopoldo-e-silva> Acesso em: 10/04/2018.

³⁶ Dom João Francisco Braga (1868-1937) ordenou-se sacerdote em 1900 e foi nomeado bispo de Petrópolis em 1902. Em 1907 com sua transferência para a Diocese de Curitiba, tornou-se o terceiro bispo a assumir o cargo. Em 1926 com a elevação da diocese para arquidiocese tornou-se o primeiro arcebispo de Curitiba, onde permaneceu até 1935, quando renunciou por problemas de saúde, tendo falecido dois anos depois. Em relação aos seus antecessores foi o bispo que teve maior longevidade no cargo eclesiástico em Curitiba, permanecendo de 1908 a 1935. Disponível em: <http://arqnit.org/arqnit/dom-joao-francisco-braga-1902-1907/> Acesso em: 22/04/2018.

³⁷ Assim como define Aquino “As arquidioceses estavam um grau acima das dioceses na medida em que eram sedes metropolitanas de uma Província Eclesiástica formada por um conjunto de dioceses, em geral, criadas no antigo território da arquidiocese mantendo com esta um vínculo territorial. O bispo de uma arquidiocese distinguia-se de seu homônimo diocesano, recebendo o título de arcebispo metropolitano, ou, em alguns casos, sendo agraciado diretamente pelo Papa com o título de Cardeal [...]” (AQUINO, 2012, p. 99).

Além disso, era de interesse do bispo e do grupo clerical do Paraná, que a Diocese de Curitiba fosse elevada a arquidiocese, o que tornaria Dom Francisco Braga arcebispo. No processo de criação de dioceses e arquidioceses, competia ao Núncio realizar os tramites de verificação da documentação, averiguar a divisão geográfica proposta para demarcação do território de abrangência, do patrimônio e das rendas necessárias, além de analisar o candidato ao cargo, e encaminhar o seu parecer para a Secretaria de Estado do Vaticano. (ZULIAN, 2009).

Para atender as demandas necessárias para o estabelecimento das novas dioceses, Caetano Munhoz da Rocha se prontificou a abrir um crédito de cem contos de réis para a constituição do patrimônio de cada nova diocese. Para justificar esse auxílio, o governador manteve o discurso de que:

A possibilidade de projeção nacional através da promoção à arquidiocese, segundo ele, traria progresso material e visibilidade intelectual e moral ao povo paranaense, já emancipado politicamente e, portanto, merecedor de uma sede metropolitana. (ZULIAN, 2009, p. 204)

As solicitações encaminhadas a Roma foram atendidas, em 10 de maio de 1926; a Diocese de Curitiba foi elevada a Arquidiocese, e Dom João Francisco Braga se tornou o primeiro arcebispo do Paraná. Foram criadas também as Dioceses de Ponta Grossa, Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu, a partir da bula papal *Quon in Dies Numerus*, de Pio XI.

Caetano Munhoz da Rocha foi homenageado em diversas edições d'A *Cruzada*, nas quais as realizações do seu governo eram relacionadas com a sua moralidade católica³⁸. Em um artigo de três páginas, o literato colaborador da revista, José de Sá Nunes, sob o título de *Governo Benemerito* noticiou a inauguração do Leprosário de São Roque, do Asilo de Mendicidade São Vicente de Paulo e da Escola de Preservação. Também criticou “certos jornalistas” da cidade de Curitiba, que “apenas publicavam reprovações”, sem dar atenção para as obras e medidas realizadas pelo governador. (NUNES, nov. 1926).

Segundo Sá Nunes, Munhoz da Rocha vinha cumprindo seu plano de governo com retidão e honestidade: “Ora, como a verdadeira moral está no seio da Religião Católica, e o exm.º sr. dr. Munhoz da Rocha é tido e havido por administrador irrealizável, católico militante e de uma honestidade a tóda prova [...]”³⁹ (NUNES, nov. 1926, p. 159). Se por um lado A

³⁸ A revista *A Cruzada* dedicava o espaço das suas colunas sociais para homenagear políticos em ocasião de seus aniversários, além de ressaltar suas obras e a importância deles no cenário político brasileiro. Dentre esses além do governador do Paraná Caetano Munhoz da Rocha, destacavam-se Rui Barbosa, de quem a revista chegou a publicar excertos e frases de suas obras e o presidente da República Washington Luís (governo de 1926 a 1930), que chegou a ser homenageado com uma foto na capa da edição do mês de novembro de 1926.

³⁹ As citações apresentadas da revista *A Cruzada* estão transcritas tal como publicadas no periódico, portanto, mantemos a ortografia e gramática da época.

Cruzada exaltava as realizações do governador e a sua catolicidade, outros periódicos eram críticos ao governo de Munhoz da Rocha. Nesse artigo, Nunes ainda apresenta esses jornalistas como “inimigos do Estado” e “inimigos da Pátria”:

Mas nem todos julgam esse administrador modelar com a mesma isenção de ânimo e com o mesmo espírito de justiça. Certos jornalistas inconscientes, que só têm o nome de jornalistas porque escrevinham em jornal, com a estreiteza mental da sua mediocridade e a subserviência para com argentários que lhes matam a fome, analisam cegamente a administração honesta deste honrado dirigente, e não têm nenhum acanhamento de pôr em letra de fôrma as veledades mais ridículas, as objurgatórias mais soezes, as invencionices mais deslavadas as inverdades e, até, as calúnias mais clamorosas em relação aos actos do Gôverno, ao pessoal administrativo e ás autoridades nomeadas pelo exm^o. sr. dr. Presidente do Estado. (NUNES, nov. 1926, p. 160)

A imagem do governador, construída pela *A Cruzada*, era influenciada pelos benefícios consedidos à instituição católica, como o auxílio recebido para a implementação do projeto de criação das novas dioceses no estado durante o seu governo. Contudo tais benefícios não foram aceitos sem discussão pela sociedade paranaense, alguns grupos em nome da constitucionalidade da separação entre Igreja e Estado, atacaram a intervenção do governador em assuntos religiosos. Entre os críticos estavam os chamados livres-pensadores, que não deixaram de anunciar seu descontentamento:

No Estado do Paraná, em relação à ação do governo de Caetano Munhoz da Rocha, o grupo anticlerical se manifestava contra as políticas de auxílio à Igreja Católica. Para esse grupo, a República não tem religião, portanto não deveria auxiliar e apoiar obras religiosas. Os livres-pensadores afirmavam que o governo de Munhoz da Rocha era reacionário. O grupo católico leigo reagiu a esta postura de crítica manifestada pelos anticlericais, afirmando que o Brasil era católico desde o início de sua formação e se colocar contrário a essa situação era pôr-se em defesa da separação entre nação e governo, o que significava um atentado à tradição e à história do povo brasileiro. (CAMPOS, 2010c, p. 50)

Eram chamados de livres-pensadores os indivíduos que buscavam sustentar seus argumentos a partir da ciência, da lógica e da razão e, por esse motivo, em muitos casos combatiam a influência e a inserção da religião nos vários âmbitos da sociedade. Balhana pontua a necessidade de compreender que, no cenário paranaense do final do século XIX e início do XX, nem todo livre-pensador era anticlerical, da mesma forma que nem todo anticlerical era livre-pensador. (BALHANA, 1980). Os grupos anticlericais que se constituíram no Paraná utilizaram, principalmente, o meio de comunicação impresso para a divulgação de suas ideias.

Dos periódicos que se posicionavam contra a Igreja Católica, podemos elencar *O Cenáculo* (1895), criado por jovens intelectuais de Curitiba, *Jerusalém* (1898), da Loja Maçônica e, *A Electra* (1901), jornal da Liga Anticlerical Paranaense, entre outros. Existiam, também, aqueles que se declaravam neutros, mas abriam espaço para publicações de cunho anticlerical, como os jornais *A República* (1886), do Clube Republicano e o *Diário da Tarde* (1899) de caráter noticioso e de propriedade de E. Correia. (BALHANA, 1980).

Dentre os intelectuais que publicavam na imprensa anticlerical do Paraná, Dario Vellozo teve papel de destaque por sua trajetória em diversos periódicos da cidade de Curitiba. Dario Persiano de Almeida Vellozo (1869–1937) era natural do Rio de Janeiro, mas sua trajetória profissional se desenvolveu na capital paranaense.

Na sua trajetória intelectual, Dario Vellozo se dedicou a combater a influência da Igreja Católica no ensino e os benefícios concedidos pelo Estado à instituição eclesiástica, em discurso que se pautava no direcionamento a sua esfera privada. (BALHANA, 1980; MARCHETTE, 1996). Seu trabalho na imprensa iniciou no jornal *Dezenove de Dezembro*, no qual exerceu a função de tipógrafo. Era maçom e defensor de ideias neopitagóricas, tendo criado em 1909 o Instituto Neo-Pitagórico⁴⁰ na capital paranaense⁴¹. Entre alguns dos periódicos curitibanos que atuou estão o *Club Republicano* (1890), do qual foi colaborador literário e, posteriormente redator da revista, *O Cenáculo* (1895), citado anteriormente e que teve Vellozo como um dos fundadores, *A Esphyngue* (1899), *O Ramo da Acácia* (1908), *Myrto e Acácia* (1921), *A Lâmpada* (1931) dos quais exerceu a função de diretor.

Ao analisar o embate entre os anticlericais e os clérigos ultramontanos na imprensa curitibana na primeira década do século XX, Marchi (2013) elegeu dois personagens: Dário Vellozo e o padre Desidério Deschand, lazarista francês e diretor do Seminário Diocesano. Segundo o autor, até a última década do século XIX, as relações entre o clero e os anticlericais eram relativamente estáveis no Paraná, mas com a criação da Diocese de Curitiba e a vinda do bispo reformador Dom José de Camargo Barros, para assumir a gestão religiosa do território, reavivaram e intensificaram os embates entre os dois grupos. (MARCHI, 2013).

⁴⁰ O Instituto Neo-Pitagórico foi criado em 6 de novembro de 1909 a partir de uma reunião liderada por Dario Vellozo, com a participação de outros professores do Ginásio Paranaense e de ex-alunos. Era inspirado no antigo Instituto de Pitágoras criado no século VI a.c., em Crótona, na Magna Grécia. “O Instituto Neo-Pitagórico assimilou o exoterismo, ocultismo, teosofia e saberes heméticos do mundo egípcio, persa, babilônico e grego. Seguindo na esteira dos colégios iniciáticos da antiguidade, para ingressar na frateria neopitagórica, o candidato deveria seguir determinados rituais de iniciação dentre os quais, adotar o nome de um sábio da renascença ou da antiguidade.” (HANICZ, 2006, p. 192) Com sede no Templo das Musas em Curitiba o Instituto funciona até os dias atuais com reuniões públicas para discutir artes, ciências e seus princípios fundamentais de amizade, estudo e altruísmo. Disponível em: <http://www.pitagorico.org.br/> Acesso em: 16/05/2018.

⁴¹ Também exerceu a função de docente nos colégios Ginásio Paranaense e Escola Normal, onde ministrava a disciplina de História.

O conflito direto entre Vellozo e Deschand teria iniciado quando o primeiro começou a publicar uma série de obras e artigos no jornal *Diário da Tarde*, em 1905, em que afirmava a incompatibilidade do ensino religioso e o progresso da nação, com um discurso que atacava principalmente a atuação dos jesuítas. Apesar dessas acusações, o estopim do embate se deu quando Vellozo publicou o artigo denominado de *O Riso de Voltaire* que afirmava: “Ontem, o fanatismo que impunha; hoje, a Ciência que demonstra e a Filosofia que elucida. O dogma está morto; leva por epitáfio o riso de Voltaire.” (VELLOZO, 1975 *apud* MARCHI, 2013, p. 147).

Deschand, que até então tinha se contido, aproveitou o espaço concedido pelo jornal *A República* e partiu para a contraofensiva. Se por um lado, a estratégia de Vellozo era combater o ultramontanismo e a Igreja Católica sem nomear ninguém, por outro o Padre Desidério Deschand, pautou-se no ataque pessoal e nominal. (MARCHI, 2013). Em resposta ao artigo, Deschand se utilizou da ironia e de certo desprezo, para desqualificar a leitura da obra de Voltaire realizada por Vellozo:

Mais uma vez, pelas columnas d’O Diário, veiu hontem o Sr. Dario Vellozo provocar e ao mesmo tempo divertir aos bons habitantes desta capital com um daqueles artigos bombásticos e fofos de que tem ele privilégio no Paraná. (DESCHAND, 1941 *apud* MARCHI, 2013, p. 147)

Em outras publicações, o clérigo buscava menosprezar a atuação profissional de Vellozo, ao acusá-lo de não conhecer a verdadeira história do Brasil e questionar as fontes utilizadas nas suas publicações. (MARCHI, 2013). A resposta de Dario Vellozo foi o silêncio. Segundo o jornal *Diário da Tarde*, os seus jornalistas se recusavam a responder diretamente as pessoas, o que incluía o Padre Deschand. Se Vellozo não se defendia das acusações do clérigo, publicados na imprensa curitibana, outros o fizeram, como foi o caso do professor do Ginásio Paranaense Álvaro Pereira Jorge, sob o pseudônimo de Archimedes e, de André de Segni, que foi acusado por Deschand de ser um pseudônimo de Vellozo. (MARCHI, 2013).

Frente a essa circulação de discursos anticlericais na imprensa paranaense, a Igreja Católica seguiu as indicações contidas nas encíclicas, cartas pastorais, documentos de congressos e intensificou a utilização do meio de comunicação impresso para defender sua doutrina e combater as ideias publicadas nos periódicos ligados a esses grupos. Neste contexto foi idealizada e criada a revista *A Cruzada*.

Enquanto Balhana (1980) analisa esse momento de conflito, como um confronto entre anticlericais e clericais no Paraná, Marchette (1996) define como um momento de tensão entre

os dois grupos de intelectuais, que visavam influenciar os caminhos sociais, políticos e culturais do ainda recente estado, em meio a uma nova forma de regime político.

Em meio ao embate entre clericais e anticlericais no Paraná, iniciados no final do século XIX e intensificados nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Curitiba, principal cenário intelectual do estado, se desenvolvia a todo vapor, na sua infraestrutura, nos aspectos culturais⁴² e no aumento demográfico, que tornavam mais evidentes os sinais de modernização da capital e do estado do Paraná. Seu território que, em 1890 possuía 249.491 habitantes passou a ter, na década de 1920, um contingente de 685.711 pessoas. Apenas na cidade de Curitiba, a população deu um salto, passando de 24.553 habitantes, em 1890 para 78.986 habitantes, na segunda década do século XX. (MAGALHÃES, 2001).

Para atender as demandas dessa população em crescimento, investiu-se nas reformas e restauração da urbanização, a dedicação ao saneamento e a segurança pública. Essas transformações seguiam o exemplo de outras cidades do país, como São Paulo e Rio de Janeiro que, por possuírem papéis centrais no Brasil republicano eram considerados modelos de estruturação, e que por sua vez buscavam se inspirar nas metrópoles europeias, como Paris e Londres. No início do século XX, as mudanças em Curitiba, podiam ser notadas no:

[...] embelezamento da cidade, com a abertura de ruas, pavimentação e calçamento em outras, arborização, instalação de iluminação elétrica e limpeza pública, construção de edificações, expansão de fábricas e de locais para passeio, como praças e parques, além da abertura de espaços públicos, como os cafés e salas de espetáculos. (CARNEIRO, 2001, p. 48)

Se por um lado, o estado do Paraná buscou fomentar a modernização das cidades com obras de infraestrutura que visavam também a melhoria sanitária, por outro, essas mudanças não atingiram toda a extensão do território paranaense ou toda a população. O cotidiano de Curitiba e de outras cidades do país, era marcado por contradições, entre os indícios de progresso e a precariedade dos serviços ofertados, como “[...] ruas esburacadas e cheias de lama, restrito sistema de abastecimento de água e de esgoto, falta de higiene; as doenças, o lixo

⁴² A partir da segunda metade do século XIX foram criadas diversas instituições voltadas para a cultura, as artes e a educação, como o Arquivo Público (1855), a Biblioteca Pública (1857), a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná (1866) e o Museu Paranaense (1876). Além dessas instituições culturais, Carneiro (2001) destaca que no período da Primeira República intensificou no Paraná o movimento que ficou conhecido como Paranismo, que incumbido de um ufanismo regionalista, objetivava construir uma identidade para o estado. Esse movimento contou com vários políticos, intelectuais e artistas entre esses se destacam Romário Martins, Euclides Bandeira, Dario Vellozo, João Zaco Paraná, João Turin, Theodoro De Bona, João Ghelfi, Lange de Morretes entre outros. A ideia era criar uma imagem de estado em progresso, de desenvolvimento científico e tecnológico, que era impulsionado pela natureza específica do território, como o clima; e também quanto a população, a imagem do homem paranaense trabalhador e civilizado. (CARNEIRO, 2001).

que se acumulava pelas ruas e outras precariedades que se somavam ao elevado custo de vida.” (BENVENUTTI, 2004, p. 1–2).

Ao analisar a coluna *Reclamações do Povo*, do jornal *Diário da Tarde*, entre os anos de 1908 a 1916, Benvenutti ressalta que a população de Curitiba não se preocupava apenas com a estrutura urbana da cidade, mas também apresentava exigências relacionadas aos novos padrões comportamentais e valores culturais, que deveriam compor uma metrópole. Eram apresentadas reclamações quanto ao uso desregulado da bebida alcoólica e da participação em jogos ilegais que cresciam junto com a cidade. (BENVENUTTI, 2004).

A principal objeção era a prática da prostituição, principalmente se exercida em ruas importantes da cidade, como a Visconde de Guarapuava, Coronel Dulcídio, Rosário e Ratcliff, entre outros locais nos quais vigoravam um determinado padrão burguês. (BENVENUTTI, 2004). O autor destaca que alguns literatos e cronistas da época viam a presença de prostitutas em Curitiba, como uma semelhança ao estilo de vida das metrópoles, como Rio de Janeiro e Paris, que possuíam bordéis luxuosos, mas para a população que enviava suas reclamações para o *Diário da Tarde*:

[...] a prostituição era uma prática *imoral* que ofendia a famílias e os *bons costumes*, principalmente por negar o papel imposto à mulher, que deveria ser submissa, frágil, zeladora da casa e de sua prole. Logo, na Curitiba moderna, a exemplo das metrópoles, o meretrício deveria ter seu espaço delimitado, afastado da vista pública e submetido a vigilância policial e médica constante. (BENVENUTTI, 2004, p. 60)

Intensificação da presença da Igreja Católica, embates entre grupos intelectuais, transformações estruturais na urbes, precariedade de serviços e atitudes considerados fora da moralidade pretendida conviviam e conflitavam nas primeiras décadas do século XX, em Curitiba. Esses foram alguns aspectos em função dos quais, a revista *A Cruzada* produziu suas edições endereçadas ao público leitor católico.

Para prosseguirmos no processo de análise da circulação de periódicos católicos no Brasil e no espaço paranaense apresentaremos, a seguir, como se constituiu o desenvolvimento da imprensa católica até os anos iniciais da década de 1930.

2.2. Em serviço da fé: a imprensa católica no Brasil e no Paraná

A Igreja Católica manteve, ao longo da sua trajetória, um discurso pautado na necessidade de controle da palavra escrita e da leitura. Como indicam Chartier e Hébrard “A questão da escrita e dos seus usos está no centro dos distúrbios culturais e religiosos provocados

pelas Reformas.” (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 21). Desde o Concílio de Trento⁴³, no século XVI, a Igreja investiu no controle sobre o que era escrito e ao que os católicos liam.

Os meios para esse controle e os motivos dessa necessidade foram apresentados em documentos oficiais, intensificados em meados do século XIX⁴⁴, motivados pelo início do progresso da alfabetização e o desenvolvimento da imprensa de propaganda republicana e socialista, que possuíam um discurso anticlerical e de laicização do Estado. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995). Os papas Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903) foram as principais vozes que deram destaque a essa questão no período.

Em sua primeira encíclica, datada de 9 de novembro de 1846, Pio IX dedicou grande atenção a um tema que seria retomado em diversos momentos do seu longo pontificado: o decaimento moral e religioso das sociedades decorrente da “liberdade abusiva de tudo pensar, de tudo dizer e de tudo imprimir”. Condenadas pelo *Syllabus*, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa continuaram ocupando um lugar privilegiado nas reflexões de Leão XIII que consagrou mais de quarenta documentos à análise desses “problemas”. Recuperando propostas que já haviam sido enunciadas por Pio IX, Leão XIII enfatizou a necessidade dos leigos se mobilizarem na “organização de sociedades dedicadas à publicação e difusão da *boa imprensa*” que se encarregariam de combater a ação deletéria da imprensa anticlerical. (ALMEIDA, 2016, p. 332)

Os documentos apresentavam os caminhos para a ofensiva a partir da imprensa e influenciaram na publicação de periódicos alinhados a uma missão recristianizadora pelo mundo. Apesar do surgimento da imprensa no Brasil⁴⁵ no início do século XIX, e da presença de clérigos com função de censores, como Frei Antônio de Arrábida e Padre João Manzoni na

⁴³ O Concílio de Trento foi convocado pelo papa Paulo III e ocorreu entre 1545 a 1563, na cidade de Trento na Itália. O Concílio foi realizado em reação a Reforma Protestante do início do século XVI e buscou condenar as novas doutrinas protestantes, reafirmar os dogmas católicos e normatizar o comportamento dos clérigos. (POLETTI, 2010)

⁴⁴ Ainda na primeira metade do século XIX foi publicado a encíclica *Mirari Vos* (1832) pelo Papa Gregório XVI (pontificado de 1831 a 1846) que condenava o liberalismo e os movimentos revolucionários após a Revolução Francesa (1789), e que também apontava “a monstruosidade da liberdade da imprensa” como um dos males do período. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/mirarivos/> Acesso em: 01/05/2018.

⁴⁵ Apesar de já existir no Brasil a circulação de impressos, livros e periódicos foi apenas no início do século XIX que houve a instalação do órgão oficial de imprensa pela coroa portuguesa. A criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro em 1808 ocorreu para atender a necessidade de impressão de documentos oficiais e de periódicos autorizados. O primeiro jornal produzido pelo órgão foi a *Gazeta do Rio de Janeiro* lançado em setembro de 1808 e o seu principal concorrente era o *Correio Braziliense*, jornal redigido e impresso em Londres, mas de circulação no Brasil desde junho do mesmo ano. (MARIANI, 1993; MOREL, 2015) Para mais informações sobre a história da imprensa no Brasil consultar **História da Imprensa no Brasil** (SODRÉ, 2011); **História Cultural da Imprensa no Brasil (1900 – 2000)** (BARBOSA, 2007) e **A História da Imprensa no Brasil** (MARTINS; LUCA, 2015).

Impressão Régia⁴⁶, e Frei Tibúrcio da Rocha⁴⁷, na direção e redação de periódicos, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, foi apenas na segunda metade do século, que houve a criação mais acentuada de jornais, revistas e informativos autointitulados católicos⁴⁸.

O início da circulação de periódicos católicos data da década de 1830, com a *Revista Católica*, editada em Salvador, no ano de 1836. Esses impressos tratavam de questões relacionadas ao culto, a catequese e a doutrina. Possuíam como característica, o limitado tempo de circulação. (CAES, 2002).

Dentre alguns dos periódicos criados nesse período estão *A Religião* (1848) e *O Apóstolo* (1866), no Rio de Janeiro, *A Estrela do Sul* (1862), em Porto Alegre e a *Crônica Religiosa* (1869), em Salvador. Na Diocese de Mariana/MG no bispado de Dom Antônio Ferreira Viçoso, entre 1844 a 1875, a imprensa foi utilizada como meio de disseminação das concepções ultramontanas, principalmente quando o assunto era o combate às derivações regionais das diferentes formas de viver o catolicismo. Apontado como um dos precursores da romanização no Brasil, Dom Viçoso foi responsável pela criação do jornal semanal *O Romano* (1851), de caráter doutrinário e que foi substituído, posteriormente, pelo periódico *O Bom Ladrão* (1873). (CAMPOS, 2010a).

Após a Questão Religiosa, na década de 1870 os periódicos católicos passaram a ter novos contornos como o combate de ideias anticlericais presentes no discurso da maçonaria, do positivismo, do liberalismo e das correntes de pensamentos que envolviam importantes grupos políticos e intelectuais do país. Além da presença desse discurso anticlerical na imprensa brasileira, outro fator que definiu novas características para os impressos de inclinação católica, foi a perda do monopólio religioso nas décadas finais do século XIX⁴⁹.

O primeiro pronunciamento oficial da Igreja Católica, ainda em 1890, aconteceu no encontro da Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil, convocada pelo bispo do Pará Dom

⁴⁶ A partir da criação da Impressão Régia D. João VI decretou a instalação de quatro censores do governo, cuja função era ler tudo o que fosse impresso na tipografia real. Essa junta era composta pelo Frei Antônio Arrábida, o Padre João Manzoni, e os políticos Luis José de Carvalho e Melo e José da Silva Lisboa, que deveriam “[...] examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.” (SODRÉ, 2011, p. 41).

⁴⁷ O Frei português Tibúrcio da Rocha foi o primeiro redator do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*. Com aproximadamente quatro páginas por edição, esse periódico circulava nas manhãs de quarta e sábado, com eventuais edições extras com notícias “frescas”, principalmente sobre o cenário europeu. (MARIANI, 1993)

⁴⁸ Dentre as pesquisas realizadas sobre a utilização do meio de comunicação impresso pela Igreja Católica no Brasil destacam-se: **Os bispos do Brasil e a imprensa** (LUSTOSA, 1983); **Do Santo Ofício a libertação: o discurso e a prática do vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social** (SOARES, 1988) e **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária (1907 – 1937)** (ALMEIDA, 2002).

⁴⁹ A Constituição aprovada em 24 de fevereiro de 1891 apresentou algumas concessões a Igreja Católica. No seu texto final foram poupados os seus bens materiais e admitidas as ordens religiosas e congregações; além de algumas medidas deixarem uma brecha para a possibilidade de recebimento de subvenções da administração pública para o auxílio em obras de beneficências ligadas a instituição. (MOURA; ALMEIDA, 1990).

Antonio Macedo da Costa, realizada em 19 de março na cidade de São Paulo. Precedendo a promulgação da constituição, os bispos discutiram a separação entre Igreja e Estado, o decreto de liberdade de todos os cultos e os encaminhamentos propostos para a sua atuação nesse novo cenário. (MOURA; ALMEIDA, 1990).

O documento final, *Pastoral Coletiva do Episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis da igreja no Brasil*, não questionou o fim do padroado, pois a autonomia de controle dos meios de organização da Igreja Católica era vista como ponto positivo nesse processo, mas questionou o fim da intitulação de religião oficial do país, apontado como uma degradação, já que a maioria da população professava o catolicismo. (MOURA; ALMEIDA, 1990).

Dentre os encaminhamentos para a atuação da Igreja, o documento alertava para a necessidade de empenho dos clérigos e leigos, na construção de uma imprensa católica mais estruturada, que fosse capaz de combater a imprensa anticlerical, bem como as publicações relacionadas a outras religiões, como o protestantismo e o espiritismo. (GONÇALVES, 2008).

Há, porém, uma forma de que quiséramos ver-vos revestir hoje mais particularmente o vosso amor para com a Igreja: quiséramos ver-vos todos empenhados na difusão da imprensa católica como um meio de atalhar quanto possível os estragos da imprensa ímpia. (PASTORAL, 1890 *apud* GONÇALVES, 2008, p. 65)

A imprensa também foi meio de comunicação de outras denominações religiosas no Brasil, principalmente pelos protestantes e espíritas. Com primeiras iniciativas no início do período colonial, a inserção do protestantismo no país se desenvolveu mais efetivamente na segunda metade do século XIX. Entre suas estratégias de disseminação estavam a distribuição de bíblias, livros de literatura evangélica e publicações periódicas. O primeiro jornal protestante a circular no país foi a *Imprensa Evangélica* (1864), lançado pelo pastor estadunidense Ashbel Green Simonton, fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil. Criado no Rio de Janeiro, foi transferido para São Paulo, onde circulou até 1892. (LEONEL, 2014).

Os ares da modernidade europeia positivista e cientificista haviam aberto espaço no Brasil para o desenvolvimento do espiritismo no decorrer da década de 1860. Na província da Bahia em 1865, o Grupo Familiar de Espiritismo, fundou o primeiro centro espírita do país, sob a direção do professor e jornalista Luís Olímpio Teles de Menezes. O grupo lançou, em 1869 o jornal *O Echo D'Além-Túmulo*, primeira publicação espírita brasileira. (SILVA, 2015). No Paraná, antes da criação do primeiro jornal católico de relevância, em 1898, intitulado *A Estrella*, periódicos ligados ao espiritismo já estavam em circulação, como *A Luz* - Órgão do

Centro Espírita de Curitiba e a *Revista Spírita* de estudos psíquicos e morais, ambos lançados em 1890. (PILOTTO, 1976),

Portanto, a imprensa católica das décadas finais do século XIX pode ser analisada como uma reação à perda da hegemonia religiosa no país, aos discursos da imprensa anticlerical e da imprensa vinculada às outras religiões. Aliadas às questões doutrinárias do catolicismo, as publicações abriram cada vez mais espaço para os artigos com tom de combate aos considerados inimigos da Igreja.

A partir dessa reação, e com a ampliação de jornais e revistas dentro de seguimentos temáticos⁵⁰, o cenário de publicações ligadas diretamente a uma missão católica no país na segunda metade do século XIX era extenso. Dentre os periódicos lançados nesse período estavam *O Thabor* (1881), em Porto Alegre, o *Boletim Marianense* (1866) e *O Viçoso* (1893), em Mariana, *A Imprensa* (1897), na Paraíba, a revista *Ave Maria* (1898), em São Paulo e, *O Mensageiro da Fé* (1899) no Rio de Janeiro.

No Paraná, de forma geral, a imprensa das décadas finais do século XIX também possuía um panorama extenso de publicações destinadas a um público leitor diverso. Cenário diferente de meados do século, quando foi lançado o primeiro jornal do estado. Enquanto era 5ª Comarca da Província de São Paulo, o território paranaense tinha uma diminuta circulação de periódicos. Os que chegavam até as principais localidades, como Curitiba e Paranaguá, eram advindos, principalmente de São Paulo. Esse cenário alterou-se apenas após 1853, com a elevação da Comarca para Província do Paraná. (PILOTTO, 1976).

O primeiro presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconellos possuía como um dos planos de governo, a criação de uma tipografia para facilitar a emissão de textos e documentos oficiais do governo. Nesse mesmo período a oficina tipográfica de Candido Martins Lopes, situada em Niterói/RJ, foi transferida para a capital da recém-criada província, e recebeu o nome de Typographia Paranaense. (PILOTTO, 1976).

Nessa tipografia, foi lançado o primeiro jornal do estado, em 1 de abril de 1854, chamado *O Dezenove de Dezembro*⁵¹, título escolhido em homenagem a data de emancipação

⁵⁰ Com o número crescente de criação de títulos, os jornais e revistas passaram a se especificar cada vez mais dentro de uma temática. Dentre esses se destacam os caracterizados pelo humor, com a utilização de linguagem sátira e jocosa sobre a política e a sociedade como o *Cabrião – Semanário Humorístico* (1866) e a *Vespa – Revista Quinzenal Humorística e de Caricaturas* (1916) ambos de São Paulo. Os destinados para o público feminino, geralmente sobre moda, literatura e comportamento, como *O Espelho Diamantino* (1827), o *Correio das Modas* (1839) e o *d'O Jornal das Senhoras* (1852) no Rio de Janeiro. E na segunda metade do século XIX os de caráter político, principalmente os ligados ao movimento republicano como o *A República* (1870) no Rio de Janeiro e *O Antonina* (1873) no Paraná. (LUCA, 2015; SODRÉ, 2011).

⁵¹ *O Dezenove de Dezembro* teve uma pequena alteração no seu nome em 1855 e passou a ser intitulado apenas de *Dezenove de Dezembro*. Esse jornal possuía caráter noticioso e periodicidade semanal, com impressão aos sábados,

política do Paraná. Esse jornal foi um importante meio de comunicação na sociedade paranaense na segunda metade do século XIX, tendo finalizado sua circulação em 1890⁵². (PILOTTO, 1976).

O primeiro periódico católico de destaque foi *A Estrella*, publicado pela Diocese de Curitiba, em 1898, e que possuía como redator chefe Constante Affonso Coelho. Com a criação do *Boletim Diocesano*, em 1900, que se tornou publicação oficial da Diocese, o jornal *A Estrella* perdeu espaço no cenário editorial e enfrentou problemas financeiros, que acarretaram no encerramento de suas atividades, em 1905. (MARCHETTE, 1996; BALHANA, 1981).

Em 1898, o bispo Dom José de Camargo Barros publicou *Em favor da imprensa católica*, carta pastoral na qual ressaltava a importância dessas publicações.

O amor da pátria não é mais sagrado do que o amor da religião. Quando a pátria está em perigo, quando é atacada por inimigos internos e externos, é dever de todo o cidadão tomar as armas e correr em sua defesa. Do mesmo modo, quando vemos a religião vilmente atacada, é dever de todo crente defendê-la; quem pode falar ergue a palavra, quem pode escrever empunha a pena, quem não pode falar nem escrever fornece auxílio àqueles que querem falar e escrever e daí resulta quem em frente de uma imprensa ímpia, devemos levantar uma imprensa religiosa, se não queremos passar por pusilânimes e traidores de nossa fé. Daí resulta que a religião deve ter a sua imprensa, como a têm a política, a ciência, a arte, o comércio e até os clubes e associações efêmeras, a fim de defenderem as suas ideias e aos seus programas, quando os veem atacados. (BARROS, 1898 *apud* SOARES, 1988, p. 200–201)

Na compreensão do primeiro bispo de Curitiba, a imprensa seria uma arma de defesa da Igreja Católica em um momento no qual a religião estava sendo atacada. Na última década dos oitocentos, a república reconhecia apenas o casamento civil, a administração dos cemitérios passou a ser municipal e o ensino laico foi decretado nos colégios públicos, ou seja, vários espaços que antes eram monopolizados pela instituição eclesial foram abertos a outros grupos.

Dessa forma, se a imprensa era utilizada para atacar a Igreja, a mesma deveria ser também utilizada para defendê-la. Assim como existiam periódicos ligados a diversas linhas de

mas ao longo da sua trajetória passou a ter mais de uma publicação por semana até tornar-se diário em 1884. (PILOTTO, 1976).

⁵² Até 1857 o *Dezenove de Dezembro* era o único periódico de publicação paranaense, mas em setembro do mesmo ano foi criado o *Jasmim* de cunho literário e recreativo, seguido em 1860 pelo crítico *Mascarado*, ambos tiveram publicação efêmera com poucas edições. Fora da capital Curitiba, o primeiro periódico foi o *Paraná* em 1860 na cidade de Paranaguá. Em 1907, as vésperas do centenário da imprensa no Brasil o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB realizou uma coletânea sobre a história da imprensa brasileira. O objetivo era a realização de um inventário de todos os jornais publicados no país até aquele momento. Em cada estado foi nomeado um responsável pelo preparo desse catálogo, no Paraná o historiador Romário Martins foi o escolhido para a compilação de dados que resultou na publicação do **Catálogo de jornais publicados no Paraná de 1854 a 1907**. (PILOTTO, 1976).

pensamento e interesses, havia a necessidade da criação de uma imprensa religiosa com pessoas interessadas em falar, escrever ou pelo menos auxiliar nesse combate a imprensa ímpia.

O Concílio Plenário Latino Americano, realizado em Roma em 1889, com o intuito de unificar o pensamento do bispado latino americano, abriu espaço para a discussão sobre o papel da imprensa no reordenamento da Igreja Católica. Em vista do insuficiente número do clero e das especificidades da organização da Igreja nesse território, o Concílio propunha a participação dos leigos na escrita dos periódicos católicos. (KLAUCK, 2009)

Este Concílio Plenário exorta veementemente aos eclesiásticos e seculares que tenham dons necessários, e antes de tudo uma piedade e uma fé a toda prova, para que, cada qual na sua esfera, escreva nos periódicos católicos, defendam e vindiquem as doutrinas e direitos da Igreja, ponham em claro os inumeráveis enganos dos ímpios, e refutem a aterradora multidão de erros. Estes escritores, por mais que se declarem católicos e querem ser tidos como tais, *é necessário que sejam em todo e em tudo obedientes a Igreja, e acatem, por conseguinte, a autoridade de seus bispos*, sigam de boa vontade seus conselhos, escutem com humildade suas admoestações, e se alguma vez se julgar que há algo a corrigir em seus escritos, o corrijam com docilidade filial. Se cumprirem tudo isto como é devido, serão beneméritos da causa católica e, receberão sem dúvida da parte de Deus, copiosa recompensa. (CONCÍLIO PLENÁRIO, 1889 *apud* KLAUCK, 2009, p. 55 – 56; *grifos nossos*)

A atuação dos leigos na imprensa católica era condicionada às concepções ultramontanas de obediência a hierarquia eclesiástica. Os bispos deviam orientar a escrita do laicato, em suas dioceses. Em meio a esses encaminhamentos, o número de publicações católicas teve crescimento considerável no início do século XX.

[...] as revistas religiosas, beneficiadas pela recente liberdade de cultos, opondo-se ferrenhamente à pregação secular então encetada, cumprindo papel decisivo no controle da palavra e das mentes. Valendo-se de significativos recursos materiais, com gráficas próprias, bem aparelhadas e contando com subsídios vários, as revistas de cunho religioso alastraram-se, não raro qualificadas pela colaboração de talentosos articulistas e ilustradores do período. Maior circulação ainda obtinham as revistas de origem católica, com entrada garantida nos lares, vistas como inofensivas e benéficas às famílias de formação cristã, que conformavam a imensa maioria do país. (MARTINS, 2003, p. 66)

Outro fato relevante foi a criação da Editora Vozes na cidade de Petrópolis/RJ, em 1901⁵³. Com a direção dos franciscanos, a editora produziu livros didáticos, periódicos, publicações de temas religiosos, entre outros. Dentre os clérigos envolvidos na editora esteve

⁵³ A história dessa editora, que é considerada a mais antiga em funcionamento ininterrupto no Brasil, se iniciou com uma máquina impressora da marca Alauzet que estava abandonada e foi encontrada e consertada pelo Frei franciscano Inácio Hintze. A licença para o funcionamento da tipografia foi concedida em 1901, com a permissão para a impressão de livros didáticos. Na sua criação foi nomeada de Tipografia Escola Gratuita de São José, mas em 1911 passou a ser intitulada de Vozes de Petrópolis, o mesmo nome da revista lançada em 1907 e que estava ganhando reconhecimento nacional. (ANDRADE, 2012).

o Frei Pedro Sinzig⁵⁴, entusiasta da imprensa católica que após ter criado o semanário *Cruzeiro do Sul* (1902 - 1905) em Santa Catarina, foi transferido para o Rio de Janeiro, tornando-se um dos redatores da Vozes. O Frei Sinzig foi também o responsável pela criação de importantes órgãos de estruturação da imprensa católica como o Centro e a Liga da Boa Imprensa.

A fundação do Centro e da Liga da Boa Imprensa deve ser compreendida no bojo dessa ampla mobilização. Segundo Pedro Sinzig, um primeiro esboço do projeto de criação das duas instituições teria sido delineado durante o Primeiro Congresso Católico da Diocese de Niterói, realizado em Petrópolis entre 27 e 29 de junho de 1909. Dada a relevância assumida pelo “problema” da imprensa nos debates, os católicos decidiram realizar o Congresso de Jornalistas Católicos que se dedicaria exclusivamente à questão. Antecipando-se ao encontro, Pedro Sinzig divulgou um conjunto de propostas no texto “Avante! Brasil católico”. Depois de denunciar as “condições materiais, mais ou menos precárias, dos jornais católicos, [que] muitas vezes não permitem à empresa pôr à testa um talento superior que saberá fazer valer suas ideias”, o franciscano indicou a solução para os problemas que impediam o desenvolvimento da imprensa católica no país: a organização de “um Centro na Capital Federal ou suas imediações” que imprima “à orientação de toda imprensa católica no Brasil o caráter de ação comum segura e enérgica”. Com perfil semelhante ao de uma agência de notícias, esse “Centro” seria financiado por jornais católicos que lhe destinariam uma quantia mensal em troca de artigos e reportagens. (ALMEIDA, 2016, p.337)

Se a imprensa católica brasileira começou a dar seus primeiros passos no século XIX, foi no início do século XX que assumiu um caráter mais estruturado e institucional. A criação do Centro da Boa Imprensa, em 29 de janeiro de 1910, após a aprovação do Cardeal Joaquim Arcoverde⁵⁵, determinou a cidade de Petrópolis como sede administrativa. As finalidades dessa instituição foram expressas nos seguintes termos:

1. Auxiliar bons jornais e revistas que quiserem aceitar seu programa de ação; 2. Difundir a boa imprensa e a sã literatura; 3. Favorecer a fundação e manutenção de bons jornais e revistas. Formar jornalistas e escritores; amparar jornalistas católicos na indigência; 4. Favorecer aos jornais, revistas, pertencentes à coligação, artigos dos melhores escritores, sobre todas as questões; 5. Servir de intermediário com os centros

⁵⁴ O Frei Pedro Sinzig nasceu na Alemanha onde tornou-se franciscano, aportou no Brasil na cidade de Salvador em 1893. Além da carreira eclesiástica, foi escritor, músico, jornalista e professor de teatro e de música. Em 1902 foi nomeado guardião do Convento de Lages em Santa Catarina e no mesmo ano criou o semanário *Cruzeiro do Sul*, que após embates com grupos ligados a outros periódicos locais encerrou suas atividades. Transferido para Petrópolis, Sinzig iniciou seu trabalho como redator na Editora Vozes, onde publicou algumas obras como os romances **Não desanimar!** (1911), **Violetas** (1913), **Reminiscências de um frade** (1925) e o manual de leitura **Através dos romances: guia para as consciências** (1923). Com a criação do Centro da Boa Imprensa em 1910, Sinzig fundou e dirigiu o jornal *A Resposta* (1911), a revista infantil *Beija-flor* (1915), a revista cinematográfica *A Tela* (1919) entre outros. (PAIVA, 1997).

⁵⁵ Em 1918 o Cardeal Arcoverde instituiu o Dia da Boa Imprensa na Arquidiocese do Rio de Janeiro, iniciativa que foi seguida pelas Dioceses de Niterói e Maranhão. O dia 2 de fevereiro foi escolhido para ser dedicado a mobilização para o levantamento de fundos para a criação de um diário católico de alcance nacional. Esse projeto era uma das propostas iniciais do Centro da Boa Imprensa, que apesar do empenho em algumas negociações ainda não havia conseguido efetiva-lo. A discussão quanto ao perfil desse diário católico foi o responsável pela oposição de parte do episcopado brasileiro, em especial de Dom Sebastião Leme, que não concordavam com as estratégias editoriais e políticas do Centro e do Frei Sinzig. Após diversos conflitos em 1923 o Frei Pedro Sinzig foi afastado do seu cargo, e posteriormente as máquinas do Centro foram transferidas para o Rio de Janeiro. (ALMEIDA, 2002).

estrangeiros; 6. Fornecer informações seguras sobre acontecimentos importantes e sobre o que se entender com a defesa da Igreja e de seus Ministros; 7. Promover a publicação de bons livros, originais ou traduzidos; 8. Auxiliar a fundação de bibliotecas populares e círculos de leituras; 9. Promover congressos, reuniões, conferências, exposições etc. (SOARES, 1988, p. 186)

As propostas do Centro foram discutidas no Primeiro Congresso de Jornalistas Católicos, realizado entre 31 de março e 3 de abril de 1910. Nesse ano também foi criada a Liga da Boa Imprensa, subordinada ao Centro e que o auxiliaria administrativa e financeiramente. A Liga deveria ser formada por grupos nos estados do Brasil e contribuir com a quantia de 10\$000 (10 mil réis) mensais destinada à causa da imprensa católica. Os membros do grupo usufruíam da celebração de uma missa mensal em sua intenção, além da concessão de indulgências especiais. (ALMEIDA, 2002).

Ao analisar os dados da *Estatística da Imprensa Periódica do Brasil*, publicado em 1931 no Rio de Janeiro, e que englobava diversas categorias de impressos como os noticiosos, literários, humorísticos e esportivos, dentre outros, Martins constatou que os números de periódicos ligados a denominações religiosas expandiram consideravelmente. Em 1912, eram 84 títulos confessionais e, em 1930, esse número passou a ser de 272, um aumento de 223,8%. (MARTINS, 2003).

Dom Sebastião Leme⁵⁶, um dos bispos mais importantes da primeira metade do século XX, publicou em 1916 a *Carta Pastoral dirigida ao Ilmo. e Revmo. Cabido Metropolitano, ao Revdo. Clero e aos fieis da Arquidiocese de Olinda*, em ocasião da sua indicação para o arcebispado de Olinda. Na carta alertou para o afastamento entre a Igreja e seus fiéis, e que essa distância podia ser percebida com a falta de reação e até mesmo com a indiferença em relação a laicização do país por parte da população católica. Segundo Dom Leme “[...] os católicos identificavam-se como católicos de nome, de hábito, de tradição e de sentimento. Faltava-lhes a prática implantada pela Igreja reformada.” (MARCHI, 2011, p. 94 - 95).

Em meio a uma população que não vivenciava o catolicismo tal como esperava a Igreja Católica, o arcebispo do Rio de Janeiro, apontava que os males presentes na sociedade, não eram ligados a forma de governo, a República ou a outros regimes; o que havia propiciado tal cenário era a ignorância religiosa. O desconhecimento da religião teria afastado a população, fazendo com que se aproximasse de práticas que eram contrárias à sua doutrina, e até mesmo

⁵⁶ O paulista Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882 – 1942) cursou o seminário maior em Roma e ordenou-se padre em 1904. Foi nomeado bispo de Olinda em 1916, onde iniciou a elaboração das bases do movimento reformador. Transferido de Olinda para o Rio de Janeiro em 1921 tornou-se bispo auxiliar do Cardeal Francisco Arcoverde. Em 1930 foi nomeado o segundo cardeal brasileiro. (DIAS, 1996; ZULIAN, 2009).

de outras crenças como o espiritismo. Ao apresentar um dos remédios para alterar essa situação “Dom Sebastião fez uma referência especial ao hábito da leitura como um precioso veículo de instrução religiosa. Era fundamental valer-se da imprensa, dos boletins paroquiais e dos impressos doutrinários.” (MARCHI, 2011, p. 105).

Com a participação de leigos vários grupos de intelectuais católicos se formaram pelo Brasil, sendo que o mais conhecido foi o liderado por Jackson de Figueiredo⁵⁷, colaborador de Dom Sebastião Leme, e fundador da revista *A Ordem* (1921) e do Centro Dom Vital (1922), no Rio de Janeiro.

Por meio da revista *A Ordem*, os intelectuais divulgavam as doutrinas da Igreja Católica, e combatiam seus inimigos, identificados nas ideias modernas, no comunismo e no anticlericalismo. Já o Centro Dom Vital tinha por finalidade contribuir com o episcopado na obra de recatolização da intelectualidade brasileira. O grupo se reunia na sede da Livraria Católica para discutir textos de autores e “[...] destacava-se pelo fato de coordenar todas as iniciativas dos católicos e por incrementar um debate sobre os desafios que o mundo moderno apresentava para a Igreja. Os resultados deste debate eram divulgados na revista *A Ordem*.” (DIAS, 1996, p. 106). Ao analisar os objetivos d’*A Ordem* enquanto um instrumento de intermediação da Ação Católica⁵⁸, Dias (1996) afirma que:

A imprensa católica deveria contribuir na restauração social por meio das seguintes tarefas: divulgar a doutrina social da Igreja, informar sobre as atividades dos inimigos e sobre os meios de combate já experimentados nas diversas regiões, propor sugestões e alertar contra o comunismo. (DIAS, 1996, p. 93)

É a partir desse cenário desenvolvido no início do século XX, que no estado do Paraná foram lançados diversos jornais e revistas, a partir dos preceitos instituídos pelo Centro da Boa Imprensa e a serviço da Igreja Católica. Em Curitiba esses periódicos surgiram, principalmente, nas décadas de 1920 e 1930, tendo como a primeira publicação desse período *A Cruzada* criada, em 1926.

⁵⁷ Jackson de Figueiredo (1891 – 1928) era procedente de Salvador onde se formou em direito. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1915 onde desenvolveu atividades jornalísticas e políticas. O ano de 1918 marcou a sua conversão ao catolicismo influenciado pela amizade com Farias Brito e pela Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme (1916). Tornou-se liderança no grupo de intelectuais católicos brasileiros. Morreu afogado em 1928 sendo substituído por Alceu Amoroso Lima nas funções da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital. (MOURA; ALMEIDA, 1999)

⁵⁸ “A Ação Católica foi definida por Pio XI [pontificado de 1922 a 1939] como a participação do laicato católico no apostolado hierárquico para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. Tratava-se de um apostolado laical organizado, sob a égide da hierarquia, fora e acima dos partidos, com a finalidade de estabelecer o reino universal de Cristo.” (ZULIAN, 2009, p. 215)

Segundo Campos (2010c), esse periódico “[...] surgiu para defender os princípios e a verdade revelados pela Igreja Católica, ou seja, expressar ao público leitor uma visão de mundo vinculada à religião católica, utilizando uma forma corrente de expressão de natureza moral.” (CAMPOS, 2010c, p. 21-22).

Ao analisar as mulheres inseridas na urbe curitibana entre 1890 a 1930 e as suas relações políticas, sociais, educacionais e culturais, Trindade utilizou como fonte a imprensa periódica local, ao elencar 48 jornais e revistas dos mais diversos títulos e inclinações. Dentre esses periódicos, a autora utilizou *A Cruzada* nas edições de seu primeiro ano de circulação. (TRINDADE, 1996). Ao discutir a moralização das condutas impostas à mulher pela sociedade influenciada pela Igreja Católica destacou que:

O cerco progressivo às expansões femininas vai num crescendo até o final do período. Em 1926, a revista católica “A Cruzada” exorta as Filhas de Maria a darem um exemplo cristão: [...] *começando hoje mesmo a colocar mangas nos seus vestidos, a diminuir os decotes, a forrar suas “toilettes” transparentes a acrescentar alguns centímetros no comprimento das saias.* Pregando a modéstia do vestuário, o catolicismo tenta domar, pela base, os impulsos da sexualidade feminina, embora procure também amainá-la pelo recato da conduta e pelo amor à castidade. (TRINDADE, 1996, p. 161; *grifos da autora*)

Para expressar os modelos de castidade e modéstia destinados a mulher no início do século XX Trindade utilizou o artigo *Pagãs ou cristãs?* da autoria de Martha de Jesus, presente na edição de maio de 1926. Publicações sobre o comportamento destinado para as mulheres, a mocidade e as famílias foram um dos principais temas tratados por essa revista⁵⁹. (TRINDADE, 1996).

Outra publicação da capital paranaense, o jornal *Cruzeiro* (1931-1932), de propriedade da Legião Paranaense da Boa Imprensa teve como diretor o jovem Frederico Carlos Allende que também foi um dos diretores d’*A Cruzada*. O editorial do jornal salientava que “É ainda o jornal e o livro que podem entrar livremente no recesso do lar honesto para instruir, corrigir, distrair e não macular consciências, nem envenenar espíritos ávidos de novos conhecimentos.” (CRUZEIRO, 1931 *apud* CAMPOS, 2010c, p. 77).

Os termos escolhidos para os títulos desses impressos chamam atenção para a “[...] força simbólica dos conceitos usados pelas organizações católicas do período, “cruzada”, “cruzeiro”,

⁵⁹ Além das pesquisas de Trindade (1996) e Campos (2010c) que utilizaram a revista *A Cruzada* enquanto fonte de pesquisa identificamos também o trabalho de caráter inicial publicado nos anais do XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE em 2017. Ligada ao Programa de Iniciação Científica a pesquisa de Claras e Orlando (2017) foi desenvolvida entre 2015 e 2016 e teve por objetivo realizar um catálogo digital das publicações ligadas a Igreja Católica no estado do Paraná entre os anos de 1917 a 1970.

“união”. Eles expressam um caráter aguerrido, dominante e vencedor do catolicismo.” (HANICZ, 2006, p. 209).

O Círculo de Estudos Bandeirantes, que idealizava formar a intelectualidade católica de Curitiba criou, em 1934, uma revista para publicar os trabalhos e pesquisas de seus membros. Na definição de José Loureiro Fernandes, um dos fundadores da instituição, a *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes* possuía “[...] páginas destinadas não só a estudos científicos, históricos e literários contemporâneos, como também à reprodução de valiosos trabalhos antigos e documentos referentes ao Paraná.” (FERNANDES, 1934 *apud* HANICZ, 2006, p. 243-244). Sua proposta era ter periodicidade anual, mas ao longo dos anos o projeto não se concretizou e existiram algumas lacunas nas publicações. Em vista do seu conteúdo, o público leitor era mais restrito do que os outros impressos católicos do período.

Ainda foram lançados o periódico mensal *Alvor* (1935–1936), da Associação dos Ex-alunos do Instituto Santa Maria, que teve como diretor Roaldo Koehler, e *O Luzeiro* (1937-1939), também de periodicidade mensal e de responsabilidade da Confederação de Associações Católicas de Curitiba com a diretoria composta por Waldemiro Teixeira de Freitas, Roaldo Koehler e João Atila Rocha. (CAMPOS, 2010c). Na edição de dezembro de 1937, o jornal *O Luzeiro* destacou o papel da imprensa na orientação dos católicos:

Todos reconhecem o valor e o poder da imprensa, sua ação profunda no pensamento dos leitores. A imprensa forma, em boa parte, o ambiente social. E, no momento que atravessamos, compete à imprensa velar pelo patrimônio sagrado das instituições legítimas. Mas, particularmente à imprensa católica, está entregue a sublime tarefa de orientar a consciência dos fiéis diante dos grandes problemas sociais. (O LUZEIRO, 1937 *apud* CAMPOS, 2010c, p. 22)

Ao reconhecer o poder da imprensa como meio de comunicação de ideias e formação de consciências, a Igreja Católica incentivou a criação de periódicos a seu serviço. No Brasil, esses jornais e revistas assumiram, principalmente nas últimas décadas do século XIX um caráter de combate contra a imprensa anticlerical e a imprensa confessional de outras religiões, ao mesmo tempo em que se configurava como divulgadora da doutrina do catolicismo.

No século XX, apoiados em tais questões e com o desenvolvimento de centros responsáveis pela organização das publicações, esses impressos passaram a ter uma melhor estrutura de circulação. Dentro desse contexto e a partir das especificidades da Igreja Católica no estado, a revista *A Cruzada*, foi a principal representante dessas ideias no Paraná na década de 1920. No próximo tópico analisamos a criação desse periódico, e destacamos as

Características que constituíam o grupo responsável, a estrutura gráfica e os principais temas abordados em suas edições.

3. A *CRUZADA*: REVISTA DA MOCIDADE CATHOLICA PARANAENSE

Legitimada pela Igreja Católica, a revista *A Cruzada* disseminou padrões, comportamentos e práticas consideradas corretas, de acordo com as concepções católicas do período. Como toda publicação periódica, traçou objetivos, público alvo e estratégias gráficas com o intuito de ganhar espaço no mercado editorial paranaense e conseguir que sua mensagem atingisse as mentes de seus leitores⁶⁰.

No tópico anterior realizamos a análise do contexto histórico do estado do Paraná, nas décadas iniciais do século XX e examinamos a constituição da imprensa católica no país, aspectos ligados ao cenário de criação e circulação da revista. Neste tópico apresentamos como o periódico estava organizado, quais os objetivos do grupo responsável pelo impresso, os principais colaboradores e anunciantes, o público leitor e as concepções de pensamento presentes no discurso disseminado por meio de suas edições.

Examinamos, também, questões gráficas e editoriais, como a escolha do título e do subtítulo, a periodicidade, as formas de distribuição e circulação (tiragem, preços, comercialização), as condições técnicas de produção (redação, tecnologias de impressão, tipografia) e a estrutura de organização do periódico (capa, seções, colunas fixas, imagens, anúncios e publicidades).

3.1. A Mocidade Católica Paranaense

A história de um periódico se inicia com as idealizações do seu projeto de criação. Nesse processo, as linhas de pensamento e concepções do grupo responsável pelo seu lançamento influenciam os objetivos e interesses traçados⁶¹. Ao se anunciar como uma revista católica, *A Cruzada* identificava seu posicionamento.

⁶⁰ "A introdução das revistas no Brasil se deu no quadro das demandas dos impressos, o gênero se consagrava na Europa como espaço suplementar para a publicação de textos literários. São conhecidas as revistas inaugurais *As Variedades ou Ensaios da Literatura* (1812), da Bahia, vinculada a maçonaria; *O Patriota, jornal literário, político e mercantil* (1813), do Rio de Janeiro; a *Revista da Sociedade Filomática* (1833), em São Paulo, de caráter erudito e propósito nacionalista, iniciativa do grupo letrado da Academia de Direito." (LUCA, 2015, p. 63-64).

⁶¹ A fixação dos gêneros e dos sentidos atribuídos aos termos como jornal, revista, magazine e hebdomadário foram lentas e sofreram alterações ao longo do tempo. As características que atualmente definem o termo jornal para publicação diária em folhas separadas e revista para as com periodicidade espaçada, compostas por capas e com diversidade de temas, eram concepções ainda em construção no século XIX. (LUCA, 2008). Segundo Martins (2008) "O dicionário *Le Robert* informa que, derivada da palavra inglesa *review*, data de 1705 o primeiro uso do termo revista, hoje mais divulgado no sentido de publicação, definindo-o como "publicação periódica mais ou menos especializada, geralmente mensal, que contém ensaios, contos, artigos científicos etc. apresentando como sinônimos seus correlatos magazines, hebdomadários, anais e boletins." Nos dicionários de língua portuguesa, a gênese da palavra *revista* é situada no final do século XIX, quando, desgarrada do significado usual de "passar a

De fato, jornais e revistas, não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, 2008, p. 140)

No Paraná, os periódicos católicos circulavam desde o final do século XIX, com destaque ao jornal *A Estrella* (1898), que teve grande destaque entre os impressos curitibanos até os primeiros anos do século XX. (BALHANA, 1980). Nesse início de século, o desenvolvimento das técnicas de impressão proporcionou o crescimento do número de títulos, desde pequenas publicações de caráter artesanal até a chamada grande imprensa⁶².

O novo cenário citadino do início do século XX abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques; folhetos publicitários de casas comerciais e indústrias; jornais de associações recreativas, de bairros e das destinadas a etnias específicas; folhas editadas por mutuais, ligas e sindicatos operários, até os grandes matutinos e as revistas ditas de variedades, principal produto da indústria cultural que então despontava. (LUCA, 2008, p. 120–121)

A circulação das concepções e doutrinas da Igreja Católica em impressos no Paraná, portanto, não se configurava como uma novidade, mas a revista *A Cruzada* se apresentou como uma nova proposta de publicação no espaço editorial paranaense, enquanto constituía-se como arma de luta pelo campo religioso do estado.

A Mocidade Católica Paranaense constituiu um dos mais importantes grupos intelectuais da década de 1920. Era formada por jovens leigos estudantes, acadêmicos e recém-formados, advindos de famílias com visibilidade no meio social do estado. Com atuação principalmente por meio da imprensa, esses jovens também participavam da Congregação Mariana⁶³, da Catedral Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, associação que era dirigida pelo Padre Antonio Mazzarotto.

tropa em revista”, assume o *status* de publicação, mencionada sob a seguinte definição: “título de certas publicações periódicas, em que são divulgados artigos originais de crítica ou análise de determinados assuntos. ” (MARTINS, 2008, p. 45).

⁶² A imprensa brasileira do início do século XX foi marcada principalmente pelas inovações tecnológicas que permitiram a maior utilização da ilustração. Com a maioria da população analfabeta a transmissão da mensagem ou da informação por meio da imagem aumentou o público dos periódicos. Além disso, as modernas máquinas de impressão permitiram maior tiragem, a melhoria na qualidade, na rapidez e diminuiu os custos de produção. As tecnologias como o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos tornaram-se presentes na cena urbana e provocaram transformações nos impressos. Entre essas tecnologias destacavam as “[...] máquinas linotipos capazes de substituir o trabalho de até 12 das antigas composições manuais; máquinas de imprimir capazes de “vomitar” de 10 a 20 mil exemplares por hora; máquinas de fotografar capazes de reproduzir em imagens o que antes apenas podia ser descrito; métodos fotoquímicos que permitem a publicação de clichês em cores.” (BARBOSA, 2007, p. 22).

⁶³ “No Brasil, a devoção a Maria, desde o início do período colonial, integrou a catequese dos gentios e, em 25 de março de 1588, foi canonicamente instalada a Congregação Mariana do Colégio da Bahia. A primeira Congregação

A primeira Congregação Mariana fundada na diocese de Curitiba foi a da Imaculada Conceição e Santo Estanislau, a 4 de abril de 1910, na Igreja de Santo Estanislau. A Congregação Mariana da Catedral de Curitiba (Imaculada Conceição e S. Luis Gonzaga) foi criada em 1914 por iniciativa de 15 adolescentes e representa atualmente o grupo mais antigo de católicos leigos do Estado. Ao longo do tempo reuniu membros destacados da sociedade paranaense, com o objetivo de aplicar as lições espirituais aprendidas dentro do grupo na vida pública. (ZULIAN, 2009, p. 184)

Reunidos nessa associação, os jovens encontravam em Maria, a imagem da mãe protetora que orientava a mocidade para um futuro próspero e ao serviço a Igreja, ao mesmo tempo em que se afastavam dos perigos presentes na sociedade moderna.

No meio dos multiplos perigos em que se encontra o moço na sociedade actual, é-lhe necessario uma defesa, uma protecção para viver christãmente e a Congregação Mariana protege e defende a mocidade contra os perigos sob o manto maternal da Virgem Maria, Mãe de Deus. (CONGREGAÇÃO MARIANA DOS JOVENS DA CATHEDRAL, jul. 1927, p. 89)

Os jovens congregados marianos de Curitiba estavam em alerta quanto ao discurso da Igreja Católica sobre a necessidade de investimento na imprensa. Por esse motivo, tomaram para si o papel de criação e manutenção da revista *A Cruzada*.

Se como simples católicos devemos cumprir o dever de, por qualquer meio possível, ajudar a Boa Imprensa, aos Congregados, aos Filhos de Maria é dever maior que se lhe impõe perante a consciência e perante a Deus. Porque o Filho de Maria por ser tal, não deve deixar cair em mãos inimigas o terreno do nosso Pai celeste, o mesmo terreno que recebeu aquela semente frutificadora de que nos fala o Santo Evangelho. (GUÉRIOS, ago./set. 1930, p. 136)

A iniciativa do grupo recebeu destaque na primeira edição do periódico, uma carta aberta da autoria de “um amigo da desejada Cruzada”, ressaltava a coragem e o comprometimento dos responsáveis pela nova publicação católica de Curitiba. (CARTA ABERTA, mar. 1926).

Viva a mocidade catholica que enfrenta essa tarefa ardua, mas gloriosa e benefica! Uma bella revista que leve aos lares catholicos a boa semente, eis uma das optimas formas de apostolado moderno, de propaganda engenhosa, inteligente e popular do pensamento, das idéas, da verdade. [...] Seja “A Cruzada” a bem temperada arma de combate de jovens cavalheiros em cujas almas grandes e apostolicas ferva a paixão de defender e propagar a doutrina de Jesus – Christo! (CARTA ABERTA, mar. 1926, p. 13).

Mariana no Brasil, após a restauração da Companhia de Jesus, é datada de 31 de maio de 1870. Até 1900 fundaram-se 26 congregações; até 1918, 105; de 1918 a 1928, 128.” (ZULIAN, 2009, p. 191).

Esses jovens também estavam ligados a União de Moços Católicos de Curitiba, grupo criado em 6 de agosto de 1926, com a benção do bispo diocesano Dom João Francisco Braga, fato que virou notícia na revista “[...] rejubila-se grandemente pela fundação em nosso meio duma associação de moços cujos nobilísimos fins cooperarão por certo no aperfeiçoamento moral e intellectual da mocidade.” (UNIÃO DE MOÇOS CATHOLICOS DE CORITYBA, set. 1926, p. 132).

Além dos grupos mencionados, muitos jovens também participavam de outras associações e grêmios, como o Grêmio Literário São Luiz⁶⁴, anexo a Congregação Mariana e, o Centro Operário Católico do Paraná⁶⁵.

A imprensa que era vista como um apostolado moderno, tornava-se arma de defesa da Igreja e de combate aos inimigos da religião, como o anticlericalismo, a maçonaria, o protestantismo, o espiritismo entre outros. Desta forma “[...] os católicos deveriam assumir uma postura mais ofensiva, entrincheirando-se num campo em que seus inimigos gozavam de grande vantagem: a imprensa.” (ALMEIDA, 2016, p. 333).

Nesse contexto, a Igreja Católica passou a incentivar a participação dos leigos na recristianização da sociedade. “Estimulados pelo papado e submetidos à autoridade dos bispos, caberia aos leigos organizar e sustentar a “boa imprensa” em seus respectivos países, estados ou dioceses.” (ALMEIDA, 2016, p. 333). Com a criação de associações para todos os sexos e idades, tais como a Pia União das Filhas de Maria para mulheres solteiras e, a Congregação Mariana para os homens, a Igreja conseguiria supervisionar as práticas religiosas e a catolicidade de seus fiéis, enquanto os utilizavam como auxiliares no processo de reconquista do monopólio religioso do país.

O grupo que assina um periódico é formado por diversos profissionais, como redatores, colaboradores, administradores, agentes responsáveis pelas assinaturas, entre outros. No

⁶⁴ O Grêmio Literário São Luiz foi criado em 6 de agosto de 1924 em anexo a Congregação Mariana. A primeira diretoria era formada pelo presidente Padre Antonio Mazzarotto, e pelo vice-presidente José Loureiro de Ascensão Fernandes. O objetivo do Grêmio era “[...] incrementar entre os jovens o amor aos estudos e de estimular o gosto pelas letras.” (GREMIO LITERARIO SÃO LUIZ, mar. 1926, p. 16). Relatórios das reuniões do grupo eram publicados nas edições d’A *Cruzada* e traziam informações sobre as eleições para a nova diretoria e os títulos de trabalhos produzidos pelos membros.

⁶⁵ O Centro Operário Católico do Paraná foi criado em 19 de março de 1924 sob o patrocínio da Sagrada Família – Jesus, Maria e José. A primeira diretoria era composta pelo presidente Pedro Albus Cordeiro e o vice-presidente João Santiago Joly. Dentre os principais membros estava o sócio honorário José de Sá Nunes, que foi um dos mais assíduos colaboradores da imprensa católica de Curitiba. O Centro tinha caráter beneficente e de auxílio mútuo em casos de enfermidade, falecimento dos sócios ou familiares. (O CENTRO OPERÁRIO CATÓLICO DO PARANÁ, mar. 1926). Conforme dados presentes em seus relatórios, em maio de 1926 contava com 167 sócios, que tinham a disposição uma biblioteca composta por obras religiosas e jornais e revistas católicos, dentre esses estavam *O Pharol* e a *Revista Social* do Rio de Janeiro e *O Operário* de São Paulo, que tiveram suas assinaturas suspensas após a criação da *A Cruzada*, para que fosse dado preferência a revista da cidade. (RELATÓRIO DO MOVIMENTO SOCIAL DO CENTRO OPERARIO CATHOLICO DO PARANÁ, ago. 1926).

entanto, três nomes receberam destaque: Rosário Farani Mansur Guérios, Frederico Carlos Allende e o Padre Antonio Mazzarotto.

Rosário Farani Mansur Guérios (1907–1987), tinha dezenove anos quando iniciou os trabalhos como redator chefe da revista, entre março de 1926 e maio de 1927. Aluno do Ginásio Paranaense de Curitiba (1924-1930) posteriormente cursou a Faculdade de Direito do Paraná (1931–1935). Foi um dos principais colaboradores da imprensa paranaense e, desde seus quatorze anos, publicava textos em periódicos do interior do estado. (BORNATTO, 2011).

Imagem 1 - Rosário Farani Mansur no 1º Congresso da Mocidade Católica (1928)



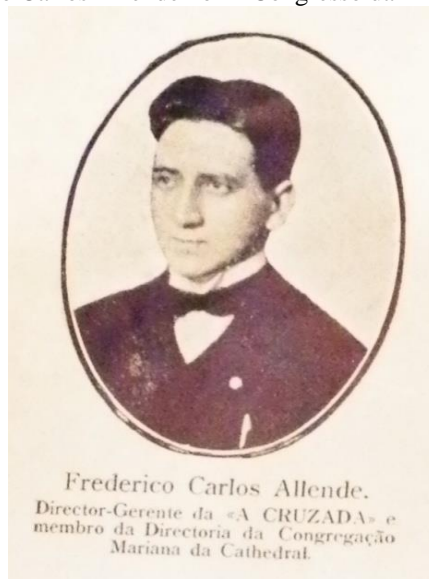
Fonte: *A Cruzada* (Acervo Círculo de Estudos Bandeirantes)

Seguiu carreira como professor⁶⁶ e se dedicou aos estudos linguísticos, com destaque para seu trabalho sobre línguas indígenas. Era congregado mariano e participou de várias associações e grupos intelectuais de Curitiba, como o Círculo de Estudos Bandeirantes e o Grêmio Literário São Luiz. Após se despedir do cargo de redator-chefe, tornou-se diretor de outro periódico o *Boletim Mariano* (1928).

Frederico Carlos Allende (1904 -?), foi o único que teve seu nome apresentado em todas as edições da revista que contemplam o nosso recorte temporal. Entre março de 1926 a fevereiro de 1928 ocupou o cargo de gerente e, entre março de 1928 a fevereiro de 1931, passou a ser diretor gerente.

⁶⁶ Mansur Guérios atuou como professor de português no Ginásio Regente Feijó (1934 – 1939) em Ponta Grossa, no Ginásio Paranaense (1939 – 1952), na Escola Técnica de Curitiba (1945 – 1966) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Publicou diversas obras sobre gramática e linguística, e livros didáticos pela Editora Saraiva. Por causa do destaque no meio intelectual do Paraná foi escolhido como revisor da Constituição do Estado em 1947 e 1967. (BORNATTO, 2011)

Imagem 2 - Frederico Carlos Allende no 1º Congresso da Mocidade Católica (1928)

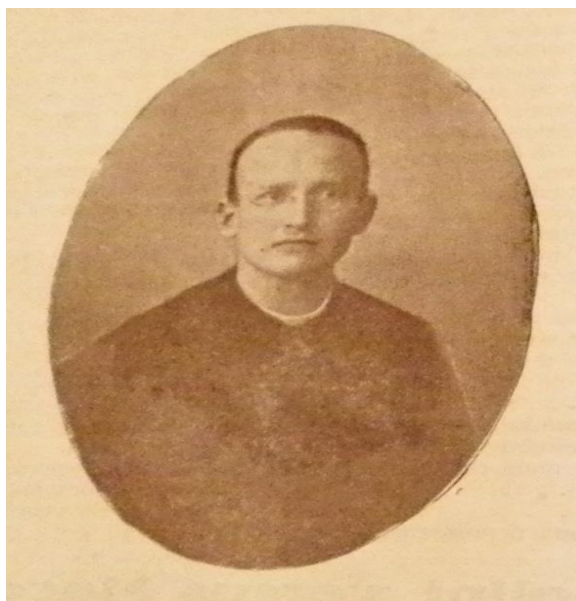


Fonte: *A Cruzada* (Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes)

Allende também era congregado mariano e participou do Grêmio Literário São Luiz, do qual foi secretário e tesoureiro. Exercia a função de tipógrafo o que fez com que trabalhasse com outros jornais e revistas de Curitiba. Apesar de muitos colaboradores utilizarem pseudônimos ou iniciais do seu possível nome para identificar-se, não encontramos artigos de sua autoria na' *Cruzada*. Allende também foi o diretor do jornal *Cruzeiro*, órgão da Legião Paranaense da Boa Imprensa, criado em 1931. (CAMPOS, 2010c).

Antonio Mazzarotto (1890-1980), natural de Santa Felicidade/PR, ingressou no Seminário Episcopal de Curitiba em 1905 e foi ordenado padre em 1914. No início de sua carreira religiosa, atuou como vigário cooperador da Catedral de Curitiba, onde angariou “[...] fama de erudição, eloquência na pregação e empenho na direção espiritual da juventude [...]” (ZULIAN, 2009, p. 1). Além disso, exerceu a função de professor catedrático de latim no Ginásio Paranaense, foi membro do Grêmio Literário São Luiz e diretor da Congregação Mariana da Catedral de Curitiba entre 1925 a 1929.

Imagem 3 - Padre Antonio Mazzarotto apresentação como diretor da revista (1927)



Fonte: *A Cruzada* (Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes)

O Padre Antonio Mazzarotto participou das idealizações para a criação de *A Cruzada* e passou a ser apresentado como seu diretor, a partir de março de 1927, tendo permanecido no cargo até novembro de 1929, quando foi nomeado o primeiro bispo da Diocese de Ponta Grossa⁶⁷. Ao analisar a trajetória de Dom Antonio Mazzarotto, Zulian destacou que:

D. Antonio tinha sido um dos fundadores da revista *A Cruzada*, órgão que se inseria na chamada “boa imprensa” e nela atuou como representante do clero e foi um dos colaboradores mais entusiastas. Esta revista, a partir de 1926, passou a ser o porta-voz da jovem intelectualidade católica paranaense, que começava a dar os primeiros passos na constituição de uma elite voltada ao aprofundamento teórico das questões políticas, filosóficas, teológicas, científicas e literárias à luz da doutrina católica. (ZULIAN, 2009, p. 325)

Enquanto diretor da Congregação Mariana, o Padre Mazzarotto esteve próximo aos jovens leigos de Curitiba, influenciando na formação da Mocidade Católica Paranaense e seu papel na imprensa curitibana. A sua presença na criação e, posteriormente, na direção de *A Cruzada*, atribuíam a legitimidade do periódico falar em nome da Igreja Católica. Com a linguagem autorizada pela instituição religiosa, a Mocidade Católica pode ser considerada “[...] o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo

⁶⁷ A Diocese de Ponta Grossa criada em 1926 recebeu seu primeiro bispo Dom Antonio Mazzarotto apenas em 1930. (ZULIAN, 2009). Em ocasião da sua sagração episcopal, a revista *A Cruzada* dedicou 8 páginas da edição de abril/maio para detalhar a celebração, os ritos e as personalidades presentes. A matéria destacava que “A “*A Cruzada*” que teve em D. Antonio, desde a sua fundação, como não só o director, como também o mentor della e também de um pugilo de moços, congregados marianos, manifesta-lhe nestas paginas as mais sinceras felicitações e pede a Deus que o tenha venturoso nos seus arduos misteres de pastor.” (A CHEGADA DO PRIMEIRO BISPO DE PONTA GROSSA, abri./mai. 1930, p. 62).

pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta *procuração*.” (BOURDIEU, 1998, p. 83). No processo de trocas linguísticas, entre locutores e seus grupos, o poder simbólico que envolve a palavra é o que atribui a sua aceitação pelos receptores da mensagem.

Há também o fato de que o produto linguístico só se realiza completamente como mensagem se for tratado como tal, isto é, decifrado; além do fato de que os esquemas de interpretação que os receptores põem em ação em sua apropriação criativa do produto podem ser mais ou menos distanciados daqueles que orientaram a produção. Por meio desses efeitos, inevitáveis, o mercado contribui para formar, não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso. (BOURDIEU, 1998, p. 24 - 25)

Para além da presença do Padre Antonio Mazzarotto, a revista também contava com o discurso legitimador de outros membros da Igreja, que parabenizavam o seu projeto e incentivavam a sua leitura pelos católicos. Ponto ápice dessa legitimação veio em março de 1927, com a visita do Cônego Alcidino Pereira, diretor do Centro da Boa Imprensa do Rio de Janeiro. O Cônego Alcidino era paranaense e também exercia a função de deputado do Congresso Estadual do Paraná, e em estadia na cidade de Curitiba reconheceu o trabalho do periódico.

Reconhecendo os altos intuitos que animam a vossa firma na causa da “Bôa Imprensa”, tenho o grato prazer de vos nomear representantes e correspondentes do “Centro da Boa Imprensa”, com séde no Rio de Janeiro, em todo o Estado do Paraná. [...] A causa da bôa imprensa é no momento a maior obra de apostolado que se pode fazer. (PEREIRA, mar. 1927, p. 18)

As edições de março, mês de aniversário da revista, vinham repletas de felicitações de clérigos, padres e bispos. Em 1930, em comemoração ao início do seu quinto ano de circulação foi publicada uma mensagem recebida do bispo da Diocese de Lages, em Santa Catarina, Dom Daniel Hostin.

Ao iniciar a mimosa “A Cruzada” o seu quinto anno de luta gloriosa pela Religião e pela Sciencia, envio-vos de Lages, da encantadora “Rainha da Serra”, minhas saudações e apllausos de envolta com os mais ardentes votos a Deus Nosso Senhor, para que sempre mais se propague a digna Revista, que tem sabido manter-se, com galhardia, no seu posto de honra. É verdade que não ha carreira mais laboriosa, mais injustamente criticada e mais mal recompensada do que a de jornalista catholico. Nada, porém, de desaminos, meus amigos! (HOSTIN, mar. 1930, p. 27)

A *Cruzada* lançou sua primeira edição em março de 1926, apresentando aos leitores sua proposta, seus objetivos e a estrutura de publicação, que se firmou como um dos principais periódicos católicos do Paraná na década de 1920.

3.1.1. A primeira edição

Até dezembro de 1926, a sede da revista estava localizada na Rua Barão do Cerro Azul, n. 1, onde funcionavam a redação e administração. No início de 1927 mudou para a Rua de São Francisco, n. 66, onde ficou até fevereiro de 1931. Na nova sede, além da redação e da administração, também passou a funcionar uma tipografia própria⁶⁸.

A *Cruzada* foi o título escolhido durante o processo de idealização do periódico. O novo empreendimento se lançava em uma cruzada católica pelo campo religioso da sociedade paranaense. O termo também remetia ao período medieval das expedições cristãs⁶⁹, que o ultramontanismo que regeu as posições da Igreja Católica entre os séculos XIX e meados do XX, encarava como paradigma a ser seguido.

“Cruzada!” nome que lhe foi dado depois de muito meditado. Quando o ouvimos, sentimos rebôar o imenso grito da fé e da coragem “Deus o quer”. Confiando em Deus, os guerreiros medievaes tudo deixavam e se reuniam ao redor de um chefe, intrepidos partiam para a lucta, contentes de ir derramar o seu sangue pela defesa d’aquelle que dera o seu pela salvação da humanidade. (JESUS, mar. 1928, p. 17)

O termo, referência a campanha de propaganda ou defesa de alguma ideia, era recorrentemente utilizado pela Igreja nos momentos de confronto com outros grupos e de necessidade de proteção e intervenção na estratégia de sua propagação. A imagem presente na primeira capa da revista (Imagem 4) também fazia referência ao termo. Apesar de não ser nosso objetivo analisar o material imagético publicado, vale tecer algumas considerações sobre a primeira imagem veiculada na publicação.

⁶⁸ A revista *A Cruzada* era impressa pela tipografia da Oficina da Papelaria Comercial (Rua 13 de Maio, n. 89) no início de sua circulação. Em novembro de 1926 passou a ser impressa pela Oficina da Empresa Editora Paranaense – Lombardi & Cia (Rua José Loureiro, n. 16), até que em março de 1927, quando completou um ano de publicação começou a ser produzida por tipografia própria, nas Oficinas Gráficas da *A Cruzada* (Rua de São Francisco, n. 66). A gráfica também se dedicou a publicação de livros religiosos, encíclicas, cartas pastorais e obras por encomenda.

⁶⁹ Diversos foram os motivos que levaram ao início do que ficou conhecido como Cruzadas no período da Idade Média. A primeira cruzada proclamada em 1095 ocorreu após o imperador bizantino Aleixo I solicitar a ajuda da cristandade ocidental contra os ataques dos turcos seldjucidas a Anatólia, porta de entrada de Constantinopla. No discurso do Papa Urbano II as expedições eram um movimento de reconquista da Terra Santa (Jerusalém) das mãos dos “infieis” mulçumanos. (DIAS; BERTOLI, 2011).

Imagem 4 - Capa da primeira edição d' *A Cruzada* (19 de março de 1926)



Fonte: *A Cruzada* (Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes)

A imagem apresentada na capa da edição lançada em março de 1926 apareceria nas quatro edições posteriores (abril; maio; junho/julho e agosto). Trazia, em primeiro plano, um homem montado em um cavalo puxando as rédeas do animal com uma das mãos, enquanto a outra segurava uma bandeira que trazia o título da revista. Sua vestimenta era composta por uma armadura, em sua cintura havia uma espada e em volta de sua cabeça uma aureola.

No segundo plano, a imagem era composta por uma paisagem montanhosa. Podemos analisar que a vestimenta, o cavalo e a espada do homem representam a sua prontidão para a batalha, para o combate de uma causa. A bandeira anunciava a quem se dirigia a sua defesa, ou seja, lutar pela Igreja Católica por meio da revista *A Cruzada*. Por fim, a aureola em sua cabeça, atribuía a santificação do seu ato de defesa da religião.

O campo religioso é um espaço de lutas entre o corpo de especialistas, detentores dos bens de salvação e os leigos, a quem dirigem e oferecem esse poder simbólico. Por outro lado, em busca do monopólio do campo religioso, diferentes instituições podem entrar em conflito, principalmente quando estão inseridos em um contexto de concorrência. (BOURDIEU, 2007).

Muitos periódicos católicos traziam a palavra "cruzada" estampada em artigos e textos, como também no título de suas publicações. "Títulos e subtítulos funcionam como "manchetes", primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais." (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 261).

No momento de idealização e circulação da revista *A Cruzada*, a Igreja Católica instituição historicamente construída, encontrava-se em luta pela sua soberania nas questões religiosas do Brasil. Ao desacreditar outras religiões para impedir sua expansão no país e, ao combater comportamentos ditos modernos, considerados uma afronta à moralidade católica, a imprensa era uma arma de divulgação e combate, ao lançar-se em uma cruzada pela busca da conquista definitiva do campo religioso do país. (BOURDIEU, 2007).

Dentre as publicações brasileiras que utilizavam o termo como título, identificamos o jornal *A Cruzada*, criado em 1918, pela Arquidiocese de Aracaju/SE e que circulou com alguns períodos de interrupção até 1969, como também a revista mensal *Cruzada*, lançada em 1919 na cidade de Paranaguá/PR, dedicada a letras, artes, atualidades e de caráter religioso católico. (SANTOS 2011; SCHEIFER, 2008).

A criação de impressos católicos entre o final do século XIX e início do XX eram apoiados por encíclicas papais, portanto, não eram exclusividade brasileira. Na década de 1850 circulava em Lisboa o jornal religioso e literário *A Cruzada* e na primeira década do século XX houve outra publicação lusitana com o mesmo título, sob o subtítulo de revista católica das famílias e boletim oficial da Diocese do Porto. (AZEVEDO; RAMOS, 1991).

Em Portugal, no ano de 1930, foi criada a revista *Cruzada*. Este periódico passou por diversas reformulações em sua trajetória de circulação e se mantém ativo até hoje em versão impressa e digital. Tal publicação está sob a responsabilidade do Apostolado da Oração⁷⁰. Com periodicidade mensal, tinha conteúdo destinado a crianças e jovens, mas ampliou seu público para todas as idades. “Esta revista é um dos órgãos de comunicação da Igreja Católica em Portugal com maior difusão. Está presente junto de muitos emigrantes portugueses, tendo assinantes em 82 países.” (REVISTA CRUZADA, 2018).

Cruzada Católica era o título da publicação espanhola, iniciada em novembro de 1932. Revista mensal, de inspiração sindicalista-católica, era publicada em Madrid e possuía em média 15 páginas. Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha⁷¹ estão disponíveis suas edições entre 1932 a 1936. (BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA, 2018).

A escolha do mês e do dia para o lançamento da primeira edição da revista curitibana *A Cruzada*, também anunciavam suas propostas e seus objetivos. O dia 19 de março é dedicado à celebração de São José, santo escolhido para ser o padrinho do novo empreendimento impresso

⁷⁰ Site da revista portuguesa *Cruzada*. Disponível em: <http://revistacruzada.pt/> Acesso em: 09/05/2018.

⁷¹ As edições da revista espanhola *Cruzada Católica* estão digitalizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bne.es/details.vm?q=id:0005351058> Acesso em: 09/05/2018.

paranaense. “Sob o patrocínio do glorioso Patriarca São José é que a nossa revista dá seus primeiros passos na carreira da imprensa.” (A.B., mar. 1926, p. 2) São José era apresentado como Patrono da Igreja Católica e chefe da Sagrada Família, um exemplo de santidade e comprometimento com a religião, que deveriam ser seguidos pelos católicos.

Pois bem, para que a familia se torne de novo na terra a arca santa dos mais puros affectos; para que os lares sejam verdadeiras escolas de virtudes moraes e sociaes; para que lá se fruam todas as felicidades que são possiveis neste vale de lagrimas e de miserias, é indispensavel a obdiencia aos preceitos divinos, seguindo os exemplos que nos deram os mais celebres observadores da doutrina de Jesus-Christo. Entre estes, seguramente, o mais celebre é o glorioso Patriarcha S. José. A sua vida no lar é um verdadeiro modelo. No seio de sua familia não ha tempestade. (A.B., mar. 1926, p. 3)

As revistas publicadas no mês de março eram edições especiais de aniversário e traziam textos que louvaram e pediam a proteção de São José. Além de definir o padrinho da obra, a primeira edição buscou apresentar os seus objetivos de divulgação da doutrina cristã-católica e de combate os ataques dos inimigos da Igreja, identificados no período como os erros da modernidade, como a liberdade de culto, a imprensa anticatólica, a moda, a dança, entre outros.

Dotado pela munificencia divina de alterosos e magestosos pinheiros, de cachoeiras espumosas e ruidosas, de campinas verdes e onduladas, de um clima suave e saudavel, o Paraná, tão privilegiado e favorecido quer, fazendo côro aos outros estados que lhe são irmãos, possuir um orgam que cante os louvores do Omnipotente, que lhe reivindique os direitos, defenda os attributos e ao lado d’Elle combata intrepido em prol dos sublimes ideaes que elevam os espiritos, ennobrecem os corações e temperam os caracteres. (A CRUZADA, mar. 1926, p. 1)

Ao reconhecer a existência e importância da imprensa católica em outros estados do Brasil, a revista buscava se tornar o órgão de divulgação e de louvor a Igreja Católica no Paraná. O texto afirmava que os responsáveis pela publicação estariam prontos para defender a fé que professavam.

Quando vir a verdade insolentemente negada e a virtude cynicamente proscripta, não deixará esta revista de levantar sua voz para defender a ambas, alumiando e alentando. Esta attitude condiz com a idade e crença dos que trabalhamos nesta publicação periodica. Somos um pequeno grupo de moços entusiastas e destemidos que professamos de viseira erguida aquella Religião que, além de ser universal, é dos brasileiros. (A CRUZADA, mar. 1926, p. 1)

Para além dos objetivos de divulgar e combater concepções, identificamos que a revista tinha como proposta informar e formar. Se por um lado, ela apresentava os acontecimentos religiosos, políticos e públicos do Paraná, do Brasil e também do mundo, por outro lado, trazia textos e artigos que objetivavam construir um modelo de sociedade, com católicos que

conheciam a religião e seguiam corretamente as suas práticas, ou seja, que não desvinculassem o saber e o fazer. A partir da moralidade católica definiam comportamentos, maneiras de se vestir, livros e periódicos apropriados para a leitura.

Por essas razões, *A Cruzada* pode ser compreendida como um manual de civilidade, destinada a um grupo específico, os leitores católicos, para os quais buscou construir um discurso que direcionava as maneiras adequadas de viver a doutrina da Igreja. Conforme Chartier (1994) analisa nesses manuais “[...] o autor, o comentarista e o editor sempre pensam que o leitor deve ser submetido a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada.”⁷² (CHARTIER, 1994, p. 42).

Submetidos a uma definição de comportamentos a serem seguidos ou evitados, seus leitores se deparavam com padrões normatizantes, que definiam o ser católico no início do século XX. “Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos.” (CAPELATO, 1989, p. 15).

Quando se trata de periódico religioso, a primeira definição de público alvo é a do fiel que professa a fé defendida pelo jornal ou revista. Contudo, outras questões estão envolvidas no processo de identificação dos pretensos leitores de um título.

3.1.2. Público alvo, comercialização e preços

Toda produção escrita publicada busca atingir um público leitor, no caso dos jornais e revistas que possuem uma periodicidade determinada, seja diária, semanal ou mensal, os próprios objetivos propostos pela publicação começam por evidenciar a quem se destina a mensagem presente nas suas edições. “O estudo dos públicos leitores remete aos sujeitos e ao campo de sentidos, no qual atuam: leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura do periódico enquanto um campo de forças.” (CRUZ; PEIXOTO, p. 263, 2007).

Ao analisar a imprensa católica em Curitiba, entre as décadas de 1920 e 1930, Campos distingue dois tipos de publicações: os periódicos que objetivavam expressar uma mensagem de teor moral para um público culto, que tinha acesso à leitura, dentre os quais a *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes* que reunia intelectuais leigos católicos e publicava artigos de cunho filosófico, teológico e científico, lidos por um grupo mais seletivo; e periódicos como *A*

⁷² “[...] el autor, el comentarista y el editor siempre piensan que el lector debe ser sometido a un sentido único, a una comprensión correcta, a una lectura autorizada.” (CHARTIER, 1994, p. 42).

Cruzada, que não publicavam análises profundas acerca dos pressupostos católicos, pois sua a intenção era disciplinar moralmente o seu leitor. (CAMPOS, 2010b).

O grupo que pesquisamos privilegiou a ação na imprensa que não se tratava da formação dos futuros dirigentes políticos, nem se destinava às massas, pois naquele contexto o índice de analfabetismo era muito alto entre a população. No nosso entendimento, a intervenção na imprensa visava a um público culto, intermediário, capaz de divulgar entre os não leitores as ideias escritas nos periódicos católicos. (CAMPOS, 2010b, p. 262–263)

Chartier e Hébrard, ao analisarem os discursos produzidos pela Igreja Católica sobre a leitura entre 1880 a 1980, principalmente a partir do cenário francês, observam a posição tomada pela instituição religiosa de responsabilidade sobre o direcionamento da leitura dos seus fiéis. Ressaltam que, no discurso da Igreja havia muitas leituras não indicadas, e entre os seus leitores existiam os “ordinários” e os “doutores”. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995).

Não cabe, portanto, ao leitor ordinário discriminar entre os bons e os maus livros: assim como o espectador ingênuo se encanta ou se espanta com os monstros que vê no teatro, sem procurar conhecer o artifício que lhes dá vida, assim também o leitor se abandona ao livro que excita sua imaginação ou toca seus sentimentos. A escolha é uma responsabilidade do doutor, que conhece as armadilhas da escrita e dela se esquivava, além de saber guardar sua fé na mais estrita ortodoxia, porque está mais próximo da Igreja, guardião infalível do dogma. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 21–22)

Podemos indicar, a partir do exposto, que o público alvo da revista era composto pelo leitor ordinário, aquele que em geral não possuía um vínculo institucional com a Igreja Católica e precisava da tutela e orientação do clero ou de leigos legitimados por ela. Apesar de não enunciar de forma explícita a parcela da população a quem a revista intencionava que fosse lida, em diversos momentos os autores que escreviam para o periódico direcionavam o conteúdo dos seus textos para um público específico, como os jovens, as mulheres e os pais.

Moços que aspirais á dignidade de esposos, de paes, de cidadãos, aprendei a responder “Não” ao respeito humano. Comprehendi bem a nuance do bello titulo attribuido ao pae: elle é o chefe de familia. Um chefe manda; sua missão é conduzir; é pastor... não é carneiro. (A.B., jun. 1927, p. 75; *grifo nosso*)

É necessario sim, é mais que urgente, que isso se faça para evitar que amanhã, encontremos aquellas que são particularmente consagradas á Virgem S.ma., vestidas quasi como as selvagens indigenas. É a ti, que toca, *leitorea amiga*, ser a primeira a proceder assim afim de que a Virgem Immaculada ideal de modestia christã possa descansar o olhar sobre ti e possa tambem reconhecer em ti, uma das suas filhas dilectas. (JESUS, mai. 1926, p. 54; *grifo nosso*)

A mocidade católica – meninos e meninas, moços e moças, - e os pais de família em geral devem ter muito cuidado em não ler e não permitir que leiam, pelo menos em

sua presença, gazetas e revistas imorais, livros ou folhetos indecentes; porque não há nada que perverta mais os bons sentimentos, que avilte mais os caracteres, que rebaixe mais as almas e aniquile as ideias sãs do que as más leituras e as estampas inconvenientes. (NUNES, ago. 1926, p. 102; *grifos nossos*)

O grupo responsável pela revista compreendia que os jovens precisavam ser orientados sobre os caminhos que deviam seguir em suas vidas cotidianas, principalmente, quanto ao casamento e a prática da fé católica. As mulheres, eram alvo de muitos artigos sobre a moda e o comportamento, por serem consideradas as presas mais fáceis da modernidade. Os pais deveriam receber orientações por serem os responsáveis pela formação de seus filhos.

A partir da leitura da revista também identificamos a localização geográfica desses leitores, na qual constatamos que sua circulação não se restringia a Curitiba ou mesmo ao estado do Paraná (Tabela 1).

Tabela 1- Estados e cidades com agentes da revista *A Cruzada* (1926-1931)

Estados	Cidades
1. Paraná	1. Curitiba; 2. Cerro Azul; 3. Lapa; 4. Morretes; 5. Campo do Tenente; 6. Rio Negro; 7. Piraquara; 8. União da Vitória; 9. Antonina; 10. Ponta Grossa; 11. Prudentópolis; 12. São João do Triunfo; 13. Piraí (atual Piraí do Sul); 14. Tomazina; 15. Colônia Mineira (atual Siqueira Campos)
2. Santa Catarina	16. Itajaí; 17. Porto União; 18. Ouro Verde; 19. Cruzeiro (atual Joaçaba)
3. Rio Grande do Sul	20. Porto Alegre; 21. São Luiz das Missões
4. São Paulo	22. Aparecida do Norte; 23. São Paulo
5. Rio de Janeiro	24. Rio de Janeiro
6. Minas Gerais	25. Manhuaçu
7. Espírito Santo	26. Vitória

Autora: Andressa Paula⁷³ (2018)

Além do seu estado de origem, a revista possuía agentes em outros seis estados do sul e do sudeste e contabilizava 26 cidades sob sua área de influência. Apesar disso, a *A Cruzada* possuía o maior número de agentes nas cidades paranaenses, que contabilizaram 15 localidades, portanto, o público que tinha acesso a revista era, em sua maioria, do estado do Paraná.

A revista era vendida por meio de assinaturas anuais e semestrais, realizadas diretamente em sua redação ou por meio de agentes presentes nas diversas cidades citadas. Os preços iniciaram em seis mil reis (6\$000) nas assinaturas anuais e quatro mil reis (4\$000) nas semestrais. Em 1928 houve o aumento dos preços para dez mil reis (10\$000) anuais e

⁷³ Os nomes das cidades apresentadas na Tabela 1 foram readequados para a ortografia atual. Além disso, foi acrescentado o nome atual das cidades nos casos em que houve alterações posteriores a 1931.

seis mil reis (6\$000) semestrais, essa alteração foi acompanhada por mudanças gráficas e de formato da revista⁷⁴.

Quanto à questão da comercialização das revistas Martins ressalta que:

A colocação da revista no mercado vinha como um dos maiores desafios do empreendimento. À complexa rede que envolvia sua produção – da convocação de colaboradores à obtenção do papel, escolha de tipografia, registro da publicação na Junta Comercial e estabelecimento da sede de um escritório – seguia-se a tarefa tão ou mais difícil de sua distribuição, a começar pelo angariar das assinaturas. A *assinatura*, modalidade inaugural da venda e divulgação do periódico, resultava no primeiro passo para efetivar sua própria fundação, garantia da existência da publicação, pelo menos por um ano [...]. (MARTINS, 2008, p. 226)

Ao analisar os preços das revistas de São Paulo no início do século XX, Martins destaca que publicações luxuosas como a *Ilustração Brasileira* (1901) tinha o valor de vinte e quatro mil reis (24\$000), o que pode ser considerado baixo dado o seu acabamento e o público a que se destinava, a elite econômica leitora. Já as revistas de assinaturas anuais como a *Revista de São Paulo* (1902), por catorze mil reis (14\$000), a *Nova Cruzada* (1903) e a *Antártida Ilustrada* (1910), por dez mil reis (10\$000), apesar de não serem itens de primeira necessidade eram consideradas publicações de valor acessível no período. (MARTINS, 2008).

Outra modalidade de assinatura que passou a ser solicitada, em 1927 pela *A Cruzada* foi a benemérita. Com o pagamento de dez mil reis (10\$000) e, posteriormente, vinte mil reis (20\$000), os assinantes beneméritos tinham seus nomes publicados e recebiam agradecimentos nas edições da revista. No período analisado, identificamos 76 nomes de assinantes, dentre os quais estavam clérigos (Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, Dom Alberto Gonçalves, Frei Daniel Hostin), colaboradores da revista (José de Sá Nunes, Angelo Antonio Dallegrove, Martha de Jesus), grupos católicos de Curitiba (Centro Operário Católico do Paraná e Grêmio Literário São Luís) e pessoas de famílias importantes do estado (Dr. Bento Munhoz da Rocha).

Na edição de agosto de 1927, *A Cruzada* lançou um concurso que premiaria os agentes ou leitores que conseguissem o maior número de assinaturas para a revista⁷⁵. Como prêmio, anunciaram uma estátua de Santa Terezinha de 65 cm de altura no valor de cinco e cinquenta mil reis (150\$000), um crucifixo de bronze, no valor de oitenta mil reis (80\$000) e, uma estátua de Santo Antônio com o menino Jesus, no valor de cinquenta mil reis (50\$000). (ATENÇÃO CONCURSO DE BELEZA, ago. 1927). Na edição de outubro foram apresentados dezesseis

⁷⁴ Além das modalidades de venda apresentadas, a revista *A Cruzada* comercializava suas edições de números avulsos (por \$600 e posteriormente 1\$000) e atrasados (por 1\$000 e posteriormente 1\$500).

⁷⁵ O número de tiragem das edições que se tornaram comuns em periódicos não é apresentado na *A Cruzada*. Esse dado seria importante para visualizar o contingente de pessoas que compravam a revista.

nomes de concorrentes da disputa e o número de duzentas e sessenta assinaturas angariadas até aquele momento, sendo que Demerval Prattes, com cinquenta e duas assinaturas, foi o maior arrecadador, seguido por Felisberto Rocha, com trinta e oito e Alfredo Padilhe, com trinta e uma. (O NOSSO CONCURSO, out. 1927).

Por outro lado, além do poder aquisitivo para comprar a revista, era também necessário saber ler, em um país com altas taxas de analfabetismo. Esse fator diminuía consideravelmente o alcance das publicações impressas. O censo de 1920 apontava que em um grupo de 100 pessoas, 65 eram analfabetas. (MARTINS, 2008).

Apesar das distorções e problemas envolvidos nos dados coletados pelos censos no período, esse recenseamento também trazia os seguintes números sobre o estado do Paraná: entre os que sabiam ler e escrever 119.407 eram homens e 73.792 eram mulheres. Quanto os que declararam não saber ler e nem escrever, 335.119 eram homens e 257.393 eram mulheres. (RECENSEAMENTO, 1929).

Cuidado dobrado, contudo, há que se ter com os dados estatísticos. O recenseamento da época apenas indagava do entrevistado: *Sabe ler e escrever?* Uma enorme distância separava o entendimento do *ser alfabetizado* e do *saber ler e escrever* efetivamente; outro apartamento significativo colocava-se entre o *saber ler* e a *prática efetiva da leitura*. (MARTINS, 2008, p. 201, *grifos da autora*)

Assim como existe a dificuldade em sistematizar o número de alfabetizados e aqueles que, efetivamente, praticavam a leitura, é um desafio inventariar entre o número de católicos leitores que compravam a revista e, de fato, liam suas edições. Mais complexo ainda é analisar, até que ponto a presença da revista conseguiu atingir o objetivo de fazer com que seus leitores conhecessem a doutrina da Igreja Católica e moldassem seus comportamentos e práticas a partir de suas diretrizes.

3.2. Folheando a revista *A Cruzada*

A revista *A Cruzada* era compacta; possuía 15 cm por 22 cm e, após o aumento no preço das assinaturas em 1928, passou a medir 17,5 cm por 26,5 cm. As primeiras edições possuíam fontes e imagens apenas com o uso do preto, mas com o desenvolvimento do periódico, as cores se diversificaram e coloriram as publicações de vermelho, amarelo, azul e verde.

Possuía, em média, 28 páginas por edição, sendo que as publicações de março tinham maior número de páginas por ser a edição comemorativa de aniversário⁷⁶. Apresentava a paginação anual; se a edição de março iniciava na página 1 e finalizava na 34, a próxima edição de abril iniciava-se em 35 e assim por diante até completar um ano de publicação. Todas as edições de março iniciavam a contagem das páginas e as edições de fevereiro as finalizavam.

Ao discorrer sobre as estratégias comerciais das revistas Martins aponta que, “mais estratégico ainda, quando a numeração da revista vinha em ordem crescente, paginação seriada para formar um álbum, pronta para encadernação ao final da coleção.” (MARTINS, 2008, p. 238).

De fato, a revista *A Cruzada* iniciou a venda das edições encadernadas para a coleção de seus leitores, a partir de 1928. Com a paginação sequencial a revista buscava dizer ao leitor, que ele deveria continuar sua leitura na próxima edição, principalmente quando iniciou a publicação de contos que tinham continuação nas edições posteriores.

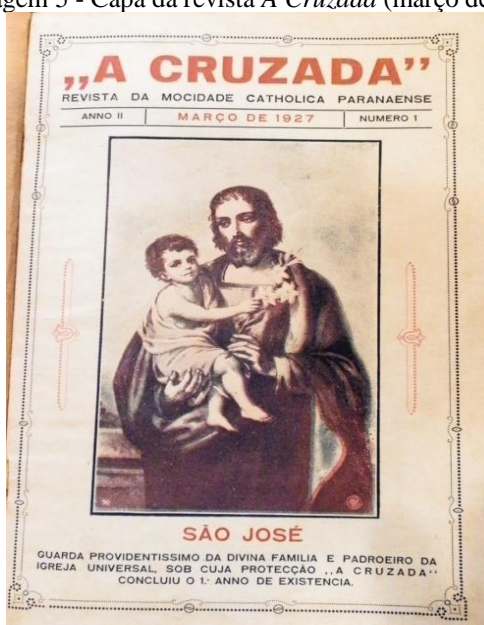
As imagens presentes nas capas das cinquenta e cinco edições analisadas, são extensões de suas propostas. Compreendemos que as escolhas imagéticas para as capas são intencionais e buscam transmitir uma determinada mensagem, e que são necessários aportes metodológicos específicos para a sua análise. Por não constituir em objeto desta pesquisa examinar as imagens, intencionamos apenas apresentar como eram estruturadas essas capas e as primeiras imagens que o leitor via ao entrar em contato com a revista.

Por ser uma publicação católica, a maioria das imagens presentes nas capas era de cunho religioso (Jesus, fotos de igrejas, santos e santas) ou fazia referência à proposta de cruzada, de luta contra algo (Imagens 5 e 6). Em vista do movimento paranista a capa também homenageou o estado com fotos de paisagens naturais do Paraná, em outros momentos, fez reverência a personalidades históricas (Cristóvão Colombo e Tiradentes) e da política (presidente Washington Luís).

Além das imagens, todas as capas apresentavam o título e o subtítulo da revista e as informações referentes ao ano e ao mês da publicação. Em algumas edições apresentou o sumário dos artigos, frases e até publicidades no rodapé da capa.

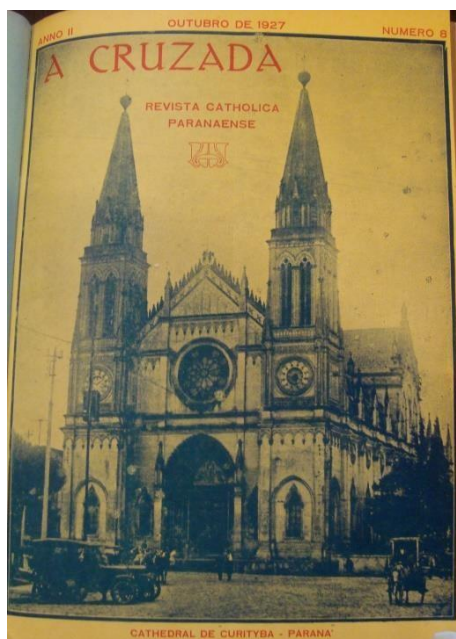
⁷⁶ A maior edição publicada da revista foi a de março de 1928 com 56 páginas e a menor foi a de janeiro de 1931 com apenas 14 páginas.

Imagem 5 - Capa da revista *A Cruzada* (março de 1927)



Fonte: *A Cruzada* (Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes)

Imagem 6 - Capa da revista *A Cruzada* (outubro de 1927)



Fonte: *A Cruzada* (Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes)

Inicialmente o seu subtítulo, *Revista da Mocidade Catholica Paranaense*, fazia referência ao grupo de jovens leigos que possuíam a linguagem autorizada de falar/escrever em nome da instituição eclesiástica. Apresentado na capa e na página interna da revista, passou por duas alterações durante o período que analisamos (Tabela 2):

Tabela 2 - Subtítulos da revista *A Cruzada* (1926-1931)

Período	Subtítulo (capa)	Subtítulo(página de apresentação)
Março de 1926 a maio de 1927	Revista da Mocidade Catholica Paranaense	Revista da Mocidade Catholica Paranaense
Junho de 1927 a fevereiro de 1929	Revista Catholica Paranaense	Revista Catholica Paranaense
Março de 1929 a dezembro de 1929	Revista Illustrada Paranaense	Revista Catholica Paranaense
Janeiro de 1930 a fevereiro de 1931	Revista Illustrada Paranaense	Revista Illustrada Paranaense

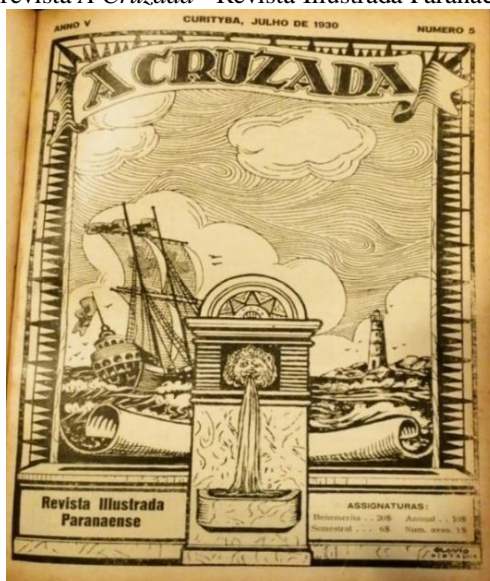
Autora: Andressa Paula (2018)

A Cruzada teve o subtítulo de *Revista da Mocidade Catholica Paranaense* no período em que o leigo Rosário Farani Mansur Guérios, era o redator-chefe da publicação. Sob a direção do Padre Antonio Mazzarotto passou a ser *Revista Catholica Paranaense* e deixou de fazer menção a mocidade no subtítulo.

Em 1929, dois subtítulos: na capa *Revista Illustrada Paranaense*, e na página interna de apresentação, *Revista Catholica Paranaense* até dezembro do mesmo ano. Com o afastamento do Padre Antonio Mazzarotto, para assumir a Diocese de Ponta Grossa e sob direção de Frederico Carlos Allende a revista deixou de fazer menção a sua ligação com a Igreja Católica nos subtítulos da capa e da página de apresentação, ao manter apenas *Revista Illustrada Paranaense* como subtítulo. Nas treze edições lançadas nessa fase final do periódico, oito traziam, na capa a informação de que *A Cruzada* era a revista de maior circulação no estado do Paraná.

Apesar das mudanças do subtítulo, a suas publicações mantiveram o posicionamento católico de seus artigos, assim como basicamente a mesma estrutura interna das seções. A alteração notada foi quanto as imagens veiculadas nas capas das edições. Apesar de ainda terem publicado algumas de cunho religioso, nesse período há uma maior veiculação de imagens que não faziam menção direta a Igreja Católica (Imagens 7 e 8).

Imagem 7 - Capa da revista *A Cruzada* - Revista Ilustrada Paranaense (julho de 1930)



Fonte: *A Cruzada* (Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes)

Imagem 8 - Capa da revista *A Cruzada* - Revista Ilustrada Paranaense (out./ nov. de 1930)



Fonte: *A Cruzada* (Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes)

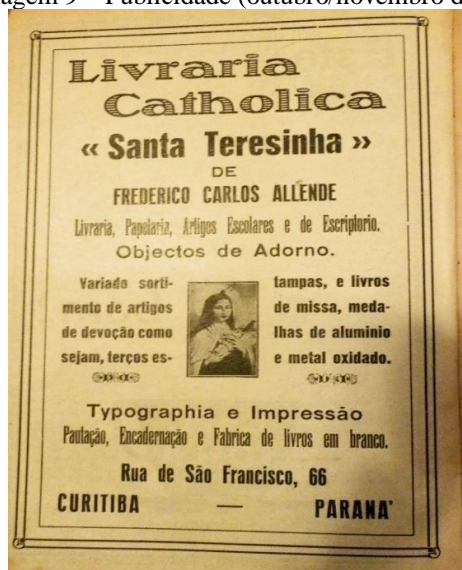
As publicidades, fontes de recursos para as publicações impressas, estavam presentes na *A Cruzada*, principalmente nas páginas iniciais e finais de cada edição. A revista convidava os comerciantes e industriais da cidade a anunciarem seus estabelecimentos em suas páginas, e indicava aos leitores que comprassem nas lojas e indústrias por ela anunciados.

Dos vários suportes que se prestavam à propaganda e à publicidade, a revista talvez tenha sido dos mais efetivos, concentrando a força da propaganda e a evolução dinâmica da publicidade, expressando-as em suas representações mais acabadas. Para a última, em particular, tornou-se de tal forma o veículo ideal que, em sua essência, quase se confundia com ela, uma vez que ambas, *revista e publicidade*, direcionavam-

se para o mesmo propósito, qual seja: dar-se a conhecer, divulgar-se, “produzir-se para vender-se”, razão pela qual muitos periódicos revelaram-se economicamente viáveis, tão só pela proposta de divulgação de produtos, isto é, pelo seu caráter publicitário. A revista, pois, *era* a publicidade; ou por outra, no periodismo da época, a revista transformou-se na embalagem ideal para o produto publicidade. (MARTINS, 2008, p. 244)

Na primeira edição foi publicada uma tabela com vinte e três tipos de anúncios, que variavam em preço, dimensões e quantas vezes seria publicado. Em 1926, o preço pela última página da capa litografada e publicada 12 vezes era de setecentos mil reis (700\$000), valor que em 1927, caiu para quinhentos mil reis (500\$000). O menor valor, dez mil reis (10\$000) estava reservado para anúncios que ocupariam um oitavo da página, com apenas uma publicação. Havia também preços especiais, a serem acordados na redação, para publicidades em rodapés e inseridas em textos. (A CRUZADA, mar. 1926). No primeiro ano da revista foram veiculadas, em média, dezessete publicidades por edição e, no quinto ano do impresso, a média caiu para sete anúncios.

Imagem 9 – Publicidade (outubro/novembro de 1930)



Fonte: *A Cruzada* (Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes)

Os anúncios ofereciam produtos e confecções como máquinas de escrever, instrumentos musicais, roupas, sapatos, joias, bicicletas, remédios, artigos e livros religiosos (Loja La Saison, Casa Abdo, Casa Hertel, Bijouteria da Bohemia, Livraria Catholica Santa Terezinha, Drogaria Suissa, entre outros). Havia também os que anunciavam serviços como médicos, barbearias, colégios, tipografias, hotéis (Barbearia Fonseca, Hotel Central, Alípio Augusto de Campos – Cirurgião Dentista, Typographia da A Cruzada, entre outros).

Após a capa e as páginas destinadas para publicidade, a estrutura interna da revista estava dividida da seguinte maneira: artigos longos, de até quatro páginas, textos com poucos parágrafos, poemas, poesias, pequenas notas, frases soltas e matérias de eventos religiosos e políticos, acompanhados por fotos.

Uma vez lançado, importava condicionar o leitor ao seu consumo, vinculá-lo às seções, torná-lo dependente do jornal e/ou revista, garantindo a renovação da assinatura, a conquista definitiva do cliente leitor. Estratégias de toda ordem foram experimentadas pelos editores, muitas delas reveladoras do interesse do momento, de valores em curso, de atrativos em voga. (MARTINS, 2008, p. 237)

Apesar da proposta principal ser a de uma revista católica, *A Cruzada* também publicava outros temas. A estratégia era destacar os vários assuntos tratados, e desta forma, vários perfis de leitores poderiam se interessar pela publicação. Em maio de 1926, a revista publicou que possuía como seções “Religião, Sciencia, Literatura, Arte, Variedades, Humorismo, Concursos, Noticiario.” (EXPEDIENTE A CRUZADA, mai. 1926, [p. 1]).⁷⁷

Ao longo do período que analisamos, várias colunas foram publicadas por alguns períodos, mas nenhuma se manteve fixa durante toda a circulação mensal da revista. Na seção de colunas sociais, quatro títulos se sucederam: *Sociais*, *Movimento Social*, *A Cruzada Social* e *Vida Social*. O espaço destinado a parabenizar aniversariantes, recém-casados, formandos era, muitas vezes, acompanhado de fotografias para homenagear clérigos e jovens que trabalhavam na revista.

A coluna *Variedades*, assinada por Franco, tratava de assuntos gerais e curiosidades em forma de pequenas notas sobre temas diversos, desde acontecimentos no Brasil aos acontecimentos mundiais. Já a coluna *Contos de Ralf*, também de temática variada, relatava em poucos parágrafos alguma história em tom de humor.

A religião e o comportamento dos católicos eram assuntos presentes na coluna sem título fixo, assinada por Mestre Antão e na intitulada *A Família Catholica* com autoria de A. B., o mais assíduo colaborador d’*A Cruzada*, que dedicava o espaço de sua coluna para dar encaminhamentos para a formação da mocidade.

Outro importante colaborador da revista, o professor José de Sá Nunes, autor de diversos artigos sobre educação e língua portuguesa, a partir de março de 1928 assinou a coluna *Nos Domínios da Vernaculidade*, dedicada a responder questões enviadas pelos leitores, sobre gramática e ortografia.

⁷⁷ As páginas iniciais e finais da revista, como as de publicidade geralmente não apresentavam paginação. Em caso de citação direta iremos indicar em colchetes o número da página de acordo com nossa contagem.

As colunas de concursos e diversão, como a *Enigma das Palavras Cruzadas* e a *Secção Recreativa*, apresentavam jogos, palavras-cruzadas, charadas e premiavam os leitores que conseguissem decifrá-las. As seções de humor não eram assinadas e traziam piadas e pequenos textos humorísticos, e geralmente situavam-se nas páginas finais das edições, sob o título de *PNYX* e, posteriormente, *Sobremesa*.

Além da intenção de estabelecer um vínculo entre os leitores e a seções, outra estratégia do periódico foi a publicação de contos com sequência nas edições posteriores. Os contos eram de temáticas diversas, mas todos buscavam trazer ao leitor uma mensagem de moralidade católica.

Na impossibilidade de editar-se um romance, dada a inexistência de uma pródiga editoração nacional, produzia-se o conto, esse, sim, pelo menos com publicação garantida nas revistas. [...] O sucesso desse gênero teria sido o mesmo, não fosse o recurso do jornal, e, mais que isso, a característica da seriação, que por si só instigava a leitura seguinte, garantindo o consumo do impresso enquanto lá se encontrasse, de suspense em suspense, o enredo instigante com todos os lances rocambolescos pertinentes? (MARTINS, 2008, p. 149)

Dentre os contos publicados destacamos *O primeiro baile*; sem autoria indicada, e que teve sua primeira parte veiculada na edição de setembro de 1927 e sua continuação seguiu pelos cinco meses posteriores, tendo sua parte final publicada na edição de fevereiro de 1928.

A história relatada trazia como personagens centrais uma rica marquesa e a sua filha Luiza, conhecida como Lulú. Ao longo do conto, a mãe buscava convencer a filha a participar de um importante baile na Embaixada, mas a relutante moça era contra a escolha do vestido decotado e da prática da dança, por causa da formação católica recebida no colégio. Após ter cedido aos pedidos da mãe e ter ido ao baile, Lulú começou a ter delírios enquanto dormia motivados pela culpa e o pecado que afligia seu coração. Passados alguns dias em agonia e sem que os médicos soubessem o que fazer, a moça faleceu. (O PRIMEIRO BAILE, set. 1927; fev. 1928).

A moda e a dança tratados pelo conto, eram assuntos recorrentemente condenados pelos textos da revista. O comportamento advindo da forma de se vestir e da prática de determinados tipos de dança eram considerados pecaminosos para as mulheres e prejudiciais para a formação das famílias.

Nas edições d'*A Cruzada* foram publicados setenta poemas e poesias, predominantemente de temática religiosa, como o publicado por Angelo Antonio Dallegrove, em comemoração ao primeiro ano da revista.

Sonho e realidade

Era de sonho o espectro fluctuante,
Qual leve fumo, a doce fantasia;
A imensa plaga aérea percorria,
Como os castelos áureos de um infante.

Foi grande, enorme, o ímpeto flamante,
Com que se impôs o lábaro, e queria,
Dessa quimera forte e ideia fria,
Se realizasse o sonho triunfante!

E glória, pois, ao sonho, à “Cruzada”
E glória a Deus, que o fêz de realidade,
Dando um tesouro à nobre mocidade,

Para pugnar o mal a fio de espada,
Havendo por escudo a Onipotência,
Em prol do belo sonho – hoje evidência!
(DALLEGRAVE, mar. 1927, p. 5)

Do planejamento, da criação até a efetivação, do início de mais um ano de publicação, o poema de Dallegrave ressaltava que a glória de Deus fez o projeto se tornar realidade e destaca um dos seus principais objetivos “pugnar o mal” presente na sociedade do período. Na autoria desses poemas, poesias, colunas, artigos e contos identificamos alguns nomes destacados no subtópico a seguir.

3.3. Os autores

O levantamento dos autores que tiveram textos publicados na *A Cruzada* revelou uma rede de inúmeros colaboradores. Apesar de vários artigos não serem assinados identificamos, durante o período de 1926 a 1931, aproximadamente cento e cinquenta nomes, com uma a duas participações.

Ressaltamos que nem todos os textos publicados na revista foram produzidos exclusivamente para ela, por isso, alguns autores não eram efetivamente ligados à revista, apenas tiveram seus artigos republicados⁷⁸. A cooperação entre os periódicos católicos era algo recorrente no período, as publicações se valiam de outros jornais e revistas como fonte de notícias e de artigos⁷⁹.

⁷⁸ Foram transcritos na *A Cruzada* textos e excertos de importantes jornalistas de renome nacional, tais como Ruy Barbosa, Carlos de Laet e Jackson de Figueiredo, e também de escritores estrangeiros, sobretudo franceses, como Jean Mauclère, Edmond Louitil (com o pseudônimo Pierre L’Ermite), François Coppée, Charles Guénot, Georges de Lys e Louis Veuillot.

⁷⁹ Alguns textos que foram transcritos para as edições d’*A Cruzada* haviam sido publicados originalmente em outros periódicos católicos e até mesmo seculares como *A Estrella Polar* de Minas Gerais, *Estrella do Mar* de São

Pela diversidade de nomes optamos por destacar na Tabela 3, os dez autores com maior número de publicações na revista entre 1926 e 1931.

Tabela 3 – Principais autores d' *A Cruzada* (1926 -1931)

Autores	Área de atuação	Número de artigos
1. A. B.	Não identificado	40
2. José de Sá Nunes	Formado em Ciências Jurídicas e Sociais atuou como advogado, filólogo, professor de português e jornalista. Sócio honorário do Centro Operário Católico do Paraná e um dos fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes (1929). Diretor da Escola Normal Secundária de Curitiba.	38
3. Nemo	Não identificado	28
4. Mestre Antão	Não identificado	15
5. Angelo Antonio Dallegrave	Estudante da Escola Normal Secundária, congregado mariano, participante do Grêmio Literário São Luiz.	15
6. Martha de Jesus	Não identificada	13
7. Rosário Farani Mansur Guérios	Estudante do Ginásio Paranaense, congregado mariano, participava da diretoria do Grêmio Literário São Luiz e era associado ao Círculo de Estudos Bandeirantes (1929). Foi redator-chefe d' <i>A Cruzada</i> (1926 – 1927) e diretor do <i>Boletim Mariano</i> (1928).	12
8. Ralf	Não identificado	10
9. Franco	Não identificado	9
10. Victor Medeiros de Queiroz	Não identificado	8

Autora: Andressa Paula (2018)

Encontramos alguns desafios na identificação desses autores; assim como o A. B. presente na tabela, outros colaboradores assinavam apenas as iniciais do nome ou usavam as siglas como um pseudônimo. Além do citado havia o A., P. M., Z. Z., A. M., P. M. J., entre outros.

Como afirmamos anteriormente, A. B. foi o colaborador mais assíduo da revista, com 40 artigos que tratavam sobre doutrina católica, mocidade e família, assinava também a coluna *A Família Catholica*. Entre o grupo da Mocidade Católica Paranaense o jovem que possuía essas iniciais no seu nome era Antonio Chalbaud Biscaia (1909–1982). Ao analisar a biografia de Biscaia, Lacerda Neto comenta a dúvida sobre a sua ligação com o colaborador A. B., iniciais que também eram presentes em artigos da revista *Ave Maria*, de São Paulo. (LACERDA NETO 2017).

Antonio Biscaia foi o vice-diretor da União de Moços Católicos de Curitiba, em 1928 e participava ativamente da imprensa paranaense, e atuou como redator da revista *A Flammula*

Paulo, *A Noite*, *O Jornal* e *A União* do Rio de Janeiro, *A Gazeta de Colônia Mineira*, *The Catholic Times* e *New York Times* dos Estados Unidos e *La Vie Catholique* da França.

que, em 1928, encerrou suas atividades e passou seus assinantes e sua receita para *A Cruzada*. (A FLAMMULA, fev. 1928) Lacerda Neto conclui não ser possível afirmar que Biscaia seja o A. B. que publicava na *A Cruzada*, uma vez que em outros periódicos esse autor assinava seu nome completo.

O segundo maior colaborador da revista, o professor José de Sá Nunes (1889–1955), chegou ao Paraná na década de 1920, onde exerceu diversas atividades. Na revista, suas publicações eram de temáticas variadas como a educação, a leitura, a gramática e a ortografia da língua portuguesa. A partir de 1928, teve uma coluna fixa intitulada de *Nos Domínios da Vernaculidade*. Em homenagem a Sá Nunes, *A Cruzada* publicou:

Crê piamente em Deus é, christão até a medulla, ouve missa contritamente, como piamente acredita na divindade de Jesus e tambem na infallibilidade papal. Athleta no corpo sadio; athleta na intelligencia privilegiada, athleta no coração adamantino. (UMA CONFERENCIA, out. 1930, p. 173)

Não conseguimos identificar que foram os autores Nemo, Mestre Antão, Ralf, Franco, Martha de Jesus e Victor Medeiros de Queiroz. Geralmente, Nemo era responsável pelo primeiro artigo apresentado nas edições da revista e escrevia, sobretudo, sobre a doutrina católica a partir da edição de março de 1927.

Mestre Antão possuía uma coluna sobre comportamento e religiosidade, sem título fixo, e se apresentava como um ancião ao escrever sobre as suas experiências de vida para os jovens. Em sua primeira publicação, ainda se mostrava relutante ao convite de escrever na revista.

Mas... vosmecês são moços, a revista é da mocidade catholica; que vae ahi dizer um fulano velhíssimo, tresandando a rapé, a caruncho, de dedos seccos varrendo a velha poeira do liso craneo? Um octogenário não se faz rapaz, nem os rapazes toleram as sentenças dos antigos. Deixai o velho em paz, que o bem não se faz somente com a palavra escripta, mas se faz também, e se faz em gráu mais efficiente, com a oração [...]. (ANTÃO, mar. 1927, p. 9)

Persuadido pela proposta de santificação das famílias a exemplo de São José, Mestre Antão passou a escrever mensalmente. Ralf assinava a coluna *Contos de Ralf* composta por textos curtos sobre diversos assuntos. Franco era o responsável pela coluna *Variedades*.

Martha de Jesus foi a única mulher que publicou com recorrência na revista. Seus artigos se dedicavam a apresentar a doutrina católica, e os modelos indicados ao comportamento feminino. Victor Medeiros de Queiroz tinha suas publicações voltadas para questões políticas

e publicou com mais frequência entre 1929 a 1930, período conturbado para a política brasileira, que resultou na chegada de Getúlio Vargas ao poder⁸⁰.

Por outro lado, os jovens Rosário Farani Mansur Guérios e Angelo Antonio Dallegrave que participavam da Congregação Mariana da Catedral e da União de Jovens Católicos de Curitiba, eram figuras garantidas nas colunas sociais da revista, principalmente em seus aniversários. Mansur Guérios, como destacamos anteriormente foi o redator-chefe d'A *Cruzada* e apesar do desligamento do cargo, continuou colaborando com textos e artigos de diversos assuntos como gramática, linguística, história e a Congregação Mariana. Angelo Antonio Dallegrave, além de textos em defesa da doutrina da Igreja e de combate ao espiritismo, também publicava poemas e poesias de temática religiosa.

Notamos que, os principais autores eram leigos, fato presente em diversos periódicos do gênero que seguiam as diretrizes dos documentos oficiais da Igreja Católica, como a Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil (1890) e o Concílio Plenário Latino Americano (1889) citados no tópico anterior e que indicavam o apostolado leigo com um fator importante para o desenvolvimento da imprensa católica. A cooperação entre clero e leigos para a restauração e a expansão do catolicismo foi ressaltada na encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio*⁸¹ do Papa Pio XI (1922-1939):

Diga a seus fiéis filhos leigos que quando, unidos com seus pastores e seus bispos, participam das obras do apostolado, tanto individuais como sociais, cujo propósito final é tornar Jesus Cristo mais conhecido e melhor amado, então eles são mais do que nunca "uma geração escolhida, um sacerdócio real, uma nação santa, um povo comprado", de quem São Pedro falou em termos tão elogiosos. (I *Pedro* ii, 9) Além disso, eles estão mais do que nunca unidos a Nós e a Cristo e tornam-se grandes fatores para a paz mundial, porque trabalham para a restauração e expansão do Reino de Cristo. (PIO XI, 1922, p. 11)⁸²

⁸⁰ Em 1930 o presidente Washington Luís indicou o paulista Júlio Prestes como candidato a sua sucessão, ao invés de um político mineiro como esperava o acordo vigente no período. O candidato de oposição escolhido foi o gaúcho Getúlio Vargas, que como já previa o quadro de fraude eleitoral foi derrotado por Prestes. O acirramento desse cenário ainda foi marcado pelo assassinato de João Pessoa, que havia sido o candidato à vice-presidente na chapa de Vargas. Apoiado em setores descontentes deu-se início ao movimento pela deposição do presidente e entre 3 a 24 de outubro ocorreu a Revolução de 1930 com a tomada do poder por Getúlio Vargas. (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2009) A posicionamento positivo d'A *Cruzada* sobre o evento estava em consonância com outros grupos ligados a Igreja Católica. Na edição bimestral de outubro/novembro de 1930 foram dedicadas nove páginas para noticiar a *Revolução Salvadora*, assim como intitulada pela revista. Nesse dossiê foram enfatizados os fatores que proporcionaram a efetivação da Revolução, a chegada de Getúlio Vargas ao poder e em destaque a participação de Dom Sebastião Leme nas negociações com Washington Luiz. A partir de um tom esperançoso a revista apontava os prognósticos positivos do início de mais um capítulo da história política brasileira. (QUEIROZ, out./nov. 1930)

⁸¹ PIO XI. **Encyclical Ubi Arcano Dei Consilio**. 1922. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio.pdf Acesso em: 15/05/2018.

⁸² "Tell your faithful children of the laity that when, united with their pastors and their bishops, they participate in the works of the apostolate, both individual and social, the end purpose of which is to make Jesus Christ better known and better loved, then they are more than ever "a chosen generation, a kingly priesthood, a holy nation, a purchased people," of whom St. Peter spoke in such laudatory terms. (I *Peter* ii, 9) Then, too, they are more than

Tornar Jesus Cristo mais conhecido, ou melhor, a doutrina católica como um todo era uns dos objetivos da Igreja ao utilizar o meio de comunicação impresso. A missão da imprensa católica era disseminar textos que esclareciam pontos do seu fundamento religioso enquanto também alertavam sobre os perigos vigentes na sociedade moderna. Os jornalistas, clérigos ou leigos, eram os seus propagadores e *A Cruzada* destacou tal característica:

O jornalista deve amar os seus leitores em Christo. Fazei conhecer á vossa geração a verdade, zelae-a nos vossos escriptos de qualquer natureza, em toda a sua pureza, na sua integridade, na sua força máxima que é a exactidão e a verdade. É preciso coragem para proclamar assim a verdade [...] Que os leitores rezem pelos luctadores por Jesus-Christo! (LIÇÃO PARA NÓS, jan. 1930, p. 327)

De acordo com a revista, os corajosos jornalistas católicos se dedicavam a escrever sobre a verdadeira religião e, para tanto, se debruçaram a apresentar aos seus leitores suas opiniões acerca de diversos temas sob a lente da moralidade católica. No próximo subtópico destacamos as temáticas que se configuraram como as mais pertinentes no período de circulação mensal da revista.

3.4. Principais temáticas

Em geral, os temas veiculados na imprensa católica nas décadas iniciais do século XX eram os recorrentes, como a divulgação da doutrina da Igreja e o combate aos erros da modernidade identificados na maçonaria, no comunismo, na imprensa ímpia, na moda, na educação laica, no protestantismo e no espiritismo. O que variava era o peso e a recorrência da temática, de acordo com as especificidades do local de sua edição e circulação. Na identificação das principais temáticas presentes no periódico, atentamos ao que destaca Luca:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. [...] A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. (LUCA, 2008, p. 140)

Dos diversos assuntos tratados em *A Cruzada*, motivados pela proposta católica do periódico, aspectos da fé e da doutrina eram os mais recorrentes em suas edições. Desta forma,

ever united with Us and with Christ and become great factors in bringing about world peace because they work for the restoration and spread of the Kingdom of Christ.” (PIO XI, 1922, p. 11)

eram publicados textos sobre os eventos do calendário religioso como a Páscoa, o *Corpus Christi* e o Natal. Matérias sobre a realização de Primeiras Eucaristias e missas de celebrações especiais ocorridas, principalmente, na Catedral de Curitiba, existindo, também, matérias sobre acontecimentos nacionais e mundiais que envolviam essa instituição religiosa.

No ano de 1929 foram noticiadas duas importantes realizações para a Igreja; nas edições de fevereiro e março o principal assunto foi a solução da Questão Romana que se arrastava desde a década de 1870, em uma disputa territorial e de poderio entre o governo italiano e o papado. O Tratado de Latrão, que envolveu o Papa Pio XI, o rei Vítor Emmanuel III e o primeiro ministro Benito Mussolini, decretou a autonomia do Vaticano e o poder de chefe de Estado ao papa. (GUÉRIOS, fev. 1929; NEMO, mar. 1929).

A revista saudou esse acontecimento ao destacar que “A solução da delicada, grave e difícil questão romana é pois, obra de um estadista e de um genio como Mussolini, de um sábio e de um santo como Pio XI.” (NEMO, mar. 1929, p. 12).

Na edição de agosto de 1929, o principal destaque foi um acontecimento nacional; a construção da estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. O texto, acompanhado de diversas fotos, ressaltava o histórico da idealização do monumento, a situação atual da obra e até mesmo algumas medidas como a altura e a distância dos dois extremos dos dedos. Apontada como uma importante demonstração da catolicidade dos brasileiros, o texto frisava que o estrangeiro que visitasse o país “[...] vendo o Cristo no ápice da montanha a dominar a bahia e a cidade, a dominar o imenso Brasil, reflectirá commovido que nestas plagas reina Jesus e que o povo se nutre e vive dos ideaes do Evangelho.” (NEMO, ago. 1929, p. 156).

Dedicava, também, grande espaço da revista para homenagear santos e religiosos importantes no cenário nacional e mundial, como o Papa Pio XI que na passagem do cinquentenário da sua ordenação sacerdotal, foi homenageado na edição de dezembro de 1929, com 38 páginas exclusivamente sobre sua vida, destacando aspectos da sua formação familiar e religiosa e, até como eram realizadas as suas refeições. (A.B., dez. 1929).

Outro exemplo são as publicações que se iniciaram em março de 1928 e se estenderam pelos meses seguintes sob o título de *A Estigmatizada de Konnersreuth* que relatava os acontecimentos místicos com a jovem alemã Teresa de Neumann após a cura milagrosa da paralisia e cegueira que possuía. Também traziam os depoimentos de clérigos e médicos sobre a veracidade dos fenômenos e êxtases que ocorriam com a jovem, que se alimentava apenas com a hóstia consagrada. (A ESTIGMATIZADA DE KONNERSREUTH, mar. 1928).

Alguns artigos tinham por objetivo esclarecer pontos da doutrina católica, tais como a devoção a Maria, o respeito a hierarquia religiosa, a liturgia, o apostolado leigo, as vocações

sacerdotais e a importância de seguir os sacramentos. Essa última questão foi publicada em agosto de 1926 sob o título de *A Eucharistia*, e destacava que uns dos principais problemas identificados no país, era a população se afirmar católica, mas não praticar o catolicismo da forma como esperava a Igreja.

Quando os que se dizem, catholicos e o são de nome apenas, se decidirem a sê-los de facto, submissos aos dogmas do Credo e os preceitos do Decálogo; quando os sacramentos forem effectivamente frequentados pelos fieis na medida de suas indigencias; quando a Eucharistia vier a ser, na vida de cada um o pão quotidiano que verdadeiramente é, a sociedade humana hade verificar, deslumbrada, a prodigiosa florescência de virtudes nas diversas camadas sociaes e a consequente reforma dos costumes públicos que andam hoje em lastimoso descalabro. (THEOPHILO, ago. 1926, p. 98)

Motivados pela quantidade de conteúdo religioso presente nas edições d’*A Cruzada*, alguns leitores reclamavam da falta de variedade temática: “Ella trata quase só de religião, e, por falar a verdade, só falta transcrever vida de Santos. Isto é beatice.” (DIALOGO INTERESSANTE, mai. 1929, p. 94). Seus colaboradores rebatiam essa contestação:

[...] numa revista catholica a religião é a uva. Como se pode com mínima quantidade de vinho se fazer bom vinho? Se puzer mais assucar que uva, vinho não se terá. Assim uma revista religiosa sem quasi nada de religião não se poderá ter. (DIALOGO INTERESSANTE, mai. 1929, p. 94)

Os periódicos a serviço da Igreja buscavam auxiliar a propagação da religião apresentando ao leitor aspectos e fundamentos que constituíam o catolicismo, objetivando que esse saber se atrelasse a uma prática condizente. A Igreja Católica pregava a necessidade de recristianização da sociedade, mediante o afastamento das manifestações de religiosidade que não eram institucionalizados ou que eram ligadas a outras religiões.

Em consonância com essas concepções estavam dois importantes clérigos brasileiros que se dedicaram a escrever sobre a situação do catolicismo no país e o quadro identificado de ignorância religiosa, que afetava tanto os intelectuais como o povo: o Padre Julio Maria⁸³, em fins do século XIX e Dom Sebastião Leme, nas décadas iniciais do século XX. A solução para esse problema estaria em investir na formação religiosa, com intelectuais dedicados a estudar a religião e o povo a conhecê-la efetivamente. Nesse processo, a imprensa foi um dos principais meios para desenvolver essas ações. (MARCHI, 2011).

⁸³ Júlio César de Moraes Carneiro (1850 – 1916) que após sua formação sacerdotal assumiu o nome de Padre Júlio Maria, publicou 1898 uma série semanal de 12 artigos na *Gazeta de Noticias do Rio de Janeiro* que discutiam a situação do catolicismo no Brasil. (MARCHI, 2011).

Para além da doutrina católica, também identificamos outros assuntos que eram publicados com recorrência nas edições analisadas: o combate a outras religiões, o comportamento da mulher, a estrutura das famílias e a questão dos usos da imprensa e da leitura.

A ignorância religiosa que assolava a sociedade, seria um dos motivos que levavam os católicos a se envolverem com outras crenças. Para combatê-las, a imprensa católica buscava desqualificá-las e indicar os perigos que envolviam suas práticas. Com a liberdade de culto proclamada pela Constituição Republicana de 1891, o protestantismo e o espiritismo principais concorrentes da Igreja Católica pelo campo religioso do Paraná, configuraram-se como os alvos das edições d'*A Cruzada*.

[...] as autoridades eclesiásticas passaram a demonstrar grande preocupação com a liberdade propiciada a todas as religiões e, para enfrentá-las, desenvolveram um trabalho que aliava esclarecimento, ataque e crítica aos credos não católicos. (COSTA, 2002, p. 46)

Os ataques ao protestantismo ocorriam, sobretudo, a partir de dois pontos: a crítica ao seu proselitismo e a sua leitura da Bíblia. Segundo a revista, os protestantes advindos principalmente dos Estados Unidos, buscavam se inserir em uma sociedade que já havia escolhido sua religião, o catolicismo, único detentor da verdade do cristianismo. Em outro momento questionava a presença dessas denominações religiosas em cidades já estabelecidas ao invés de se dedicarem pelo menos a trazer os “selvagens indígenas” para o cristianismo. (NEMO, set. 1928).

E onde estão os protestantes que nas nossas selvas catechizam e convertem os indígenas? Esses é que precisam de salvação e não os habitantes de Curityba, Ponta-Grossa, Castro e outras cidades do Paraná e dos outros estados, cidades indubitavelmente christãs. (NEMO, set. 1928, p. 181)

Tais manifestações eram acusadas de possuir evasivas táticas de inserção na sociedade paranaense, como alertado na edição de novembro de 1929 sobre a presença na capital do estado de uma Associação Cristã de Moços. O texto ressaltava que um dos associados chamado Themistocles Dias, havia apresentado na sede da Congregação Mariana um documento que solicitava ser assinado em solidariedade às suas ideias. Ao descobrir que a associação era protestante, o autor salientava a necessidade de a mocidade católica não ter ligações com aquele grupo. (GUÉRIOS, nov. 1929).

A distribuição de Bíblias era outra das estratégias protestantes consideradas perigosas, pois aliavam as “mutilações” realizadas nos seus livros, com a leitura individual não orientada

por um clérigo, como recomendava a Igreja Católica.

Negam inumeras verdades de fé e como a propria Biblia, que fingem tomar por argumento do que affirmam, se levanta contra elles, multilam-na, cortam trechos, safam paginas, engolem capitulos e escondem livros. Desta forma a Bíblia, livro santo e que contem somente Verdades desde a primeira até a ultima linha, na mão dos evangelistas, baptistas, methodistas e tuti quanti se transforma pelo abuso que della fazem em um livro sem valor e perigoso. Dahi o empenho dos protestantes de má fé em metter a mão de cada catholico uma das suas falsas bíblias. (ANTÃO, dez. 1927, p. 181)

Quanto ao Espiritismo, que desde o final do século XIX, já possuía periódicos editados em Curitiba para a propagação de suas concepções, como foram os casos da *A Luz* e da *Revista Spírita*, uma das estratégias consistia na apresentação das supostas seções fraudulentas.

O Dr. Slater – Price, director do laboratorio britanico de pesquisas photographicas, assistindo a uma sessão onde o medium devia proceder a experiancias de photographias espiriticas, conseguiu substituir por uma chapa nova a chapa que o medium ia utilizar nas suas experiancias... Ora, quando o Dr. Slater revelou a chapa roubada antes da posse, elle achou o retrato do “Espírito” que o médium não foi capaz de obter na chapa virgem, não preparada para os devidos fins embusteiros... Ahi esta mais um dos factos em que se funda o Espiritismo... Esta claro! Cruzes! (A.B., abri. 1926, p. 37)

Além de denunciar a fraude e o charlatanismo que envolviam as seções regidas pelos médiuns, *A Cruzada* relacionava as práticas espíritas com o desenvolvimento de doenças psicológicas. Para dar crédito às acusações utilizava, como referências, os “doutores”, pesquisadores, cientistas e médicos renomados, como o psiquiatra Henrique Roxo do Hospital Nacional de Alienados.

O conhecido cientista Dr. Juliano Moreira, director do Hospício dos Alienados do Rio de Janeiro, acaba de dar no “O Jornal” do Rio, sua criteriosa e imparcial opinião, confirmando as theorias do Dr. Roxo sobre o espiritismo como factor de loucura e de demonolepsia. (O ESPIRITISMO EM ALVOROÇO, mai. 1926, p. 59)

Apesar da liberdade religiosa proclamada pela Constituição Republicana, a prática do espiritismo era considerada um crime pelo Código Penal de 1890. De acordo com seu artigo 157, era proibido “Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública.” (CÓDIGO PENAL, 1890)⁸⁴.

⁸⁴ CÓDIGO PENAL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 01/06/2018.

As penas para seus praticantes eram seis meses de prisão e a multa de cem reis a quinhentos mil reis (100\$ a 500\$000). No artigo *Cuidado com o espiritismo!* Dallegrave afirmava: “Não sei como se permite a pratica de taes bruxarias, quando a Biblia e o Código Penal condemnam essas perversas associações malfazejas.” (DALLEGRAVE, jun./jul. 1926, p. 80).

Também condenava as pessoas que buscavam a cura de doenças em práticas espíritas: “Os que consultam a espiritistas não têm fé em Deus, porque o espiritismo é uma seita condemnada pela Santa Igreja, é uma seita diabolica e perversa, que tem causado grandes e irremediaveis males à humanidade.” (DALLEGRAVE, jun./jul. 1926, p. 80).

Seus seguidores só poderiam “[...] estar inspirados e auxiliados por uma entidade que se dedicasse desde o início dos tempos ao mal e a afrontar a Deus: este seria o diabo.” (COSTA, 2002, p. 43). Portanto, era necessário que a revista alertasse quanto os perigos que as pessoas corriam ao se envolverem em tais práticas, uma vez que ligadas ao diabo, estariam contrarias aos ensinamentos cristãos.

No entanto, não eram apenas os erros ligados às práticas religiosas que eram criticados na revista a partir do olhar católico. Outra temática presente era a condenação dos erros da modernidade, com destaque os que envolviam a mulher, especialmente os que dizem respeito às formas de suas vestimentas. Apresentada como nociva para o comportamento e conduta das mulheres, a moda foi criticada em um texto publicitário que trazia a oferta de roupas, tais como saias nos joelhos, blusas sem mangas e vestidos decotados.

São estas as “toilettes” mais proprias para profanar as Igrejas, commungar sacrilegamente, com o diabo no corpo. Os vestidos do ‘Salão Gomorra’ são os mais apropriados para fazer exhibição de nudez e para arrastar as almas para o inferno. [...] Todas as Senhoras que honrarem esta casa commercial, serão por isso mesmo consideradas como... fieis agentes do demonio. As contas serão liquidadas á hora da morte. O Diretor-Gerente Lúcifer. (SALÃO DE MODAS, jun./jul. 1926, p. 72)

Essa publicação procurava relacionar a moda moderna com a perdição da alma das mulheres que, levadas pelas saias curtas e as mangas de fora, se afastavam da religião e colocavam em risco a vida familiar. A alocução do Papa Bento XV (1914-1922) às dirigentes da União Católica Feminina Italiana de 1919⁸⁵, destacava a forma de se vestir da mulher católica.

⁸⁵ BENTO XV. **Alocução sobre o vestir das moças católicas.** Às Dirigentes da União Católica Feminina Italiana. 1919. Disponível em: <http://modaemodestia.com.br/sobre-o-vestir-da-mulher-catolica/> Acesso em 22/05/2018.

[...] sabemos que certos estilos de vestuário que estão começando a ser aceitos pelas mulheres são provocadores do mal, e por outro lado nos causa espanto ver que quem favorece o veneno parece ignorar a sua ação maléfica, e quem incendeia a casa parece ignorar a força destruidora do fogo. Mas somente a suposição de tal ignorância torna explicável a infeliz extensão que teve em nossos dias uma moda tão contrária àquela modéstia que deveria ser o mais belo ornamento da mulher Cristã. Se ela se desse conta do que estava fazendo, dificilmente poderia chegar ao ponto de entrar na igreja indecentemente vestida e apresentar-se àqueles que são os naturais e mais credenciados mestres da moral Cristã. (BENTO XV, 1919, p. 2)

O prejuízo da moda na formação das famílias foi destaque no conto *Casamento Gorado*, publicado em março de 1927, que contava a história de recém-casados, ela apaixonada e ele encantado pela beleza de sua “linda cabeleira loura”. A única imposição do marido era que a jovem não cortasse o cabelo, mas ele não contava com “a tirania da rainha moderna: a moda”, o casamento foi abalado pelo “capricho” da moça em cortar os cabelos no estilo *à la garçonne*, que deixava o pescoço descoberto. (L’ERMITE, mar. 1927)

Na virada do século a moda eram os rebuscados “penteados ornamentais” com as ondas conseguidas artificialmente com um ferro de frisar. Duas décadas depois, os cortes indicavam que as mulheres não mais contentavam com a antiga imagem de “frequentadoras do teatro e dos jantares.” Estavam esculpindo uma silhueta de mulher moderna. Em dezembro de 1924 a Revista Feminina já indagava se o cabelo curto não seria “um sintoma da emancipação do belo sexo.” Deveria ser, já que a própria revista identificava, pelo corte dos cabelos, a escultora, a literata, a estudante, a datilógrafa, a sportswoman. (MALUF; MOTT, 1998, p. 370)

A preocupação com a indumentária das mulheres no início do século XX estava ligada aos critérios estabelecidos pela Igreja Católica. Em muitos momentos, essa questão esteve ligada ao próximo tema, a estrutura das famílias, pois era vista como um fator de desentendimento e conflito entre a esposa, que seguia a moda, e o marido, que não a aceitava.

O modelo de união familiar era construído a partir do exemplo de São José, protetor da família e patrono da revista. Artigos sobre casamento, divórcio, o compromisso entre homem e mulher indicavam os comportamentos apropriados para as famílias católicas.

Em São José, os pais encontram o modelo perfeito de autoridade branda e firma da dedicação ilimitada, da vigilância esclarecida. [...] Em Nossa Senhora, as mães acham o exemplo atraente do mais puro amor conjugal e materno. Maria ensina o pudor, a modéstia que fazem o encanto de seu sexo. [...] aos filhos, basta-lhes conhecer e meditar dos Evangelhos duas frases que resumem a vida de Jesus menino e adolescente para terem o código completo d’uma vida exemplar: “Era submisso a seus Paes” – “Crescia cada dia em sciencia e sabedoria.” (A.B., mar. 1927, p. 2)

A Igreja Católica, no início do século XX, atribuiu à mulher um papel de importância na evangelização familiar e nesse processo não existe o questionamento da superioridade

do homem, antes é atribuído a mulher o reconhecimento da sua atuação na direção do lar e da educação dos filhos, o que a colocava em um espaço privilegiado no processo de cuidado da religiosidade de seu marido e filhos.

Na coluna *A Familia Catholica*, A. B. publicou diversos artigos que orientavam o casamento da mocidade. Após ter publicado acerca da necessidade dos jovens se casarem com pessoas não apenas católicas, mas também praticantes e com o mesmo nível de fé, o autor recebeu uma carta de uma leitora que questionava esse conselho. Para responder as angústias da mulher, A. B. escreveu na edição de outubro de 1926.

Renunciar – escreve ella – á união matrimonial com livre pensadores é uma falsa tactica da parte das moças catholicas: é confessar sua propria fraqueza é carecer de convicções fortes, é recusar a offensiva... O casamento d’um catholico convencido – homem ou mulher – com uma pessoa sem fé ou com fé morta é um apostolado. Póde não conseguir-se a conversão do incredulo, mas é bom tenta-la com a graça de Deus Quem consegue alguma cousa sem arriscar-se? Uma mulher verdadeiramente christian deve obter bons resultados, pelo menos com os filhos. (A.B., out. 1926, p. 141)

Na concepção dessa leitora da revista, por meio do casamento a mulher ou o homem poderiam conseguir a conversão ou o fortalecimento da fé do seu esposo ou esposa. Ela ressalta a união matrimonial com os livres pensadores, grupo que não era, necessariamente, anticlerical, mas que pregava a interpretação do mundo por meio da razão, e eram combatidos pela Igreja Católica. Para refutar as concepções da leitora A. B. contestou que:

O apostolado é uma obra magnifica sim; mas, a presumpção é um peccado. [...] Logo, a primeira condição do apostolado é a conservação da propria fé. Ora, quem contrahe matrimonio com um indifferente e sobretudo com um livrepensador estará certo de risistir a essa influencia que, cada dia, por mil ninharias, gôtta por gôtta, trabalha ao enfraquecimento da fé? Quantos enganados e desenganadores!!! (A.B., out. 1926, p. 141)

A.B. também defendia que o casamento entre católicos era o único indicado, uma vez que a mulher não poderia colocar a sua própria fé em risco, pois a relação com livres pensadores poderia influenciar negativamente as concepções religiosas da pessoa, e em vez de salvar o outro, colocar-se-ia em risco de perder-se.

Outra temática recorrente foi a questão dos usos da imprensa e da leitura. Os artigos presentes sobre esse assunto partiam, principalmente, da estratégia de demarcar os limites entre a sua versão “boa” e sua versão “má”. Enquanto a imprensa católica era representada pela primeira, a segunda era formada pelos periódicos que possuíam posições anticlericais ou se

posicionavam de forma neutra, ou seja, não estavam declaradamente ao seu lado, portanto, contra a Igreja Católica.

A imprensa e a leitura eram temas indissociáveis na revista e foram escolhidos em nossa pesquisa para uma análise mais aprofundada no próximo tópico, por causa da importância atribuída a formalidade da prática da leitura (CERTEAU, 1982), na proposta de inserção da Igreja Católica nesse meio de comunicação.

4. CONTRA A “MÁ IMPRENSA” A “BOA IMPRENSA”: OS DISCURSOS CATÓLICOS SOBRE A IMPRENSA E A LEITURA NA REVISTA *A CRUZADA*

Certeau ao discutir sobre a operação historiográfica salienta que “O discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto” (CERTEAU, 1982, p. 56), ou seja, o passado tempo já ocorrido, portanto, morto, aos olhos do historiador torna-se objeto. Levantar problemáticas e fontes para analisar um processo ocorrido, ou na analogia do autor, exumar o que já foi dado como morto é um procedimento de negação da sua finitude.

O discurso não deixa de se articular com a morte que postula, mas que a prática histórica contradiz. Pois, falar dos mortos é também negar a morte e, quase, desafiá-la. Igualmente diz-se que a história os “ressuscita”. Esta palavra é um engodo: ela não ressuscita nada. Mas evoca a função outorgada a uma disciplina que trata a morte como um objeto do saber e, fazendo isto, dá lugar à produção de uma troca entre vivos. (CERTEAU, 1982, p. 57)

A partir das articulações dessas concepções poderíamos nos perguntar: porque exumar novamente o “morto”, se ele já foi analisado em outras ocasiões? Se pesquisas como a de Trindade (1996) e Campos (2010c) já se encarregaram de examinar *A Cruzada*? Porque lançar novas problematizações sobre ela? Mais uma vez é Certeau (1982) que nos auxilia na resposta. Se a análise do historiador não “ressuscita” o passado, apenas o torna objeto de saberes, sempre haverá novos questionamentos sobre um determinado objeto, o que possibilita a construção de novos olhares e conhecimentos a partir dele.

Neste tópico, o olhar que lançamos para a revista foi o de buscar examinar os discursos produzidos acerca dos padrões indicados aos católicos sobre a leitura e a imprensa. Mediante ao crescimento do número de leitores e da expansão desse meio de comunicação, a Igreja Católica construiu e delimitou os limites entre a “versão má” e a “versão boa” da leitura e da imprensa, disseminadas em documentos oficiais de papas e bispos. No Paraná, a Igreja por meio da revista *A Cruzada* buscou combater os males da imprensa anticlerical e se lançou na campanha de formalização da prática da leitura da imprensa católica. (CERTEAU, 1982).

4.1. Imprensa: veículo do bem e do mal a partir do discurso católico

A Igreja Católica que se posiciona enquanto meio de comunicação entre Deus e os homens e se diz voltada para a transmissão da mensagem religiosa como missão, apresenta a Bíblia como o livro sagrado no qual estão reunidos a maioria das verdades religiosas.

(LAGRÉE, 2002) Com o desenvolvimento dos meios de impressão a Igreja reconheceu outro espaço passível de ser utilizado na cristianização da sociedade; clero e leigos podiam alertar sobre os perigos do momento e formarem o leitor a partir da doutrina do catolicismo.

Em função da criação das técnicas de informação e comunicação ao longo dos anos, a Igreja se viu em constante tensão entre a repulsa e a fascinação sobre a sua utilização. Quanto a essa questão “Veremos sucessivamente que a Igreja não somente as acolheu, assim como o conjunto das técnicas, mas também apropriou-se delas.” (LAGRÉE, 2002, p. 353).

No século XIX, a liberdade da imprensa em expressar quaisquer concepções era condenada, ainda mais se os impressos possuíssem reflexões que afrontassem os dogmas católicos ou que fossem considerados moralmente inaceitáveis. A Igreja, que desde o Concílio de Trento havia instalado o *Índex* – índice de leituras condenadas e proibidas⁸⁶, presenciava no século XIX o aparecimento de um sem-número de livros e folhetos, que dificultavam o controle sobre o que era produzido. (KLAUCK, 2009).

O Papa Gregório XVI, em sua primeira encíclica *Mirari Vos* (1832), dedicada a combater os principais erros de seu tempo, destinou alguns parágrafos para discutir a “monstruosidade da liberdade da imprensa”. O pontífice retornava nesse documento o posicionamento de seus antecessores e de concílios realizados que se voltaram ao combate da circulação de livros e impressos, detentores de más doutrinas. (SOARES, 1988).

Devemos também tratar neste lugar da liberdade de imprensa, nunca suficientemente condenada, se por tal se entende o direito de levar a público toda classe de escritos, liberdade por muitos desejada e promovida. Nós nos horrorizamos, veneráveis irmãos, ao considerar que monstros de doutrina, ou melhor, que erros sem número nos rodeiam, disseminando-se por todos os lados em inumeráveis livros, folhetos e artigos que, se são insignificantes pelo tamanho, não o são certamente pela malícia que encerram; e de todos eles sai a maldição que vemos com profunda pena espalhar-se por sobre a terra. (GREGÓRIO XVI, 1832 *apud* SOARES, 1988)

As expressões condenatórias de Gregório XVI foram assumidas por seu sucessor Pio IX e estão presentes nos documentos *Quanta Cura* e *Syllabus* de 1864. Neles são destacados o problema da propagação de “venenosos livros, folhetos e periódicos” ligados às mais diversas linhas de pensamento que proliferaram no século XIX, como o liberalismo, o anarquismo e o comunismo. (KLAUCK, 2009).

⁸⁶ A primeira versão do *Index Librorum Prohibitorum* (Índice de Livros Proibidos) foi promulgada em 1559 e autorizada durante o Concílio de Trento. A lista proibia publicações que eram contra os dogmas católicos ou que tivessem conteúdo considerado impróprio. A lista passou por algumas atualizações aos longos dos anos e foi abolida apenas em 1966 pelo Papa Paulo VI.

Pio IX “Exortou, pela primeira vez, de forma oficial, os bispos para que respondessem aos revolucionários com armas iguais, isto é, com livros, escritos por homens de confiança, sob supervisão da hierarquia.” (SOARES, 1988, p. 58). Apesar desses primeiros indicativos, os efeitos práticos da contraofensiva da Igreja nos meios de comunicação foram concretizados apenas no papado de Leão XIII.

Serão ações de caráter prático, com capacidade de interferir diretamente na sociedade, amparado em um rigoroso programa de controle, condenação e contra-ataque da imprensa, que a partir desse momento, para a Igreja, passa a ser considerada imprensa má ou ímpia. (KLAUCK, 2009, p. 45 – 46)

Apesar de anteriormente presentes no discurso católico, a denúncia à circulação de más doutrinas na imprensa, foi no pontificado de Leão XIII que foram definidas as caracterizações do que ficou conhecido como “má imprensa” e “boa imprensa”. (SOARES, 1988; KLAUCK, 2009). O assunto foi apresentado em diversos documentos oficiais desse pontífice, como na encíclica *Etsi Nos*⁸⁷ (1882), dirigida aos bispos italianos e que abordavam a circulação da “má imprensa” no país.

Aqueles que, com um ódio mortal, discordam da Igreja, tendem a se manifestar por meio de publicações e a usá-los como as armas melhor adaptadas para infligir injúrias. Daí um dilúvio muito malvado de livros, de diários turbulentos e perversos cujos ataques maléficos nem as leis servem para refrear, nem modéstia para restringir. Qualquer que seja, nestes últimos anos, tem sido feito por sedição e multidões, que eles afirmam ter sido legalmente feito; eles dissimulam ou corrompem a verdade; perseguem a Igreja e o Sumo Pontífice com maldições diárias e falsas acusações; tampouco há opiniões tão absurdas e pestíferas que não estejam ansiosas para disseminá-las em todos os lugares. (LEÃO XIII, 1882, p. 4 - 5)⁸⁸

Frente a essa imprensa, a estratégia indicada era que os escritos anticlericais deviam ser opostos por escritos católicos. A arma utilizada contra a Igreja devia, portanto, tornar-se espaço de defesa. Quanto ao assunto, o Papa prosseguia, “[...] a mesma arte que pode destruir, possa,

⁸⁷ LEÃO XIII. **Encyclical Etsi Nos**. On conditions in Italy. 1882. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15021882_etsi-nos.pdf Acesso em: 11/06/2018.

⁸⁸ “Then it is of very great importance that writings of a healthy character should be published and circulated far and wide. Those who, with a deadly hatred, dissent from the Church, are wont to contend by means of publications, and to make use of these as the arms best adapted for inflicting injury. Hence a most evil deluge of books, hence the turbulent and wicked journals whose malevolent attacks neither the laws avail to bridle, nor modesty to restrain. Whatsoever in these latter years has been wrought by sedition and mobs, that they maintain to have been lawfully done; they dissimulate or corrupt the truth; they pursue the Church and the Supreme Pontiff with daily maledictions and false accusations; nor are there any opinions so absurd and pestiferous that they are not eager everywhere to disseminate them.” (LEÃO XIII, 1882, p. 5).

por sua vez, ser aplicada à salvação e benefício da humanidade, e os remédios sejam fornecidos a partir dessa fonte de onde venenos malignos são obtidos.” (LEÃO XIII, 1882, p. 5)⁸⁹.

Em outra ocasião, na encíclica *Libertas* (1888) Leão XIII novamente acusava a liberdade de tudo imprimir e destacava que nem todas as opiniões eram válidas de serem impressas:

[...] O direito é uma faculdade moral, e, como dissemos e como se não pode deixar de repetir, seria absurdo crer que esta faculdade cabe naturalmente, e sem distinção nem discernimento, à verdade e à mentira, ao bem e ao mal.” (LEÃO XIII, 1888 *apud* KLAUCK, 2009, p. 46)

Desta forma, a liberdade de expressão seria um direito moral para a divulgação do bem e das verdades religiosas, mas não poderia ser um direito estendido para a disseminação das mentiras e dos males presentes nas concepções modernas que atacavam o catolicismo: “concedei a todos a liberdade de falar e escrever, e nada haverá que continue a ser sagrado e inviolável.” (LEÃO XIII, 1888 *apud* KLAUCK, 2009, p. 46).

Na constituição apostólica *Officiarum Ac Munerum*⁹⁰, de 1897, o pontífice revisou os livros proibidos e reafirmou a condenação dos títulos considerados hereges, obscenos ou que atentassem contra a Igreja e seus dogmas. O capítulo VIII, destinado aos jornais, folhas e folhetos periódicos salientava que:

21. Os jornais, folhas e libretos periódicos que deliberadamente combatem a religião ou a boa moral, são proibidos não apenas pela lei natural, mas também pelo clérigo. Eles aguardam os Ordinários, quando necessário, para advertir adequadamente os fiéis do perigo e dano dessas leituras. 22. Nenhum católico, especialmente se ele é uma pessoa eclesiástica, publica qualquer coisa em tais diários ou folhas periódicas ou cadernetas, a menos que uma razão justa e razoável seja requerida. (LEÃO XIII, 1897, p. 6)⁹¹

⁸⁹ “[...] so that the same art which can affect most for the destruction, may in turn be applied to the salvation and benefit of mankind, and remedies be supplied from that source whence evil poisons are now obtained.” (LEÃO XIII, 1882, p. 5).

⁹⁰ LEÃO XIII. **Costituzione apostolica Officiarum Ac Munerum**. 1897. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/it/apost_constitutions/documents/hf_l-xiii_apc_18970125_officiarum-ac-munerum.pdf Acesso em: 11/06/2018.

⁹¹ “21. I giornali, i fogli e i libretti periodici che di proposito combattono la religione o i buoni costumi, si tengano per proibiti non solo per diritto naturale ma anche per l’ecclesiastico. Attendano gli Ordinari, ove occorra, ad avvisare opportunamente i fedeli del pericolo e del danno di tali letture. 22. Nessun cattolico, specialmente se ecclesiastico, pubblici alcunché in siffatti diari o fogli o libretti periodici, a meno che lo richieda un giusto e ragionevole motivo.” (LEÃO XIII, 1897, p. 6).

Para Leão XIII, não bastava proibir e instruir sobre a prática da leitura pelos clérigos e leigos. Para além do esclarecimento, devia-se utilizar a “boa imprensa” como arma de combate a “má imprensa”.

Visto que o principal instrumento de que os inimigos se valem é a imprensa, em sua grande parte inspirada e sustentada por eles, é necessário que os católicos oponham a boa imprensa à má imprensa para que a defesa da verdade e da religião e para a salvaguarda dos direitos da Igreja [...]. Já que os perversos, principalmente em nossos tempos, abusam dos jornais para a difusão das más doutrinas e para a depravação dos costumes, considerai como vosso dever usar os mesmos meios: eles, indignamente, para a destruição; vós, santamente, para a edificação. Certamente será de muita utilidade que pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações cotidianas ou periódicas; uma vez que os erros se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará, as almas adormecidas despertarão e hão de professar publicamente e defender com denodo a fé que elas cultivam em si para a sua salvação. (DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS, 1959, p. 9 - 10)⁹²

No discurso papal, a imprensa arma de destruição moral da sociedade, nas mãos da Igreja Católica era sacralizada e utilizada para a edificação religiosa dos leitores. Considerados um dos erros da modernidade, os periódicos tornavam-se uma nova forma de apostolado, ao contrapor as mentiras e os ataques recebidos por meio de jornais e revistas ímpios, com o esclarecimento e a defesa da religião com títulos católicos.

Os pontífices posteriores continuaram a desenvolver as concepções construídas por Leão XIII, ao proibir o contato com más leituras, incentivar a criação de periódicos e associações da “boa imprensa” e indicar a participação do laicato como decisiva para seu progresso.

O Papa Pio X (1903-1914), reafirmou a validade das disposições da constituição apostólica *Officiarum Ac Munerum* (1897) em suas encíclicas *Pieni L'animo*⁹³ (1906) e *Pascendi*⁹⁴ (1907). Ao acusar a propagação de doutrinas modernistas por “pseudo” filósofos, historiadores, teólogos, crentes e reformadores, alertava aos bispos para supervisionarem as publicações ligadas a Igreja para que nada fosse publicado em sentido ambíguo ou que abrisse margem para a discussão dos princípios cristãos.

Sempre que for possível tenham os jornais e periódicos publicados pelos católicos um determinado Censor. Será este obrigado à revisão de todas as folhas ou fascículos já

⁹² DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. **Leão XIII**: sobre a imprensa (excertos). Petrópolis: Editora Vozes, 1959.

⁹³ PIO X. **Encyclical Pieni L'animo**. 1906. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-x/en/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_28071906_pieni-l-animo.pdf Acesso em: 11/06/2018.

⁹⁴ PIO X. **Encíclica Pascendi Dominici Gregis**. Sobre as doutrinas modernistas. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.pdf Acesso em: 11/06/2018.

impressos; e se encontrar alguma coisa perigosa, fará corrigi-la quanto antes. (PIO X, 1907, p. 36)

O papado de Bento XV (1914 - 1922) ocorreu em meio a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) e a Revolução Russa (1917), fatos que influenciaram na construção discursiva de seus pronunciamentos. Na encíclica *Pacem Dei Munus*⁹⁵ (1920), apontava os jornalistas como personagens centrais na restauração cristã da paz no mundo.

[...] os escritores, publicitários e jornalistas católicos "que, como eleitos de Deus, santos e amados, procurem revestir-se de misericórdia e bondade" e busquem refletir essa benignidade em seus escritos. Pelo o qual, devem abster-se não só de toda falsa acusação, mas também de toda intemperança e calúnia nas palavras, porque esta intemperança não é apenas contrária à lei de Cristo, mas também pode abrir as cicatrizes não cicatrizadas, especialmente quando os espíritos, exacerbados por feridas ainda recentes, têm uma grande sensibilidade para os menores insultos. (BENTO XV, 1920, p. 4)⁹⁶

Em setembro de 1929, a revista *A Cruzada* noticiou a realização do Congresso da Imprensa Católica, promovido em Roma e que contou com a participação do Papa Pio XI (1922-1939). Na ocasião, o Sumo Pontífice expressou a gratidão pelos homens empenhados nesse apostolado moderno a serviço da Ação Católica. O artigo evidenciava que “[...] a Acção Católica não pode deixar de ver na Imprensa Católica a grande luz e a grande voz de que precisa [...]” (A MISSÃO DA IMPRENSA CATÓLICA NO ACTUAL MOMENTO, set. 1929, p. 191). Além disso, durante o Congresso o papa abençoou os jornalistas e deu orientações quanto a missão atual da imprensa católica.

Fazerem-se interpretes, comentadores, divulgadores dessas directivas e das atitudes da Acção Católica, segundo as ocasiões especiaes que se apresentam, ilustrar, iluminar, defender, fazer compenetrar as almas destas coisas, das directivas gerais e particulares em cada caso e organização ocorrentes – tal é a tarefa que os jornalistas católicos se impõem. Quanta matéria para trabalhar! (A MISSÃO DA IMPRENSA CATÓLICA NO ACTUAL MOMENTO, set. 1929, p. 190)

Esses encaminhamentos indicados nas encíclicas papais ressoaram no Brasil na escrita de cartas pastorais dedicadas a instruir o clero e a população sobre as concepções da Igreja

⁹⁵ BENTO XV. **Encíclica Pacem Dei Munus**. Sobre a restauração cristã da paz. 1920. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xv/es/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_23051920_pacem-dei-munus-pulcherrimum.pdf Acesso em: 11/06/2018.

⁹⁶ “[...] los escritores, publicistas y periodistas católicos, «para que, como escogidos de Dios, santos y amados, procuren revestirse de entrañas de misericordia y benignidad»[16] y procuren reflejar esta benignidad en sus escritos. Por lo cual deben abstenerse no sólo de toda falsa acusación, sino también de toda intemperancia e injuria en las palabras, porque esta intemperancia no sólo es contraria a la ley de Cristo, sino que además puede abrir cicatrices mal cerradas, sobre todo cuando los espíritus, exacerbados por heridas aún recientes, tienen una gran sensibilidad para las más leves injurias.” (BENTO XV, 1920, p. 4).

sobre a imprensa e o direcionamento quanto ao seu uso. Entre 1898 a 1944 foram publicadas dez cartas pastorais de bispos dos mais diversos locais do país sobre o tema. (SOARES, 1988).

Essas cartas pastorais, que geralmente eram lançadas em apoio a um periódico local, possuíam diversos pontos em comum, com a variação da forma de exposição e o destaque dado a certas questões. Dentre seus objetivos estava o de apontar a utilidade da imprensa católica, as funções que deviam ser exercidas por esses jornais e revistas e indicar os parâmetros da “má” e “boa imprensa”. (CAES, 2002).

A primeira carta publicada quanto ao tema teria sido a *Em favor da imprensa católica* do bispo de Curitiba Dom José de Camargo Barros, em 1898. O documento refletia o entusiasmo e os prognósticos positivos quanto à eficácia da imprensa católica no Paraná, com o lançamento do periódico *A Estrella* naquele ano. Almejava um futuro promissor, tal como o do jornal *La Croix*, de Paris que, de publicação pequena com limitado número de páginas, havia se tornado uma empresa consolidada com tipografia própria e um milhão de assinaturas. Além disso, o projeto atenderia a necessidade da propagação do catolicismo no Paraná. (SOARES, 1988).

A imprensa. Ela vai contar até as extremidades da terra os grandes fatos da religião, leva por toda a parte os ecos das brilhantes vitórias da fé e das importantes conversões, descreve a majestade, a riqueza, a magnificência das catedrais, faz ouvir os acentos da palavra eloqüente dos ministros da Igreja, já nos púlpitos, já nos congressos científicos, já nos comícios populares, registra as prodigiosas descobertas e as belas produções literárias dos filhos da Igreja, sacerdotes ou leigos. (BARROS, 1898 *apud* SOARES, 1988)

A encíclica *Paternae*⁹⁷ (1899), de Leão XIII aos bispos do Brasil, alimentou os projetos em andamento e deu novas forças para o investimento na “boa imprensa” no país. O papa frisava que era necessário que os clérigos empregassem esforços na publicação de jornais católicos, uma vez que “[...] no momento atual as pessoas formam suas opiniões e extraem suas diretrizes morais de nenhuma outra fonte além da leitura diária, desses jornais.” (LEÃO, 1899, p. 2)⁹⁸.

As indicações de Leão XIII para os bispos do Brasil resultaram na criação de diversos periódicos diocesanos e de congregações religiosas, e também estiveram presentes nas seguintes cartas pastorais: *Os Abusos e os males da imprensa* (1902), de Dom Eduardo Duarte Silva da Diocese de Sant’Anna de Goiás; *Sobre a imprensa* (1913), de Dom Francisco de Campos Barreto da Diocese de Pelotas; *Do nosso dever para com a imprensa* (1918), de Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques da Diocese da Paraíba; *A imprensa católica e sua*

⁹⁷ LEÃO XIII. **Encyclical Paternae**. 1899. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18091899_paternae.pdf Acesso em: 11/06/2018.

⁹⁸ “[...] the present time the people form their opinions and draw their moral guidelines from no other source than from the daily reading of such newspapers.” (LEÃO, 1899, p. 2).

orientação (1918), de Dom Otávio Chagas de Miranda da Diocese de Pouso Alegre; *A imprensa católica* (1921), de Dom Santino Maria da Silva Coutinho da Diocese de Belém; *Da boa imprensa* (1923) e *Sobre a imprensa* (1924), de Dom Manoel Nunes Coelho da Diocese de Luz do Aterrado; *Pio XI e a divisa do jornalista* (1939), de Dom Francisco de Aquino Correia da Diocese de Cuiabá e *Sobre a imprensa diocesana* (1944) de Dom Felipe Conduru Pacheco da Diocese de Ilhéus. (SOARES, 1988).

Essas cartas pastorais se caracterizavam por apresentar discursos semelhantes, nos quais ora alertavam sobre a proibição da leitura da “má imprensa”, ora incentivavam o clero e os leigos a contribuírem para o desenvolvimento da “boa imprensa”. Por isso, nosso objetivo não foi se estender pela análise de todas essas publicações, apenas nos preocupamos em destacar os principais pontos que constituíam a mensagem veiculada nesses documentos.

O tom otimista da primeira carta pastoral dedicada ao assunto não foi acompanhada por todos os documentos seguintes. Em *Os Abusos e os males da imprensa* (1902), redigida em apoio ao jornal *Correio Católico* mantido por dominicanos na cidade de Uberaba, Dom Duarte Silva expressava um olhar pessimista na circulação da imprensa secular. (SOARES, 1988).

Esses jornais em religião são ateus, em moral sensualistas e epicúreos, em política demagogos, em economia socialistas e anarquistas, e em tudo isto alguns há tão hipócritas e tão voltairianos, que vão propinando o veneno dos maus princípios senão lenta e paulatinamente e com tantos visos de verdade e de ciência, que têm feito a sociedade atual tanto decair moralmente, que hoje não existem mais convicções sinceras e sim apenas uma profunda indiferença para tudo o que não é interesse material e gozo sensual. (SILVA, 1902 *apud* CAES, 2002, p. 161 – 162)

Outro ponto recorrente nas cartas era destacar que a “má imprensa”, caracterizada como detentora de todas as doutrinas combatidas pela Igreja, só poderia resultar em consequências nefastas para a sociedade. Os resultados da leitura de tais jornais são descritos na carta *Sobre a imprensa* (1913) de Dom Francisco de Campos Barreto:

Os filhos já não obedecem aos pais, os operários vivem em revoltas contra os patrões, e o povo, sempre explorado e vítima de maus conselheiros, já não respeita nem as autoridades legitimamente constituídas [...]. Toda essa inversão de papéis, vendo que aqueles, que antes obedeciam, com verdadeira consciência de que, cuidando dos interesses sociais, praticavam um ato de virtude, agora pretendem mandar a toda força, ameaçando o equilíbrio da família e da sociedade e apavorando a todos com as surpresas de um futuro tétrico [...].” (BARRETO, 1913 *apud* CAES, 2002, p. 162)

Em todos os documentos a solução para esse cenário era a contraofensiva católica na imprensa. Em *Do nosso dever para com a imprensa* (1918), Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, anunciava que “A cruzada moderna não é já como a da meia-idade, mas doutra

espécie: é o apostolado da imprensa.” (HENRIQUES, 1918 *apud* CAES, 2002, p. 163). A carta também requeria os esforços de todos os católicos para a consolidação do projeto, que na Diocese da Paraíba era representado pelo semanário *A Imprensa*. Por isso, aos leigos era indicado que, além da assinatura de jornais e revistas da “boa imprensa”, os empenhos também fossem voltados para a campanha de propaganda e arrecadação de auxílio financeiro para que o projeto obtivesse sucesso. (SOARES, 1988; CAES, 2002).

Quermesses, tômbolas, leilões de prendas, representações dramáticas, e entretenimentos vários, comissões de senhoras e senhorinhas, vendas de flores, conferências literárias, recitativos, tudo, em suma, que as circunstâncias locais o permitirem, serão as indústrias de que lançareis mão para favorecer a causa de todas a mais digna e que na hora presente reclama todo o nosso zelo, toda a nossa dedicação, todas as energias de nossa boa vontade – a imprensa católica. (HENRIQUES, 1918 *apud* CAES, 2002, p. 164)

As definições apresentadas nas encíclicas papais e nas cartas pastorais dos bispos brasileiros em relação a imprensa enquanto um veículo do bem e do mal foram identificadas nas edições da revista *A Cruzada*. Desenvolvidos a partir das configurações contextuais do Paraná, o periódico se posicionou em combate contra a “má imprensa” e em campanha pela “boa imprensa”.

4.2. A imprensa e a leitura nas páginas da *A Cruzada*

Em vista da variedade de temas presentes na *A Cruzada* optamos pela escolha da questão dos usos da imprensa e da leitura, para darmos prosseguimento a análise. Buscamos compreender a estrutura que orientou a criação da revista, ou seja, o discurso sobre uma “boa imprensa” católica caracterizada enquanto uma “boa leitura”, dirigido aos leitores do início do século XX.

Com a criação de jornais, revistas e informativos de direção de clérigos e leigos, a Igreja Católica buscou, a partir dessas publicações, apresentar ao seu público leitor a necessidade da existência da imprensa católica, os perigos aos quais estavam expostas as pessoas que tinham contato com a chamada “má imprensa” e as consequências da leitura não orientada, ao destacar livros recomendados e os que deviam ser evitados.

A partir do levantamento das principais temáticas presentes na revista elencamos o número de referências ao assunto na Tabela 4. Observamos que, nos cinco anos analisados o número de referências a imprensa e a leitura aumentou progressivamente. Enquanto no ano I que englobou os meses de março de 1926 a fevereiro de 1927 identificamos 12 recorrências, no

último ano de publicação mensal, entre os meses de março de 1930 a fevereiro de 1931 constatamos 28 citações ao tema.

Tabela 4 – Referências a imprensa e a leitura na revista *A Cruzada* (1926-1931)

Período	Número de referências
Ano I – março de 1926 a fevereiro de 1927	12
Ano II – março de 1927 a fevereiro de 1928	19
Ano III – março de 1928 a fevereiro de 1929	23
Ano IV – março de 1929 a fevereiro de 1930	27
Ano V – março de 1930 a fevereiro de 1931	28
	Total: 109

Autora: Andressa Paula (2018)

As referências que contabilizamos são constituídas de artigos de quatro páginas até frases de rodapé, pois consideramos todas as menções ao tema inseridas na revista. Para além da estrutura e tamanho, compreendemos que a mensagem contida nas publicações possuía uma proposta em comum veiculada pelo periódico.

Portanto, esse levantamento demonstrou que não havia um único formato de escrita para tratar sobre o assunto, sendo que artigos, poemas, pequenas notas e matérias com entrevistas foram utilizados para discorrer e apresentar os argumentos. Da mesma forma, não havia um local específico dedicado ao tema.

As capas introduziam o assunto, como foi o caso das edições lançadas ao longo do ano III (1928–1929) e que destacavam o seguinte trecho da carta pastoral do bispo de Curitiba Dom José de Camargo Barros, lançada em 1898:

A imprensa catholica é o pharol erguido no meio das nações, donde a Religião diffunde jorros de luz que vão imundar o seio da familia christã e o santuario das consciencias e provocar destarte mais amor e mais dedicação.” (BARROS, mar. 1928, capa)

A citação, além de ressaltar a formação das famílias e das consciências como importantes campos de atuação da imprensa católica, também legitimava as ações da revista por representar o discurso oficial. Já indicamos, anteriormente, que alguns autores estavam diretamente ligados a revista e outros apenas tiveram suas produções republicadas em suas páginas. Nas 109 referências que identificamos, 68 não apresentavam uma autoria e as outras

41 eram de 24 autores diferentes. A maioria desses autores teve apenas uma publicação que se enquadra na temática analisada, como demonstramos na Tabela 5.

Tabela 5 – Autores com publicações sobre imprensa e/ou leitura na *A Cruzada* (1926 – 1931)

Autores	Número de publicações
Sem autoria	68
A. B.	4
Nemo	4
José de Sá Nunes	4
Angelo Antonio Dallegrave	4
D. José de Camargo Barros	3
Mestre Antão	2
X.	2
Frei Piratininga	2
W. Muniz	1
Franco	1
Dr. Felício	1
Martha de Jesus	1
Frederico Ednella	1
Luiz Veuillot	1
José Farani Mansur Guérios	1
Elias Karam	1
Pascal	1
A.	1
Dom Antonio Mazzarotto	1
Pretextado Martins Pescador	1
S. d'A.	1
Rosário Farani Mansur Guérios	1
Leão XIII	1
Cônego Alcidino Pereira	1
	Total: 109

Autora: Andressa Paula (2018)

Observamos, na tabela acima, que a maioria das publicações que menciona a imprensa e a leitura não apresentava a autoria. Frente a isso conjecturamos que o interesse por apresentar aos leitores os padrões indicados a prática da leitura, não era apenas um posicionamento seguido por alguns colaboradores específicos, ou um discurso produzido anteriormente e selecionado como pertinente para compor o conteúdo da revista, como no caso das republicações. Compreendemos que, quando o periódico não referencia o autor de um artigo, ele toma para si a responsabilidade da publicação. Desta forma, o tema pode ser considerado uma disposição da própria redação da *A Cruzada* que, nas 68 ocasiões detectadas não escolheu um intermediário para discorrer sobre o assunto e assumir a autoria dos argumentos apresentados.

Apesar de seguir uma proposta que vinha de Roma, a revista *A Cruzada* estruturava a mensagem contida nas suas edições, de acordo com as especificidades do cenário em que estava inserida, visto que “[...] cada discurso tem origem em um lugar e modula seus temas em função de seus destinatários e adversários.” (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 15).

A estrutura dos discursos inseridos na revista se apresentava de forma variada. Em 86 publicações temas como imprensa e, ou, leitura ocupavam o cerne da discussão exposta, enquanto nas outras 23 eram abordados de forma secundária, ou seja, citados sem muita ênfase e davam suporte para o desenvolvimento de outras questões. Também detectamos três formas de exposição do assunto: o combate a “má imprensa” (18), a defesa da “boa imprensa” (68) e a distinção entre a “má imprensa” e a “boa imprensa” (23).

Os textos que se debruçavam sobre o combate a “má imprensa” expunham as consequências sociais do contato e da leitura de títulos anticlericais. Eram apontados, principalmente, os prejuízos que causavam na formação da consciência da mocidade e na estrutura das famílias.

Por outro lado, os artigos destinados, exclusivamente, a defesa da “boa imprensa” se caracterizava pela campanha de propagação de jornais e revistas católicos. Nesses textos, solicitavam o auxílio dos leigos com o objetivo de formalizar a leitura da “boa imprensa” como uma prática dos católicos.

Por fim, os artigos que se estruturaram a partir da diferenciação entre “má imprensa” e “boa imprensa”. Geralmente, essas publicações iniciavam com o apontamento dos malefícios da leitura de certos jornais e livros que continham concepções contrárias a Igreja. O primeiro texto a apresentar essa estrutura foi publicado em agosto de 1926 e intitulado de *Más Leituras*, escrito por José de Sá Nunes. O autor começava o artigo ao identificar o problema na sociedade moderna:

Não há perigo maior do que êste: a má leitura. E não há, em nossos dias, coisa mais comum do que encontrar-se um livro mau, um jornal mau, uma revista má em poder de um jovem ou de uma donzela. O demônio não poderia achar meio mais eficaz do que êsse para a perdição das almas. (NUNES, ago. 1926, p. 101)

Após identificar o problema, os textos apontavam as consequências da sua leitura e os motivos para combater sua circulação.

A sociedade está cheia de gente que sofre de cropolalia: pais e mães, filhos e filhas, de tôdas as idades e condições, refocilam-se num oceano de lama e misérias morais, como nos tempos das cidades malditas que o fogo do Céu consumiu; e os corações bons, as almas puras, os caracteres nobres e os sentimentos delicados não podem achar guarida entre essa gente malévola e torpe, que só tem prazer em falar mal do próximo e deprimir a reputação alheia. (NUNES, ago. 1926, p. 101)

Diante de uma imprensa ímpia, a solução apresentada era a utilização do mesmo meio de comunicação, que nas mãos da Igreja se tornava arma de defesa da religião, da família e da

moralidade. Os “verdadeiros cristãos, os verdadeiros catholicos” eram chamados para atuarem como propagandistas da “boa imprensa” (NUNES, ago. 1926):

A infância e a mocidade, crianças e jovens de ambos os sexos, deverão dar-se as mãos e, unidos, num só desejo e num só impulso, deverão trabalhar em prol da boa imprensa, que é a mais poderosa arma contra a imprensa má. S. S. o papa Pio X, de gloriosa e santa memória, nunca se cansou de aconselhar que “se o mal vem da imprensa, devemos combater o mal pela imprensa”. (NUNES, ago. 1926, p. 102)

Em vista das concepções romanizadoras do período, tais como a centralização da Igreja em Roma e o respeito a hierarquia eclesiástica, os escritos buscavam embasar a proposta de utilização de periódicos na cristianização da sociedade, em documentos papais e dos bispos, que recorrentemente eram citados nos artigos para legitimar a circulação da revista.

Os artigos presentes na *A Cruzada*, seguiam uma estrutura semelhante aos documentos oficiais da Igreja, como encíclicas e cartas pastorais que analisamos anteriormente, visto que identificavam o problema e apresentavam uma proposta para a sua solução. A partir disso, vários argumentos foram construídos para o combate da “má imprensa” e a campanha pela “boa imprensa” nas páginas dessa revista paranaense.

4.2.1. *A Cruzada* contra a “má imprensa” e a leitura não orientada

O discurso da Igreja Católica sobre a leitura repousava na argumentação de que o estrito controle da escrita não era apenas um direito, mas o seu dever. A responsabilidade de escolher entre as publicações o que poderia ser lido pelos católicos, era do clero, constituído por eruditos que, por sua formação e pelo convívio mais direto com os dogmas religiosos, estavam aptos a guiar a leitura dos leigos, pois não se contaminavam com as más doutrinas, ou se deixavam levar pelos métodos e persuasão retóricas empregados nesses escritos. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995) A preocupação esteve primeiramente ligada a circulação de concepções contrárias ao catolicismo e a moralidade cristã em livros.

O tema é frequente nos sermões das missões e capítulo obrigatório nas inúmeras “instruções cristãs” impressas para os que vivem no mundo secular e para os alunos dos colégios. É bastante simples: muitos livros – a maior parte – são livros maus, porque contradizem os dogmas ou porque contrariam os bons costumes. Portanto, a leitura é sempre uma prática perigosa e, ao ler sem tomar certas precauções, os cristãos põem em perigo sua salvação. Entregues ao prazer cultural e social de partilhar o texto impresso, não percebem a estranha força da escrita (Fabre, 1985, p. 182–206) e acreditam poder escapar às armadilhas da sua argumentação e aos artifícios das suas figuras; pensam poder dissociar o prazer da leitura da influência do texto lido. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 21)

Com o desenvolvimento das técnicas de impressão, maior acesso, e mais baratos em relação aos livros, jornais e as revistas passaram a figurar como objetos de denúncias da Igreja. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995). A partir desse posicionamento, *A Cruzada* se lançou no combate contra a “má imprensa”, caracterizada pelos títulos declaradamente anticlericais, os que se posicionavam enquanto neutros e davam espaço para publicações que atacavam a presença da Igreja na sociedade brasileira e as publicações ligadas a outras religiões que lutavam pelo campo religioso do país. A definição de Rosário Farani Mansur Guérios publicada na edição bimestral agosto/setembro de 1930, qualificava periódicos que formavam a “má imprensa”:

Mau jornal é o que combate francamente a Jesus Cristo e a sua Igreja. Jornal neutro é aquele que não fala de Jesus Cristo nem da sua Igreja. [...] O mau jornal e o jornal neutro pertencem à má imprensa, pois que, o primeiro, por ser declaradamente mau, é condenável, e o segundo, o que é neutro é virtualmente mau, pois Nosso Senhor Jesus Cristo assim o disse: - “Quem não é por mim é contra mim.” (GUÉRIOS, ago./set. 1930, p. 134)

Observamos que os artigos dedicados ao combate da imprensa anticlerical, eram estruturados a partir do discurso da necessidade de controle e alerta constantes por parte da Igreja Católica. Em vista disso, os enunciados das publicações eram marcados pela repetição dos argumentos construídos sobre o assunto. A cada nova edição os postulados que já haviam sido veiculados anteriormente eram reafirmados, como podemos verificar em outro texto:

A imprensa ímpia ataca nossas crenças, nossas leis mais sagradas, nossa moral, nossos brios... É pois peccado grave, favorece-la. A imprensa licenciosa, sob o fallaz pretexto de arte e literatura, adula e alimenta as mais vis paixões, os instinctos depravados, e zomba da delicadeza christã. É, pois, peccado favorece-la. A imprensa leviana, ao tratar tudo com diletantismo, affectando o sceptecismo, vae habituando o leitor ao gosto do veneno dissimulado nas doses do espírito chistoso que toma as apparencias do galantismo. É, pois, peccado favorece-la. A imprensa neutra, que equipara a verdade e o erro, sob pretexto de imparcialidade nada diz a favor dos nosso direitos, liberdade e ideal, como se cala perante erros flagrantes. É, pois, peccado, favorece-la. (X, mar. 1929, p. 2)

Favorecer a imprensa irreligiosa com a compra e a assinatura de suas edições era um dos principais erros. Todos os leitores, mas principalmente os católicos, não deviam entrar em contato com essas publicações, pois existiam periódicos sadios, ligados à Igreja e que auxiliavam na edificação e salvação de suas almas, portanto, seu investimento financeiro devia ser voltado para a “boa imprensa”.

Em março de 1927, comemoração do primeiro aniversário da revista, os textos enfatizavam a importância do papel que *A Cruzada* estava exercendo no estado do Paraná. O

destaque era a instalação de uma tipografia própria, mas também apresentava as dificuldades que enfrentadas em seu ano inaugural. A matéria *O nosso primeiro aniversario* salientava as festividades e cerimônias religiosas ocorridas em louvor a data comemorativa, como a bênção das novas máquinas tipográficas pelo arcebispo Dom João Francisco Braga e pelo Cônego Alcidino Pereira, do Centro da Boa Imprensa, sem esquecer de uma nota acerca da dualidade das versões sobre a imprensa enquanto veículo do mal e do bem. (O NOSSO PRIMEIRO ANIVERSARIO, mar. 1927)

Veiu a ser a imprensa, por consequência, o vehiculo do bem e do mal. Mais do mal que do bem – hão tanto abusado dessa sábia e vantajosa invenção [...] A machina de imprimir amolda-se a qualquer desejo de seu dono – se este é ruim, cousa ruim produz. Nunca se ouviu dizer que uma boa faca haja tornado bom um cozinheiro mau. (O NOSSO PRIMEIRO ANIVERSARIO, mar. 1927, p. 6)

Como apontado na citação acima, a concepção da revista era que a imprensa se moldava enquanto veículo do mal, quando os indivíduos que estavam em seu controle eram portadores de pensamentos considerados ruins. O vocabulário empregado na referência aos autores que publicavam naqueles veículos para disseminar más doutrinas era marcado pela agressividade:

Nessas revistas indecentes e gazetas perniciosas, *os torpes mensageiros da luxúria vomitam as fezes que lhes enchem os corações e o cérebro*, - ora em forma de quadrinhas ridículas, ora em contos detestáveis, já em figuras obscenas, já em traços maliciosos e dizeres dúbios, - e tudo isso vai devorado com sofreguidão por crianças e jôvens de ambos os sexos, e até por cavalheiros e matronas que passam por sisudos aos olhos da sociedade, ocultando na carranca ou entre as comissuras dos lábios a maldade insigne que lhes transborda do íntimo. (NUNES, ago. 1926, p. 101; *grifos nossos*)

Há em algumas livrarias certas obras e revistas asquerosas, imundas, onde os olhos incautos do christão dão com feias caricaturas que infiltram na alma impurezas e baixos sentimentos. *São seus autores individuos que se deleitam na lama, como suínos sôfregos de imundicie*. (DALLEGRAVE, abri. 1927, p. 36, *grifos nossos*)

Não se deve tratar no jornalismo somente de confraternidades; mas também de discussão, de luctas, de combates. Os que desejam que tudo na imprensa se resuma a cumprimentos e lisonjas, não nasceram para essa difficil e nobre esgrima [...]. (VEUILLOT, fev. 1929, p. 307)

O excerto acima foi escrito pelo francês Luiz Veillot (1813-1888), um dos principais jornalistas da imprensa católica no mundo, e que “desde a sua conversão [...] forjara para si uma imagem de contendor incansável da modernidade sob todas as suas formas: política, moral, literária, religiosa [...]” (LAGRÉE, 2002, p. 46). O trecho da obra do autor transcrito pela *A Cruzada*, refletia a posição de que a luta contra a “má imprensa” não devia ser resumida em

palavras lisonjeiras, mas sim, baseada em uma escrita mais enérgica como contra-ataque às injúrias produzidas por seus oponentes em letra de forma.

Após o esclarecimento da presença e da circulação da “má imprensa”, vinha o tratamento das consequências que as “más leituras” acarretavam para a sociedade. Em nossa análise, conseguimos verificar que o problema da leitura não orientada pela Igreja, refletia na desmoralização de vários setores da sociedade, mas a ênfase dada era para a formação da mocidade, que resultava diretamente na desestruturação das famílias.

A *Cruzada* era um periódico dirigido e escrito, principalmente, por jovens e seu público leitor também estava dentro dessa faixa etária. Em vários artigos, os autores falavam diretamente para a mocidade e buscavam apresentar encaminhamentos para a sua formação religiosa, profissional e familiar. Compreendida como uma fase decisiva na constituição das consciências e das escolhas para o futuro, a revista entendia que era seu dever alertar sobre os perigos da sociedade moderna e dar direcionamentos a juventude católica.

Na edição de outubro de 1927 foi publicado um diálogo entre um médico e uma mãe, que estava aflita pela mudança de comportamento de seu filho:

- Que idade tem seu filho? - 16 anos Dr. De uns seis meses para cá ficou tão nervoso, tão colérico que não supporta a mínima observação. Por qualquer contrariedade irrita-se e quebra tudo quanto lhe está no alcance... Pouco se alimenta e tem o somno agitadoíssimo. As vezes nem dorme, fica lendo na cama. - Que lê elle? - Não sei Dr., pois meu filho já tem seus 16 annos; é um moço e não precisa mais, segundo diz, que se lhe escolha os livros e as revistas. – Gravíssimo erro minha senhora [...]. (DR FELICIO, out. 1928, p. 158)

A revista argumentava que os jovens ainda não possuíam maturidade suficiente para discernir dentre os livros e periódicos disponíveis no mercado, quais seriam as boas escolhas que não acarretariam em malefícios para sua formação. Por esse motivo, era necessário que os pais tutelassem seus filhos e, não permitissem em suas casas a entrada de impressos direcionados contra a religião, defendessem más doutrinas ou fossem leituras pornográficas.

José de Sá Nunes publicou, em janeiro de 1927, um artigo destinado a mocidade e que falava sobre a amizade. O autor destacava que os jovens deviam ficar atentos aos seus círculos de amigos, e que uma das primeiras perguntas ao se fazer a uma nova amizade, era se a pessoa professava a religião cristã/católica. Se a resposta fosse negativa, o contato com a pessoa devia findar-se. Também questionava: “Já prestaste atenção às suas conversas? Já vistes os livros, as revistas e os jornais que leem? Já descobriste os seus gostos e predilecções?” (NUNES, jan. 1927, p. 191; *grifos nossos*). Manter uma relação de amizade com leitores de maus livros, era considerado um passo para se deixar influenciar e passar a confabular contra a religião.

Como mencionamos anteriormente, os membros da Igreja haviam identificado que um dos principais desafios para o catolicismo no país era o da ignorância religiosa, que assolava a população em geral. Sem seguir corretamente a doutrina católica, os indivíduos haviam se deixado contaminar por manifestações de religiosidade popular, além de seguir práticas de outras religiões, como o espiritismo. Para alterar tal situação, era necessário esclarecer pontos dos dogmas católicos e a imprensa foi uma das principais armas para esse processo. (MARCHI, 2011)

Com relação à ignorância religiosa, Nemo com o artigo *Virulenta enfermidade*, discorreu sobre a chamada clerofobia, caracterizada como o horror que alguns indivíduos tinham quanto aos religiosos e a Igreja Católica. O artigo apontava os escritores que criticavam o catolicismo, como portadores daquela enfermidade, e sem conhecer realmente a religião, se dedicavam a combatê-la. Por esse motivo, alertava aos jovens que “Conhecer o catholicismo através de uma literatura nojenta e ímpia é conhecer um catholicismo irreal e phantastico, um catholicismo adulterado e deturpado.” (NEMO, mar. 1927, p. 16) Para Nemo, era necessário conhecer a religião, mas era imprescindível que os católicos atentassem para os títulos e as referências que recorriam para o seu estudo. Em vista disso, *A Cruzada* destinou algumas de suas páginas para a indicação de livros considerados de leitura sadia e que traziam ensinamentos religiosos.

Mas não era só a imprensa periódica e os livros ligados a concepções anticlericais, como o comunismo, o anarquismo, a maçonaria, que eram rechaçados pela Igreja Católica. A literatura de ficção também se configurava como perigosa, principalmente os romances. A leitura dos livros desse gênero era considerada prejudicial, uma vez que suas histórias, geralmente, exaltavam as paixões, sentimentos exacerbados e, em alguns casos, chegavam a ser pornográficos. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995). Sobre essa questão *A Cruzada* publicou o seguinte:

E romances? Não lhes demos importância pois os melhores só têm a vantagem de impedir que leiamos os piores. Quanto mais não vale a vida de qualquer Santo? Basta-nos recordar que as vidas dos Santos ensinam sempre o bem, e os romances ainda os mais inoffensivos, têm quase como elemento essencial certos enredos, que ao menos para pessoas inocentes têm os gravíssimos inconvenientes de lhes ensinar o mal, e de as acostumar a leituras levianas. (E ROMANCES? ago. 1929, p. 183)

Ao analisarmos *A Cruzada* como um manual de civilidade (CHARTIER, 1994), compreendemos que seus artigos, para além de informar sobre eventos religiosos, também buscavam formar o leitor a partir da moralidade católica, daí o cuidado de indicar as formas

consideradas corretas e seguras para a prática da leitura. Antes de apontar o que e como os católicos deviam ler, era necessário identificar quais leituras deveriam evitadas.

Frente ao discurso dos malefícios provocados por muitos periódicos e livros, a Igreja denunciava, como grave, a existência de leitores, geralmente fracos e com frequência ingênuos, que se deixavam influenciar facilmente pelo que liam. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995). Por esse motivo, alguns clérigos se dedicaram a escrever manuais de leitura, com a listagem de livros recomendados ou condenados.

Diante do oceano de publicações presentes e futuras, que pode fazer o leitor católico? Os princípios propostos pela autoridade hierárquica o convenceram de que é preciso escolher, ou melhor, muitas vezes, abster-se. Mas como escolher? Para responder a essas perguntas legítimas o abade Bethléem se empenha em uma tarefa que parece *a priori* sobre-humana: recensar tudo o que é ou já foi publicado, para fazer uma avaliação “de um ponto de vista católico”, de modo a constituir um guia útil para as famílias, para os educadores ou para os simples leitores (e sobretudo leitoras). Com esse objetivo, o abade funda em 1908 *Romans-Revue*, mensário que teria uma longa vida. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 62)

No Brasil também circularam publicações com essa finalidade e a de maior destaque foi a obra *Através dos romances: guia para as consciências* um livro de censura aos romances, do Frei Pedro Sinzig, um dos fundadores do Centro da Boa Imprensa. O guia foi publicado pela Editora Vozes, em 1915. Na edição de 1923, o manual foi formado por pequenos verbetes com comentários sobre 21.553 livros de 6.657 escritores brasileiros e estrangeiros. Tendo como critério a moralidade católica, Sinzig dividia os livros analisados em:

1) livros recomendados, bons, de leitura sã, que obedecem perfeitamente a esses preceitos; 2) livros recomendados, mas com ressalvas, “que não prejudicam o leitor adulto sensato que o lesse por algum justo motivo”, embora ofereçam perigo, se lidos indiscriminadamente; 3) os livros perigosos, cuja leitura é veneno para as almas de seus leitores [...]. (PAIVA, 1997, p. 65)

Na *A Cruzada*, o foco estava nas recomendações de livros de temática católica, mas em alguns momentos a revista nomeou títulos que não deviam ser lidos por seus assinantes. Como foram os casos de *La Garçonne*, de Victor Margueritte, apresentado como uma obra “artificial e imunda” (OS MAUS LIVROS E A SUA INFLUENCIA, abri. 1927), e *Cruz de Caravaca*, que em 1927 estava em sua sétima edição e era vendida em várias livrarias. O autor desse livro não é mencionado em nenhum momento, apenas a natureza da obra, que misturava orações do cristianismo com “superstições e mandingas do paganismo.” (PESCADOR, jun. 1930).

É um volume de orações! e que orações! ridículas a toda a prova! Para amostra tomemos sómente este tópico, de uma dellas, para provar o que dizemos. Lemos á página 38: “São Marcos me marque, São Manso me amanse.” Além de ser ridícula pela forma e da oração, o é ainda mais, por ser supersticiosa. (PESCADOR, jun. 1930, p. 89)

Os jornais, revistas, folhetos, livros, enfim, todas as produções impressas deviam louvar, ou pelo menos, respeitar a religião, e o uso apologético da escrita era considerado o “[...] único legítimo, pois convém tudo relacionar a Deus.” (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 21). Segundo o discurso da Igreja, a qualquer momento, o uso da imprensa podia ser desviado dessa função edificante e tornar-se parte da “má imprensa”.

4.2.2. A *Cruzada* em campanha pela “boa imprensa”

No final do século XIX quando o papa Leão XIII definiu, pela primeira vez, as diferenças entre a “má imprensa” e a “boa imprensa”, tornando os termos recorrentes no vocabulário católico, os periódicos a serviço da Igreja já estavam estabelecidos no mundo. (KLAUCK, 2009; SOARES, 1988). Ao exortar a necessidade dos clérigos e dos leigos a se auxiliarem nesse apostolado moderno, a imprensa católica tornou-se mais estruturada, com a organização de associações e centros que se lançaram na campanha por sua propagação.

A revista *A Cruzada* seguiu os apontamentos de Leão XIII e publicou um trecho da encíclica *Paternae* (1899) dirigida aos bispos do Brasil:

Não esqueçaes tambem, Veneráveis Irmãos, quanto principalmente nestes tempos, são poderosos para o bem, e para o mal os jornaes e outros escriptos analogos espalhados por entre as multidões. Não seja, pois, o menor cuidado dos catholicos de lutar tambem com estas armas em defesa da fé catholica, seguindo como cumpre, a direção dos bispos, e conservando em toda a integridade o respeito devido às autoridades civis. (LEÃO XIII, jun. 1929, p. 112)

Escrita, sobretudo por leigos, essa revista curitibana citava trechos de documentos papais e de encíclicas para legitimar o que publicava. Em vista do que pregava o documento do Concílio Plenário Latino Americano, os leigos que se lançavam na missão de escrever em jornais e revistas da Igreja, precisavam respeitar a hierarquia religiosa e estavam subordinados aos padres, aos bispos e ao papa. Desta forma, ao menciona-los em seus escritos, os autores da revista salientavam que seu discurso era embasado em uma esfera superior.

Seguindo a gloriosa tradição de seus predecessores, S. S. Pio XI muitas vezes afirmou que para restaurar tudo em Christo N. S., indivíduos, famílias, cidades, sociedades e pátrias, para guarda-los a verdadeira Igreja, era necessario o concurso dedicado dos publicistas catholicos. (A IGREJA E A IMPRENSA CATHOLICA, fev. 1927, p. 211)

E não é outra a palavra que soa e ressoa do alto do trono de S. Pedro – “Oh! A Boa Imprensa! (diz S. S. o Papa Pio XI) Quanta necessidade há dela! Imprimi muito, imprimi bem; se alguma oração se deve fazer, é pela Boa Imprensa”. Pio X disse: “Levantar templos, fazer missões, fundar colégios – todo êsse trabalho será baldado e ficará em pouco tempo destruído, se não souberdes usar a arma ofensiva e defensiva duma imprensa leal e sinceramente católica.” (GUÉRIOS, ago./set. 1930, p. 135)

Segundo a Igreja Católica, se a prática da leitura não podia ser evitada, era o seu dever orientar qual tipo de livros e periódicos as pessoas poderiam ler sem que causassem prejuízos para sua formação. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995). Por esse motivo, compreendemos que a campanha empregada pela *A Cruzada* na disseminação da “boa imprensa” pode ser analisada a partir do conceito de formalidade das práticas articulado por Certeau (1982).

A imprensa, que nas mãos da Igreja Católica era investida de uma função santificadora para a sociedade, passava a ter sua leitura formalizada enquanto uma prática religiosa. O leitor da “boa imprensa” se informava sobre as ações da Igreja e conhecia mais sobre a doutrina do catolicismo, portanto, se aproximava de Deus.

O Centro da Boa Imprensa, que havia nomeado em 1927 *A Cruzada* como sua representante no estado do Paraná, destacou em uma publicação da revista que dentre seus objetivos estavam:

Despertar e impulsionar o interesse pratico de todas as classes pela bôa imprensa e pela san literatura, apoiando a vida de revistas e jornaes catholicos e a propagação de bons livros, desviando desse modo simultaneamente a acceitação por parte do público da imprensa e litteratura más. (O DIRECTOR GERAL DO “CENTRO DA BÔA IMPRENSA” NO PARANÁ, mar. 1927, p. 18)

Em vista do objetivo de propagação da “boa imprensa”, *A Cruzada* publicou diversos textos que buscavam apresentar a proposta aos leitores. Em julho de 1927, republicou trechos de uma entrevista concedida pelo monsenhor Hartley, arcebispo dos Estados Unidos, ao jornal *New York Times*. O assunto tratado, era as perseguições aos católicos no México governado pelo presidente Pultarco Calles, situação que foi discutida em vários momentos pela revista.

A meu entender, os catholicos mexicanos descuidaram-se um pouco no emprego da melhor arma para o bom combate, a Imprensa. Para mim – e isto eu prego em todos os Estados Unidos – a imprensa é o mais efficaz meio de combate nas lidas actuaes do catholicismo... Quem se presa de bom catholico tem estricta obrigação de sustenctar, ajudar e propagar com entusiasmo de apostolado o periodismo

catholico... Ditosos os povos que isto comprehendem. (POBRE MÉXICO, jul. 1927, p. 89)

Ao ressaltar que a situação da Igreja Católica mexicana tinha como um dos agravantes, o descuido que o país teve no investimento da imprensa, a revista destacava a necessidade dos católicos brasileiros não deixarem que a mesma situação ocorresse no país. Uma vez que o Estado era declarado laico e várias concepções anticlericais estavam presentes, inclusive entre os políticos, era preciso se certificar que a imprensa estaria ao seu lado, para denunciar os ataques recebidos. Melhor do que uma imprensa que se posicionava a favor da Igreja, era a imprensa propriamente ligada a ela e ao seu serviço, papel que era exercido pelos jornais e revistas da “boa imprensa”.

Agora se chegarmos á imprensa e tocarmos-la com idéas sans, doutrinas excelsas e com praticas christãs, ella não pôde dar que não escriptos de apostolado puro e christão. São os escriptos bons: a boa revista, o bom jornal e o bom livro. Conserva esse apostolado do escrever doutrinas sans e excelsas o seu poder cicatrizante da luta eviterna contra as ciladas dolosas do Poder das trevas. (O NOSSO PRIMEIRO ANIVERSARIO, mar. 1927, p. 7)

Na campanha pela “boa imprensa”, ao longo de suas edições a revista apresentou diversas instruções aos seus leitores, sendo que a principal era a necessidade de assinar os periódicos católicos. Ao público leitor paranaense, a preferência devia ser dada a *A Cruzada*, mas aqueles que possuísem uma boa condição financeira deviam assinar, também, outros títulos como *A União* e *A Cruz*, do Rio de Janeiro. Esse auxílio era visto como essencial e os católicos assinantes de revistas e jornais neutros, eram considerados traidores da boa causa. (GUÉRIOS, ago./set. 1930). O texto abaixo, publicado pela primeira vez em fevereiro de 1927 e republicado em diversas edições, falava sobre a obrigação de ser assinante:

Quatro tragedias. Um homem joga um phosphoro acceso dentro de um deposito de gasolina, para vêr se estava vazio. Estava cheio... Um homem corre entre os trilhos de uma estrada de ferro, para vêr se podia correr mais do que o trem que se aproximava com toda velocidade. Não pôde... Um homem acaricia a cabeça de um cão que elle não conhecia, para vêr se o animal era manso. Não era... Um homem toca num fio electrico para vêr se elle estava carregado. Estava... E uma quinta. Um homem reduz as suas despesas dispensando a assignatura de jornaes e revistas da Bôa Imprensa, como A CRUZADA, para vêr se podia fazer economia. Não pôde. (QUATRO TRAGEDIAS, fev. 1927, [p. 4])

Se o leitor não podia fazer economia quando o assunto era a imprensa católica, ele também não devia deixar de pagar pontualmente suas assinaturas, uma vez que apenas assim, o empreendimento conseguia se manter e desenvolver. Por outro lado, empresários e

comerciantes, eram chamados para anunciar seus estabelecimentos nas páginas da revista, visto que, a venda de espaços publicitários era uma das principais rendas dos periódicos do período. (MARTINS, 2008).

Na edição de janeiro de 1929, foi publicado o texto *Modos de auxiliar os jornaes catholicos* que, além das instruções que mencionamos, divulgou outras formas de colaboração dos leigos:

Todos, ricos e pobres, podem fazê-lo: a) Orando por elles; constituem uma obra, de apostolado catholico, uma obra, por conseguinte, sobrenatural, que necessita de auxilios sobrenaturaes. b) Assignando-os e angariando assignaturas. c) Comprando e lendo-os nas ruas, nos trens, nos bondes, para que sua circulação se veja; d) Dando-os a lêr a outros, para que se tornem mais e mais conhecidos; e) Preferindo os para a inserção de annuncios e favorecendo os seus annunciantes; f) Collaborando neles gostosamente se para isso tivédes os necessarios conhecimentos. g) Recommendando-os em todo sentido o formando lhes opiniões, no publico e entre as pessoas de vossas relações. (MODOS DE AUXILIAR OS JORNAES CATHOLICOS, jan. 1929, p. 286)

Para que os católicos auxiliassem na angariação de novos assinantes, a revista divulgou em quatro edições de 1927 (abril, maio, junho e agosto) instruções de como abordar o assunto.

Quando a conversa cahir sobre a leitura, o amigo d'A Cruzada sabe o que deve fazer. Entra a falar com toda a eloquência de que é capaz [...] não é preciso gesticular e barafustar como um possesso. Isto em certas pessoas tem o effeito de ficarem de pé atraz, desconfiadas, como si se tratasse de um pacote. [...] esbocem um sorriso zombeteiro, enquanto dizem com ar de espanto: Como é possível? Então o Sr. Realmente nunca ouviu falar n'A Cruzada? Dessa celebre revista para a mocidade paranaense? Incrível mesmo! Não tem tempo que perder. Ainda hoje escreva á administração d'A Cruzada. 6\$000 isso lá é dinheiro? (PROPAGAI A CRUZADA, abri. 1927, [p. 31])

A partir do exposto, constatamos que ao longo de cinco anos de edições mensais, a revista *A Cruzada* buscou, transformar os católicos paranaenses não apenas em leitores, mas também propagadores da “boa imprensa”, desta forma, contavam com os leigos para a efetivação da formalização da prática da leitura.

Para além dos periódicos, a revista também se preocupava com a leitura dos livros, por isso enquanto algumas obras eram proibidas e rechaçadas em suas edições, outras eram recomendadas como leituras sadias e de edificação para as almas, principalmente porque eram de temática religiosa.

A coluna *Variedades*, assinada por Franco, trouxe o relato de uma reunião da Assembleia de Deputados dos Estados Unidos, em que um político havia se oposto a proposta de concessão de subsídios para a instalação de bibliotecas municipais. Segundo o deputado

Wimberly, era um ato desnecessário, visto que apenas três livros eram indispensáveis: a bíblia, o livro de cânticos e o almanaque. (FRANCO, jan. 1927).

Lêde a Bíblia: ensina-vos o que deveis fazer para bem viver. Lêde o livro de cânticos: contem as mais bellas poesias que haja no mundo. Lêde emfim o almanaque: ensina-vos a prever o bom e o mau tempo. [...] Embora essa decisão pareça demasiadamente exclusiva, em vista de tantos livros que são bons e uteis, entretanto, para muitos casos, a opinião do deputado americano pôde perfeitamente se defendida. Com effeito há neste mundo muitos homens que foram levados ao crime pelas más leituras e que talvez teriam conservado a sua honestidade natural, se tivessem só lido a Bíblia, o livro de cânticos e o almanaque. (FRANCO, jan. 1927, p. 203)

O posicionamento radical do deputado não era seguido pela revista, apesar de indicar que compreendia o argumento do político. Com frequência, eram sugeridos periódicos ou livros para os assinantes. Os livros indicados geralmente eram comercializados pela Livraria Catholica Santa Teresinha, de propriedade de Frederico Carlos Allende, jovem da diretoria da *A Cruzada*.

O colaborador José de Sá Nunes em *Um livro que merece lido*, sugeria a obra *Maria de Magdala* escrito por Alcebíades Delamare e que seria um livro,

[...] cheio de verdade, referto de beleza e pleno de justiça. A verdade ressumbra esplendente e rutilante em todos os seus capítulos, pois o autor a foi beber na própria fonte da verdade eterna, que é o Evangelho de Jesus – Christo. (NUNES, jun./jul. 1926, p. 71)

O autor destacava que a maioria das críticas sobre a obra reconhecia o seu valor literário e apenas uma foi desfavorável, a do jornalista Osório Duque Estrada do *Jornal do Brasil*, que era conhecido por ser injusto com os escritores católicos que tratavam sobre assuntos religiosos. Nunes afirmava que “O livro pode ser lido pela donzela casta e pela honrada mãe de famílias, pelo jovem de sentimentos delicados e pelas crianças das escolas, sem receio de que alguma frase lhes ofenda ao de leve os melindres.” (NUNES, jun./jul. 1926, p. 71-72).

Com o título *Bibliographia*, as edições de novembro e dezembro de 1926, indicaram dois livros: *Ideias e Sentimentos*, do Cônego Mello Lula e, *O 7º Centenário da Morte de São Francisco*, do Padre Jeronymo Mazzarotto. A primeira obra, impressa pela Editora Vozes de havia sido aprovada pelo bispo de Natal, Dom José Pereira Alves. Suas 136 páginas versavam sobre o cenário da Igreja Católica nos países da América Latina. A segunda obra era mais concisa, possuía 20 páginas resultantes da conferência realizada no Colégio Parthenon Paranaense. (BIBLIOGRAPHIA, nov. 1926; dez. 1926) Sobre o livro de Mazzarotto o texto salientava:

Dedicado a mocidade estudiosa daquelle instituto, este livrinho deve ser lido por todos os moços que se preparam para a lucta dum ideal que sonham. Os elevados conceitos que encerram suas páginas de civismo e moral, tratados numa pura linguagem, são um precioso mimo para a mocidade e uma digna homenagem ao grande acontecimento que intitula o folheto. (BIBLIOGRAPHIA, dez. 1926, p. 182)

Foram indicados também os seguintes livros ao longo dos cinco anos: *O Bom Emprego do Tempo* de L. A. Fillion, *Água Viva* de Alcebíades Delamare, *Os Sete Pecados da Mulher* de Jacques Debout, *Cristo contra Cristo* do Padre Ernesto Schulz, *A Vida de Dom Antônio Viçoso e Prática da Confissão* de Dom Silvério Gomes Pimenta, *Estudos da Primeira Semana Social Mariana* e *Santa Cruzada em Favor dos Moribundos* que não mencionavam os autores. *A Cruzada* tinha que ser a primeira opção de assinatura dos católicos paranaenses, mas outros impressos foram sugeridos como a revista *Excelsior* do Rio de Janeiro e *Santctuarium* de Paranaguá.

A “boa imprensa” era, portanto, no discurso da revista *A Cruzada*, formada por todos os jornais, revistas, informativos, boletins, almanaques e livros que eram declaradamente católicos. O discurso papal iniciou a formalização da prática da leitura desses periódicos como parte do dever religioso de seus fiéis, mas foi a campanha empregada pelos clérigos e leigos na propagação da “boa imprensa” que efetivaram essa prática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, nossa proposta foi analisar o discurso católico acerca dos usos da imprensa e da leitura, a partir da revista curitibana *A Cruzada*, entre os anos de 1926 a 1931. Esse periódico foi o mais importante meio de comunicação da Igreja Católica nas décadas iniciais do século XX, no estado do Paraná e a sua criação esteve ligada ao incentivo papal e dos bispos para a sua utilização enquanto um meio de recristianização da sociedade.

Desde o Concílio de Trento, no século XVI, a Igreja Católica construiu e manteve, ao longo dos anos, um discurso pautado na necessidade de controle sobre o que os católicos liam. As encíclicas papais destinavam espaço para a crítica da liberdade de imprensa e acusavam, primeiramente os livros que continham posicionamentos anticlericais ou considerados imorais, chegando a criar um índice de livros proibidos.

Com o desenvolvimento das técnicas de impressão e a popularização da imprensa periódica, a preocupação com os livros, passou a dividir espaço com a apreensão quanto aos jornais e revistas, configurados como leituras que deviam ser tuteladas pelos membros da Igreja. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995).

No Brasil, a imprensa que teve sua instalação oficial na primeira década do século XIX, desde o início contava com a presença de clérigos na direção, nas redações e no papel de censores em jornais e revistas que, apesar de não se intitularem católicos eram escritos a partir da sua moralidade. Na década de 1830, surgiram no cenário editorial brasileiro as primeiras publicações a serviço da Igreja Católica que se caracterizavam pela exposição da doutrina e da catequese. (SODRÉ, 2011; CAES, 2002; LUSTOSA, 1983).

Na segunda metade do século XIX, em vista da circulação de concepções advindas da Europa, tais como o movimento republicano, o anarquismo, o comunismo e a maçonaria, que tinham um discurso anticlerical e de laicização do Estado, e em função de outras denominações religiosas, como o espiritismo e o protestantismo que utilizavam a imprensa para a exposição de seus pensamentos, os periódicos católicos assumiram novas características e passaram a constituir espaços de defesa da religião e de combate aos seus inimigos.

Além disso, a Constituição Republicana de 1891 mudou as configurações do campo religioso do Brasil, ao romper o regime do padroado que uniam o Estado e a Igreja Católica e ao decretar o fim de sua intitulação de religião oficial do país. Ao declarar-se laico o país, ao menos legalmente, passou a reconhecer apenas o casamento civil, destinou a administração dos cemitérios à esfera municipal e promulgou a liberdade de todos os cultos. Frente a esse novo

cenário a Igreja Católica passou por um processo de reestruturação para manter a posição que possuía no país ao longo de séculos de monopólio religioso.

A imprensa católica brasileira do final do século XIX e início do XX, estava constituída para atuar nesse cenário. Foi também nesse período que o discurso institucional da Igreja sobre a imprensa adquiriu novos contornos. O papado de Leão XIII foi decisivo para essa questão, que se configurou como assunto recorrente nos seus documentos eclesiásticos. O discurso sobre a necessidade de controle da liberdade da imprensa e de proibição de certos títulos passou para o incentivo mais acentuado na inserção de clérigos e leigos nesse meio de comunicação. Com a delimitação e definição das características da “má imprensa” e da “boa imprensa”, essas concepções também se tornaram presentes nas cartas pastorais dos bispos brasileiros. (KLAUCK, 2009; CAES, 2002).

Nas décadas iniciais do século XX, a imprensa católica estava melhor estruturada e contava com grande número de títulos por todo o Brasil, e estava assistida pelo Centro da Boa Imprensa, criado em 1910, no Rio de Janeiro para a organização de suas atividades. No estado do Paraná, após o lançamento da pioneira *A Estrella* em 1898, a revista *A Cruzada* foi a que teve maior destaque entre os periódicos do gênero.

A revista *A Cruzada* lançada em 1926, possuía periodicidade mensal e média de vinte e oito páginas por edição. Como o título indicava, os seus idealizadores se lançaram em uma cruzada contra os inimigos da Igreja e em defesa da religião. O grupo responsável por sua criação denominado Mocidade Católica Paranaense era formado por jovens leigos ligados a Congregação Mariana, da Catedral de Curitiba e estavam sob tutela e supervisão do Padre Antonio Mazzarotto. Analisamos, a partir do conceito de linguagem autorizada (BOURDIEU, 1998), a legitimidade atribuída ao grupo para falar em nome da Igreja Católica. A presença do Padre Mazzarotto na direção da revista e a publicação de mensagens do arcebispo Dom João Francisco Braga e de outros clérigos, tinham o caráter de investir aos jovens da Mocidade Católica Paranaense a autorização de escrever a serviço do catolicismo.

Analisamos, também, a constituição do conteúdo e das principais temáticas presentes nas páginas d’*A Cruzada* baseados nas noções de manuais de civilidade articuladas por Chartier (1994). Uma vez que compreendemos que a revista além de informar sobre as atividades e eventos ligados à Igreja Católica, tinha o objetivo de formar seus leitores, a partir da sua doutrina ao apresentarem padrões e normatizações para a mocidade, as mulheres e as famílias, ligadas às formas de praticar o catolicismo, de se vestir, de se comportar e de ler.

Dentre os principais temas que identificamos, estavam as questões da doutrina católica,

que tinha por objetivo esclarecer pontos de seus dogmas, na intenção de que o leitor atrelasse o conhecimento com a prática efetiva de seus dogmas. Em vista da liberdade de cultos, proclamada no final do século XIX, outra temática presente foi o combate a outras religiões, como o espiritismo e o protestantismo, principais concorrentes pelo campo religioso do estado. (BOURDIEU, 2007). Os padrões indicados ao comportamento da mulher e a estruturação das famílias a exemplo da Sagrada Família – Jesus, Maria e José também foram identificados como recorrentes na revista.

Em vista dos variados temas presentes em nossa fonte, optamos pela análise dos usos da imprensa e da leitura, uma vez que se configurava como o próprio discurso que propiciou a criação d'*A Cruzada* e que se apresentava com frequência em suas edições.

Na análise das 109 recorrências aos temas imprensa e leitura, conseguimos identificar que a revista não escolheu um modelo de escrita ou um local específico em suas edições para tratar sobre o assunto. Desta forma, afirmamos que essas temáticas apresentadas em variados formatos, tais como artigos de 4 páginas, poemas, matérias com entrevistas, notas com poucas linhas e até mesmo frases, perpassavam por todas as páginas da revista e não se restringiam a uma coluna ou página específica nas publicações.

Ressaltamos, também, que o interesse pelo tema era uma disposição da própria revista, que em muitas ocasiões não escolheu um intermediário para discorrer sobre o assunto, e que ao não assinar 68 dessas recorrências, tomava para si a responsabilidade do que fora publicado.

Na revista *A Cruzada* a “má imprensa” e a “boa imprensa” eram apresentadas a partir da estrutura do discurso contido nas encíclicas papais e nas cartas pastorais. Em primeiro lugar, identificava o problema, ou seja, a “má imprensa” e, após apontar os malefícios e prejuízos que causavam na sociedade, o segundo passo era apontar uma solução, identificada na “boa imprensa”, que enquanto uma leitura sadia e edificante para as almas, também se tornava espaço de contra-ataque os maus jornais, revistas e livros em circulação.

Identificamos que os discursos dos textos que acusavam a circulação de livros e periódicos detentores de “más doutrinas” se pautavam na repetição dos postulados sobre os perigos e a influências na formação das consciências das pessoas que as assinavam, compravam e as liam, principalmente a mocidade, que deveria estar em constante observação e tutela em suas escolhas de leitura.

O discurso dos pontífices sobre a “boa imprensa” buscava formalizar a prática (CERTEAU, 1982) da leitura dos periódicos, em busca de torná-la uma prática católica. Em suas edições *A Cruzada* seguiu essas disposições e utilizou a citação aos papas para legitimar

as posições publicadas, principalmente as que incentivavam os leigos a auxiliarem na campanha pela imprensa católica. Para isso, a revista se lançou na propagação e no incentivo pela participação dos católicos nesse empreendimento. Ao longo de suas edições apresentou diversas formas nas quais as pessoas poderiam ajudar o desenvolvimento do projeto religioso no meio de comunicação. Preocupada em proibir determinados títulos, o periódico também apresentava diversas recomendações de leituras de temática religiosa.

Ao encerrarmos o processo de escrita desta dissertação, percebemos que as possibilidades de prosseguimento da análise da revista *A Cruzada* não se findam nas páginas aqui apresentadas. Não apenas em relação às diversas temáticas que compunham o conteúdo desse periódico católico, mas também quanto à própria questão da imprensa e da leitura que analisamos, podem ser examinadas a partir de outras perspectivas, enfoques e articulados a outros conceitos.

REFERÊNCIAS

Documentais

- A.B. A familia catholica. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 8, p. 141 – 142, out., 1926.
- A.B. A familia catholica: preconceitos a derribar “eu faço como todos fazem”. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 4, p. 74 - 75, jun., 1927.
- A.B. O grande papa Pio XI no anno jubilar do seu sacerdocio. **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 10, p. 276 – 278, dez., 1929.
- A.B. São José e a familia. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 1, p. 2 – 4, mar., 1926.
- A CHEGADA DO PRIMEIRO BISPO DE PONTA GROSSA. **A Cruzada**. Curitiba, ano V, n. 2 – 3, p. 58 – 62, abri./mai., 1930.
- A CRUZADA. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 1, p. 1, mar., 1926.
- A CRUZADA: revista mensal da mocidade catholica paranaense. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 1, p. 29, mar., 1926.
- A ESTIGMATIZADA DE KONNERSEUTH. **A Cruzada**. Curitiba, ano III, n. 1, p. 30 – 32, mar., de 1928.
- A FLAMMULA. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 12, p. 228, fev., 1928.
- A IGREJA E A IMPRENSA CATHOLICA. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 12, p. 211, fev., 1927.
- A MISSÃO DA IMPRENSA CATÓLICA NO ACTUAL MOMENTO. **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 7, p. 188 – 192, set., 1929.
- ANTÃO, Mestre. Dedos seccos. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 1, p. 9 – 10, mar., 1927.
- ANTÃO, Mestre. Nem macarrão nem argamassa. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 10, p. 181 - 182, dez., 1927.
- ATENÇÃO CONCURSO DE BELEZA. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 6, p. 111, ago., 1927.
- BIBLIOGRAPHIA. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 9, p. 172 – 173, nov., 1926.
- BIBLIOGRAPHIA. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 10, p. 182, dez., 1926.
- CARTA ABERTA. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 1, p. 13, mar., 1926.
- CONGREGAÇÃO MARIANA DOS JOVENS DA CATHEDRAL. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 5, p. 89, jul., 1927.

- DALLEGRAVE, Angelo Antonio. Cuidado com o espiritismo! **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 4 – 5, p. 80, jun./jul., 1926.
- DALLEGRAVE, Angelo Antonio. Onde está o pudor? **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 2, p. 36, abri., 1927.
- DALLEGRAVE, Angelo Antonio. Sonho e realidade. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 1, p. 5, mar., 1927.
- DIALOGO INTERESSANTE. **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 3, p. 94, mai., 1929.
- DR. FELICIO. É o unico remédio. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 8, p. 158, out., 1927.
- E ROMANCES? **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 6, p. 183, ago., 1929.
- EXPEDIENTE A CRUZADA. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 3, p. 1, mai., 1926.
- FRANCO. Os tres livros necessarios. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 11, p. 203, jan., 1927.
- GREMIO LITERARIO SÃO LUIZ. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 1, p. 16 – 17, mar., 1926.
- GUÉRIOS, José Farani Mansur. A questão romana. **A Cruzada**. Curitiba, ano III, n. 12, p. 300 – 302, fev., 1929.
- GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. Cautela com a Associação Christã de Moços! **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 9, p. 266, nov., 1929.
- GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. O congregado mariano e a imprensa. **A Cruzada**. Curitiba, ano V, n. 6 – 7, p. 134 – 137, ago./set., 1930.
- HOSTIN, Daniel. Prezados directores d’A Cruzada. **A Cruzada**. Curitiba, ano V, n. 1, p. 27, mar., 1930.
- LEÃO XIII. Lê e medita. **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 4, p. 112, jun., 1929.
- L’ERMITE, Pierre. Casamento gorado. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 1, p. 12 – 13, mar., 1927.
- LIÇÃO PARA NÓS. **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 11, p. 327, jan., 1930.
- MAUS LIVROS E SUA INFLUENCIA. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 2, p. 46, abri., 1927.
- MODOS DE AUXILIAR OS JORNAIS CATHOLICOS. **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 11, p. 286, jan., 1929.
- NEMO. Anno historico o de 1929. **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 1, p. 10 – 12, mar., 1929.
- NEMO. Colossal e artístico monumento: grandioso plano realizado... velha e conhecida objeção. **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 6, p. 155 – 158, ago., 1929.

- NEMO. Duas antinomias. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 1, p. 15 - 16, mar., 1927.
- NEMO. Virulenta enfermidade. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 1, p. 5, mar., 1927.
- NUNES, José de Sá. Amigos e inimigos. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 11, p. 190 - 192, mar., 1927.
- NUNES, José de Sá. Governo benemerito. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 9, p. 159 – 161, nov., 1926.
- NUNES, José de Sá. Más leituras. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 6, p. 101 – 102, ago., 1926.
- NUNES, José de Sá. Um livro que merece lido. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 4-5, p. 71 - 72, jun./jul., 1926.
- JESUS, Martha de. Pagãs ou christãs? **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 3, p. 54, mai., 1926.
- JESUS, Martha de. Uma nova cruzada. **A Cruzada**. Curitiba, ano III, n. 1, p. 17 – 18, mar., 1928.
- O CENTRO OPERÁRIO CATÓLICO DO PARANÁ. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 1, p. 14– 15, mar., 1926.
- O DIRECTOR GERAL DO “CENTRO DA BÔA IMPRENSA” NO PARANÁ. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 1, p. 17 – 18, mar., 1927.
- O NOSSO CONCURSO. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 8, p.156, out., 1927.
- O NOSSO PRIMEIRO ANIVERSARIO. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 1, p. 6 - 7, mar., 1927.
- O PRIMEIRO BAILE. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 7, p. 134 - 135, set., 1927.
- O PRIMEIRO BAILE. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 12, p. 227, fev., 1928.
- PEREIRA, Conego Alcidino. Illmos. Snrs. Zanatta & Allende. **A Cruzada**. Curitiba, ano V, n. 4, p. 87 - 90, jun., 1930.
- PESCADOR, Pretextado Martins. Bruxarias e superstições. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 1, p. 5, mar., 1927.
- POBRE MÉXICO. E porque. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 5, p. 89, jul., 1927.
- PROPAGAI A CRUZADA! **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 2, p. 31, abri., 1927.
- QUATRO TRAGEDIAS. **A Cruzada**. Curitiba, ano II, n. 12, p. 4, fev., 1927.
- QUEIROZ, Victor Medeiros de. Revolução salvadora. **A Cruzada**. Curitiba, ano V, n. 8 – 9, p. 164, out./nov., 1930.
- RELATORIO DO MOVIMENTO SOCIAL DO CENTRO OPERARIO CATHOLICO DO PARANÁ. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 6, p. 103 - 104, ago., 1926.

SALÃO DE MODAS. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 4 – 5, p. 72, jun./jul., 1926.

THEOPHILO. A eucaristia. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 6, p. 97 – 98, ago., 1926.

UMA CONFERENCIA. **A Cruzada**. Curitiba, ano V, n. 8 – 9, p. 172 – 174, out./nov., 1930.

UNIÃO DE MOÇOS CATHOLICOS DE CORITYBA. **A Cruzada**. Curitiba, ano I, n. 7, p. 132, set., 1926.

VEUILLOT, Luiz. A boa imprensa. **A Cruzada**. Curitiba, ano III, n. 12, p. 307, fev., 1929.

X. Quarto anno. **A Cruzada**. Curitiba, ano IV, n. 1, p. 1 - 2, mar., 1929.

Bibliográficas

ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. **História**. São Paulo, n. 174, p. 327 – 359, jan./jun., 2016.

ALMEIDA, Claudio Aguiar. **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária** (1907 – 1937). 2002. 264 f.. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica e a santidade do mártir. **Projeto História**. São Paulo, n. 37, p. 237 - 260, dez., 2008.

ANDRADE, Solange Ramos de. **O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira**. Maringá: Eduem, 2012.

ANDRADE, Solange Ramos de. História das religiões e das religiosidades: uma breve introdução. In: ALBUQUERQUE, Eduardo (org.). **(Re) conhecendo o sagrado**: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades. São Paulo: Fonte Editorial, 2013, p. 9 - 27.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O ultramontanismo na província do Paraná (1853 – 1889). In: PRIORE, Angelo; SILVA, Edson Armando da; MEZZOMO, Frank Antônio; RAMOS, Márcia Elisa Teté (orgs.). **A história do Paraná revisada**. Maringá: Eduem, 2014, p. 35 – 63.

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil**: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890 – 1923). 2012. 301 f.. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

ARQUIDIOCE DE NITERÓI. Dom João Francisco Braga (1902 – 1907). Disponível em: <http://arqnit.org/arqnit/dom-joao-francisco-braga-1902-1907/> Acesso em: 22/04/2018.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Dom Duarte Leopoldo e Silva. Disponível em: <http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/arcebispos/dom-duarte-leopoldo-e-silva> Acesso em: 10/04/2018.

AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, Jose. Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910. **Lusitania Sacra**: Lisboa, v. 2, série 3, p. 215 – 264, 1991.

BALDIN, Marco Antônio. **O pacificador beligerante**: Alberto José Gonçalves – um padre na política paranaense da 1º república (1892 – 1896). 2006. 251 f.. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. **Ideias em confronto**. 1980. 177 f.. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa no Brasil** (1900 – 2000). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENTO XV. **Alocução sobre o vestir das moças católicas**. Às Dirigentes da União Católica Feminina Italiana. 1919. Disponível em: <http://modaemodestia.com.br/sobre-o-vestir-da-mulher-catolica/> Acesso em 22/05/2016.

BENTO XV. **Encíclica Pacem Dei Munus**. Sobre a restauração cristã da paz. 1920. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xv/es/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_23051920_pacem-dei-munus-pulcherrimum.pdf Acesso em: 11/06/2018.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. **As reclamações do povo na belle époque**: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909 – 1916). 2004. 162 f.. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA. Hemeroteca digital. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bne.es/details.vm?q=id:0005351058> Acesso em: 09/05/2018.

BORNATTO, Suzete de Paula. **A tradição e os singulares**: o ensino de português proposto em livros didáticos por professores universitários do Paraná (1944 a 1980). 2011. 229 f.. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 27 - 78.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ser católico: dimensões brasileiras um estudo sobre a atribuição através da religião. In: SACHS, Viola et. al. **Brasil & EUA**: religião e identidade nacional. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 27 – 58.

CAES, André Luiz. **As portas do inferno não prevalecerão**: a espiritualidade católica como estratégia política (1872 – 1916). 2002. 218 f.. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na Diocese de Mariana**: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844 – 1875). 2010. 202 f.. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010a.

CAMPOS, Névio de. Ação católica: o papel da imprensa no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná (1926 – 1939). **Educar**. Curitiba, n. 37, p. 259 – 277, mai./ago., 2010b.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná** (1926 – 1938). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010c.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO, Cíntia Maria Sant'ana Braga. **O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná** (1902 – 1928). 2001. 156 f.. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura** (1880 – 1980). São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **Libros, lecturas e lectores en la edad moderna**. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

CLARAS, Lucas Fíngolo; ORLANDO, Evelyn de Almeida. A revista A Cruzada no projeto formativo do laicato da Igreja Católica no Paraná (1926 – 1931). **Anais do XIII Congresso Nacional de educação**. Curitiba, ISSN 2176-1396, p. 2457 – 2468, 2017.

CÓDIGO PENAL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 01/06/2018.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Flamarion Laba da. Onde o diabo agia na sociedade brasileira segundo a Igreja Católica na primeira metade do século XX. **Guairacá**. Guarapuava, n. 18, p. 41 – 59, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO; Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 253 – 270, dez., 2007.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DIAS, João Vicente de Medeiros Publio; BERTOLI, André Luiz. O discurso da dissensão e da união nas cruzadas no oriente. **OPISIS**. Catalão, v. 11, n. 1, p. 234 – 251, jan./jun., 2011.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922 – 1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. **Leão XIII**: sobre a imprensa (excertos). Petrópolis: Editora Vozes, 1959.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GREGÓRIO XVI. **Encíclica Mirari Vos**: sobre os principais erros de seu tempo. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/mirarivos/> Acesso em: 01/05/2018.

GONÇALVES, Marcos. Missionários da “boa imprensa”: a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 63 – 84, 2008.

HANICZ, Teodoro. **Modernidade, religião e cultura**: o Círculo de Estudos Bandeirantes e a restauração do catolicismo em Curitiba (1929 – 1959). 2006. 383 f.. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) Pontícia Universiade Católica, São Paulo, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil colônia** (1550 – 1800). São Paulo: Brasiliense, 1982.

INSTITUTO NEO-PITAGÓRICO. Disponível em: <http://www.pitagorico.org.br/> Acesso em: 16/05/2018.

JULIA, Dominique. A religião: história religiosa. In: LE GOFF, Jacques (org.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 106 – 131.

KLAUCK, Samuel. **O apostolado da imprensa**: a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912 – 1934). 2009. 272 f.. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. **Antonio Chalbaud Biscaia**: notícia bio-bibliográfica. 2017. Disponível em: <https://arthurlacerda.files.wordpress.com/2017/06/antonio-chalbaud-biscaia-nota-bio-bibliogrc3a1fica.pdf> Acesso em: 15/05/2018.

LAGRÉE, Michel. **Religião e tecnologia**: a benção de Prometeu. Bauru: EDUSC, 2002.

LEÃO XIII. Bulla de Creação da Diocese de Corytiba. A Nova Hierarchia no Brasil (Ad Universas Orbis Ecclesias). In: **Collecção das Pastoraes, Circulares, Mandamentos Etc. de S. Exa. Rvma. O Sr. Bispo de Corytiba durante o primeiro quinquennio de sua administração**. Corytiba: Typ. Da Impressora Paranaense, 1900.

LEÃO XIII. **Costituzione Apostolica Officiorum Ac Munerum**. 1897. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/it/apost_constitutions/documents/hf_l-xiii_apc_18970125_officiorum-ac-munerum.pdf Acesso em: 11/06/2018.

LEÃO XIII. **Encyclical Etsi Nos**. On conditions in Italy. 1882. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15021882_etsi-nos.html Acesso em: 11/06/2018.

LEÃO XIII. **Encyclical Paternae**. 1899. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18091899_paternae.pdf Acesso em: 11/06/2018.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 525 - 541.

LEONEL, João. O jornal Imprensa Evangélica e a formação do leitor protestante brasileiro no século XIX. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo, v. 35, p. 65 – 81, set./dez., 2014.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111 – 153.

LUCA, Tania Regina de. Imprensa em tempos de império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **A história da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 45 - 80.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: CEPEHIB-Loyola, 1983.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916 – 1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 3, 1998, p. 367 - 421.

MANOEL, Ivan. A ação católica brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum – Human and Social Sciences**. Maringá, v. 21, n. 1, p. 207 – 2015, 1999.

MANOEL, Ivan. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800 – 1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Corvos nos galhos das acácias: anticlericalismo e clericalização em Curitiba (1896 – 1912)** 1996. 124 f.. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

MARCHI, Euclides. Anticlericais & ultramontanos: embates na paróquia. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, v. 5, p. 139 – 153, jan., 2013.

MARCHI, Euclides. Igreja e povo: católicos? os olhares do padre Júlio Maria e de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra sobre a catolicidade do brasileiro na passagem do século XIX para o XX. **História: Questões e Debates**. Curitiba, n. 55, p. 83 – 110, jul./dez., 2011.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil ou de como o discurso jornalístico constrói a memória. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Fontes, 1993, p. 31 – 42.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. **História**. São Paulo, n. 22, v. 1, p. 59 – 79, 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **A história da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos da república, São Paulo (1890 – 1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Fapesp, 2008.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira (1890 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MICELI, Sergio. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 7 – 61.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **A história da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 23 - 43.

MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889 - 1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 322 - 342.

PAIVA, Aparecida. **A voz do veto: a censura católica à leitura de romances**. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PAULA, Andressa. **Jovens universitários de cursos de licenciatura: ações e representações sobre religião e política**. Campo Mourão, 2014/2015. Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UNESPAR). Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), sob a orientação da Professora Doutora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e coorientação do Professor Doutor Frank Antônio Mezzomo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2015.

PAULA, Andressa. **Relações de gênero e ensino de história: representações da mulher no jornal Folha do Norte do Paraná (1971-1974)**. Campo Mourão, 2013/2014. Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UNESPAR). Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), sob a orientação da Professora Doutora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e coorientação do Professor Doutor Frank Antônio Mezzomo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2014.

PAULA, Andressa. **Representações político-religiosas na campanha eleitoral**: análise da compreensão de jovens veiculados a instituições religiosas. Campo Mourão, 2012/2013. Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UNESPAR). Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), sob a orientação da Professora Doutora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e coorientação do Professor Doutor Frank Antônio Mezzomo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2013.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854 – 1954)**. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

PIO X. **Encíclica Pascendi Dominici Gregis**. Sobre as doutrinas modernistas. 1907. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.pdf Acesso em: 11/06/2018.

PIO X. **Encyclical Pieni L'animo**. 1906. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-x/en/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_28071906_pieni-l-animo.pdf Acesso em: 11/06/2018.

PIO XI. **Encyclical Ubi Arcano Dei Consilio**. 1922. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio.pdf Acesso em: 15/05/2018.

POLETTO, Lizandro. **Pastoreio de almas em terras brasilis**: a Igreja Católica no “Paraná” até a criação da diocese de Curitiba (XVII – XIX). 2010. 134 f.. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. **História do Paraná** (séculos XIX e XX). Maringá: Eduem, 2012.

RECENSEAMENTO DE 1920. **População do Brazil por estados, municipios e districtos, segundo o gráo de instrucção, por idade, sexo e nacionalidade**. Rio de Janeiro: Typographia Estatistica, 1929. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf> Acesso em: 30/11/2017.

REVISTA CRUZADA. Cruzada. Disponível em: <http://revistacruzada.pt/> Acesso em: 09/05/2018.

RIBAS, Ana Claudia. **A “boa imprensa” e a “sagrada família”**: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis (1929 – 1959). 2009. 201 f.. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e territórios diocesanos no Brasil (1551 - 1930). **Scripta Nova - Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. 10, n. 218, p. 1 - 16, ago., 2006. Disponível em: www.Ub.Es/geocrit/sn/sn-218-65.htm Acesso em: 10/04/2018.

SANTOS, Gilvan Vitor dos. **O Círculo Operário Católico em Sergipe**: práticas educativas e organização da cultura operária (1935 – 1969). 2011. 100 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SCHEIFER, Bruna. **Paranaguá, a cidade portuária: entre a cidade “sonhada e a cidade real”**. 2008. 136 f.. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

SILVA, Marcos José Diniz. Do espiritococus à fábrica de loucos: o Espiritismo sob a retórica da aniquilação na imprensa católica cearense. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, v. 7, n. 13, p. 95 – 117, jul., 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Do santo ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e a da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes e Marias: mulheres de Curitiba na primeira república**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Espaço urbano e cidadania feminina no Paraná na virada do século. **História: Questões e Debates**. Curitiba, n. 30, p. 57 – 82, jan./jun., 1999.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. **Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930 – 1965)**. 2009. 429 f.. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ZULIAN, Rosângela Wosiack; PEREIRA, Denise. Ponta Grossa: rumo aos pressupostos da romanização. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 71 – 92, 2006.